

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

FILHO, Euzébio Martins da Rocha. *Euzébio Rocha I (depoimento, 1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1991. 94 p. dat.

EUZÉBIO ROCHA I
(depoimento, 1984)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Angela Maria de Castro Gomes; Maria Celina D'araujo; Plínio de Abreu Ramos

levantamento de dados: Angela Maria de Castro Gomes; Maria Celina D'araujo; Plínio de Abreu Ramos

pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Maria de Castro Gomes; Maria Celina D'araujo; Plínio de Abreu Ramos

sumário: Marielza Tiscate

conferência da transcrição: Plínio de Abreu Ramos

copidesque: Elisabete Xavier de Araújo

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 09/04/1984 a 11/07/1984

duração: 6h 20min

fitas cassete: 08

páginas: 94

Esta entrevista foi realizada no contexto do projeto "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação em 1975.

temas: Euzébio Rocha, Getulismo, Getúlio Vargas, Governo Getúlio Vargas (1951-1954), João Goulart, Ministério do Trabalho, Nacionalismo, Partido Trabalhista Brasileiro, Política Estadual, Queremismo (1945), São Paulo, Trabalhismo

Sumário

1a Entrevista: Origens do trabalhismo em São Paulo; os sindicatos e o PTB em São Paulo; a vocação e a preocupação com as questões sociais; o contato com Getúlio durante o Estado Novo; o movimento queremista e a criação do PTB; ingresso no PTB; o queremismo e a Constituinte com Getúlio; o Partido Comunista, o queremismo e o trabalhismo; o apoio popular a Getúlio nas eleições de 46; a prisão em 45; o nacionalismo de Getúlio; as relações do PTB com o poder; as relações entre o PTB e o PSD em São Paulo; as divergências no interior do PTB; Hugo Borghi e a formação do PTB em São Paulo; o PTB e o apoio a candidatura Dutra; a composição do PTB à época de sua criação; a máquina do Ministério do Trabalho a serviço do PTB; o PTB de São Paulo nas eleições de 45; Eusébio Rocha e a organização do PTB em São Paulo; o PTB e a cassação do Partido Comunista; a candidatura de Hugo Borghi ao governo de São Paulo; a questão da hegemonia no PTB e a neutralização da seção paulista do partido; Getúlio e a sucessão paulista em 47; Alzira Vargas e o PTB; a proposta nacionalista do PTB; a relação entre o PTB, a máquina trabalhista e os sindicatos; o acordo interpartidário de sustentação ao governo Dutra; Getúlio, o PTB e a sucessão de 50; o apoio de Ademar de Barros; trabalhismo e nacionalismo em Getúlio; as realizações do 2o governo Vargas; o PTB e o "ministério da experiência"; a queda de Danton Coelho do Ministério do Trabalho; a liderança de Jango no PTB

2a Entrevista: O Ministério do Trabalho com Jango; a queda de Jango e o ministério Segadas Viana; Jango e o PTB em São Paulo; evolução na prática política e ideológica do PTB na década de 50; a criação do Departamento Sindical do PTB de São Paulo; comparações entre os ministérios Danton e Jango; Jango e o PTB; o aumento do salário mínimo e o Manifesto dos Coronéis; trabalhismo e comunismo; o PTB, os trabalhadores e a crise do governo Vargas; o nacionalismo de Vargas e as resistências dos grupos estrangeiros e dos políticos conservadores; o projeto de criação da Petrobrás e o substitutivo Eusébio Rocha; o projeto Bilac Pinto sobre o monopólio estatal do petróleo; a assessoria econômica do 2o governo Vargas a repercussão do nacionalismo junto aos sindicatos; e à classe operária; a política e a participação popular; o PTB depois de Getúlio; o PTB e o populismo; comparações entre o 1o e o 2o governo Vargas; o PTB nos governos Juscelino e Jango; o PTB e os institutos de previdência

1a. Entrevista: 09.04.1984

A.G. - Nós estávamos tendo o prazer de começar uma entrevista com o dr. Eusébio Rocha, e numa data memorável, véspera da manifestação do dia 10 de abril de 1984¹, razão pela qual ele veio ao Rio e aproveitou para nos conceder essa entrevista sobre assuntos que de alguma forma podem até ter a ver, não é, dr. Eusébio? [risos]

A gente queria conversar hoje com o senhor sobre as questões relacionadas às origens e à história do PTB, mais particularmente em São Paulo, e também fazer reflexões sobre a questão do PTB como partido nacional, porque a gente sabe que o senhor é uma das pessoas preciosas para isso. A gente achou que seria interessante iniciar com o PTB em São Paulo nos momentos em que ele começa a se articular como partido. Isso acontece no período final do Estado Novo, quando é interventor do estado Fernando Costa. A gente queria conversar com o senhor a propósito disso, porque uma das coisas que ficam claras quando a gente trabalha com o período do final do Estado Novo é que a situação de São Paulo era uma situação no mínimo preocupante para o governo federal. Era um estado absolutamente crucial do ponto de vista político num momento em que se encaminhava um processo de redemocratização, de retorno do Estado às regras legais; nesse sentido era um estado importante econômica e politicamente, um estado absolutamente central. No entanto, as relações entre o governo do estado e o governo federal eram de molde a causar algum tipo de preocupação, senão - talvez até a gente pudesse usar a palavra - de suspeição por parte do governo do estado² em termos do tipo de desdobramentos que a política em São Paulo poderia oferecer. Então a gente queria que o senhor começasse a conversar sobre esse momento, com o senhor inclusive se situando nele. Quer dizer, onde é que o senhor estava nesse momento histórico, e como é que o senhor começa a traçar os seus primeiros laços com essa questão do trabalhismo em São Paulo?

E.R. - O trabalhismo em São Paulo surgiu claramente dentro de um processo de agitação mais amplo. São Paulo, como todo o Brasil, vivia realmente momentos de grande apreensão. O país se inclinava, na sua expressão popular, a defender aquelas teses do presidente Getúlio Vargas ligadas evidentemente à defesa do trabalhador, ligadas a um processo de fortalecimento sindical do trabalhador e, ao mesmo tempo, aos problemas de emancipação econômica do Brasil. Indiscutivelmente, a colocação de Getúlio Vargas, defendendo a posição de Volta Redonda num processo de industrialização do país... Porque um país sem aço não teria condições de pensar em desenvolver a sua indústria; e um país deve aproveitar tanto as suas atividades primárias, e secundárias, como as terciárias. Não seria admissível pensar em fazer do país um país exclusivamente agrícola.

Só poderemos entender a colocação de São Paulo se nós tivermos essa visualização geral da colocação do presidente Getúlio Vargas, que sensibilizou amplas massas, e possibilitou o surgimento do grande movimento "Constituinte com Vargas". Ao lado desse movimento "Constituinte com Vargas" evidentemente o próprio Getúlio Vargas já tinha dado a anistia ampla, geral e irrestrita, sem fazer realmente restrição a nenhum partido nem a ninguém - apresentava-se a preparação dada por Getúlio Vargas no sentido da convocação das eleições e da formação dos partidos. Então, de um modo geral, havia um movimento sentimental e objetivo no sentido de que se desse continuidade àquela política nacionalista e

¹ Dia do comício das Diretas já, na Candelária, Rio de Janeiro.

² Engano do entrevistador; trata-se do governo federal, e não do governo do estado.

trabalhista de Vargas e que encarnava de certo modo a "Constituinte com Vargas", dando origem ao movimento queremista.

Surgiu então a necessidade de se estabelecer uma estrutura político-partidária. Foi quando nasceu o PTB de São Paulo e o PTB nacional. Nessa mobilização é que o partido vai surgir, sensibilizando sobretudo as áreas mais chegadas aos setores de trabalhadores, aos setores sindicais e à classe média.

A.G. - Alguns setores sindicais, particularmente em São Paulo, tinham maior sensibilidade a essas teses nesse momento inicial?

E.R. - Bom, indiscutivelmente os setores sindicais tinham muita sensibilidade.

A.G. - Mas algum setor em particular, alguma área sindical em particular?

E.R. - Em particular, poder-se-ia dizer, o sindicato dos marceneiros tinha indiscutivelmente uma participação ativa nesse sentido; o sindicato de tecelagem, o setor de tecelagem tinha uma participação praticamente total, integrante nesse sentido. Havia realmente uma grande participação sindical nesse início do partido em São Paulo. O PTB surgiu emergente de um processo sindical, de um processo ligado aos trabalhadores. Não como um partido sindicalista. Nunca foi. Era um partido que se ligava a algumas teses básicas defendidas sobretudo pelo presidente Getúlio Vargas e à sensibilidade do trabalhador de se aglutinar como força política, já que as transformações que se davam no país obrigavam a existência de estruturas partidárias atuantes. É assim que vai surgir realmente o PTB de São Paulo, integrado por homens como o Cardia, homens como o Vladimir, homens como o Ícaro, que eram sindicalistas, ou homens como eu, que era professor de matemática, diretor da Justiça do Trabalho.

A.G. - O senhor nesse momento era professor de matemática aonde?

E.R. - Na Faculdade São Paulo.

A.G. - Como é que o senhor estabelece contato com esse tipo de organização partidária, com esse tipo de ideologia política?

E.R. - Certa vez um jornalista me perguntou quando é que eu tinha começado as minhas atividades políticas. Eu disse a ele que eu não comecei; eu sempre tive. Porque quando eu era simples menino e comecei a ler, eu me lembro que eu gostava de ler um jornal - não vale a pena dizer o nome, porque eu não vou fazer propaganda de determinado jornal - e acompanhava sempre o câmbio; e quando o câmbio do Brasil baixava, eu ficava muito triste. Eu devia ter - o quê? oito anos de idade. De modo que eu tinha realmente uma sensibilidade política indiscutível, uma formação política muito intensa. Agora, pode calcular você que, se eu tivesse continuado com tanta sensibilidade para com o câmbio, a essa altura eu já teria morrido do coração. [risos].

Eu tive que me reajustar um pouco. Realmente essa minha preocupação foi muito séria, porque eu fui aluno do Colégio Militar e, desde a minha formação inicial, eu me inclinei para o problema social. Ocorre-me mesmo uma dessas lembranças que não deixam de ser interessantes, porque eu vinha da alegria de entrar para o Colégio Militar, tinha tido uma boa situação, a família estava muito alegre e eu tinha recebido uma grande bicicleta [inaudível]. Mas, quando eu ia chegando em casa, a minha consciência doeu porque eu

olhei uma porção de crianças que retiravam gramas do paralelepípedo e comiam em marmitas, metendo a mão na marmita e levando a comida à boca. E me pareceu que não era justo que o mundo fosse assim, que o mundo fosse tão cheio de contrastes, de algumas alegrias e tanta miséria. Então, eu tenho a impressão que eu sempre tive essa formação. Era natural que eu tivesse uma participação imediata na questão trabalhista. É lógico que, com a minha formação de jovem estudante, ajudando greves, mesmo aqui no Rio - porque eu era do Colégio Militar e morava em Niterói -, naquela fase inicial eu tive evidentemente uma posição de restrição ao Estado Novo. E a minha aproximação do presidente Getúlio Vargas se deu de uma maneira muito especial, já que você quer saber a origem de como eu cresci dessa forma... [risos]

A.G. - Exatamente, de como se deu essa trajetória.

E.R. - Isto se deu da seguinte maneira: eu era diretor da secretaria da Justiça do Trabalho e professor de matemática, como acabei de esclarecer.

A.G. - Isso já em São Paulo?

E.R. - Já em São Paulo, já casado. Desastrosamente, sempre me chamavam para fazer pronunciamentos; quando tinha que receber alguém na Justiça do Trabalho em nome dos funcionários, era sempre eu o convidado. E o presidente Getúlio Vargas foi visitar a Justiça do Trabalho em companhia de um Góis Monteiro - acho que era Ismar Góis Monteiro, pelo menos era um dos Góis Monteiro -, que era presidente do tribunal trabalhista. Eu então pedi: Sinceramente, eu prefiro não falar, porque eu acho que ainda há uma situação muito difícil no país, ainda há muita gente presa, e eu sempre participei dessa luta estudantil; eu prefiro não fazer o discurso. Mas, surpreendentemente, sou chamado a fazer o discurso. Vocês podem calcular a situação, ainda naquela fase, em pleno Estado Novo, eu fazer um discurso ao dr. Getúlio Vargas.

A.G. - Isso era mais ou menos quando? O senhor se lembra mais ou menos o ano?

E.R. - Isso deve ter sido mais ou menos em coisa de 42, mais ou menos por aí, 42, 43 no máximo. E o meu embaraço, porque embora eu louvasse uma série de atitudes do presidente Getúlio Vargas mesmo no Estado Novo, aquela falta de liberdade de debate não se identificava com a minha formação. Eu não tive dúvida, então, de tentar fazer um discurso tão equilibrado quanto possível. Eu disse que achava que as obras de Vargas eram daquelas que ultrapassam o julgamento de uma geração, eram obras gigantes, em que é preciso a perspectiva do tempo para uma análise geral; mas que eu não seria autêntico se naquele momento eu não dissesse que tinha muita tristeza de saber que havia muita gente presa lutando pela liberdade. Então foi um impacto! [risos] Foi uma coisa horrorosa! Terminou, ele me cumprimentou, tudo bem: "Mas você, realmente, com o Estado Novo, você está perdido, vai acontecer alguma coisa muito séria com você!" [risos] Uma semana depois eu recebo do secretário-geral dele, o Pedro Vergara, um telegrama para comparecer ao Catete. Então o Oscar de Oliveira Carvalho, que era o presidente do tribunal, disse [risos]: "Não vai. Se você for, você não volta." [risos] E eu disse: "Não, isso não é possível! Eu vou!" E fui. Cheguei lá, esperei mais ou menos uns 40 minutos e fui recebido pelo dr. Getúlio. Ele conversou comigo muito amistosamente e usou essa expressão que me sensibilizou de fato. Ele disse: "É muito raro eu ter pessoas que me dizem o que sentem, e eu preciso realmente ser informado do que o país sente. Eu gostei muito da sua manifestação, da sua sinceridade, e queria conhecê-lo

pessoalmente." Realmente isso começou a estabelecer uma relação muito grande, afetiva. Já a essa altura o Marcondes Filho estava no Ministério do Trabalho...

A.G. - ... E da Justiça.

E.R. - E da Justiça, acumulou. Aí surgiu realmente uma identificação. De modo que, quando se iniciou o problema de fazer o partido, quando começaram a surgir os partidos, os vários partidos, eu optei pelo Partido Trabalhista.

A.G. - Dr. Eusébio, quando o senhor estava conversando sobre o clima de São Paulo, o senhor relacionou bastante a questão do próprio movimento queremista com o início da organização do PTB. Na perspectiva do senhor, o movimento queremista foi alguma coisa que impulsionou uma idéia de organização partidária que já existia ou o movimento queremista provocou de certa forma esse tipo de organização?

E.R. - Eu não diria que provocou, mas eu diria que ele fez a mobilização. Quer dizer, aquela mobilização feita de Vargas com a Constituinte estabeleceu uma mobilização em torno do Getúlio Vargas. E essa mobilização...

A.G. - De alguma forma a idéia de organização existia. O contato que o senhor teve com ele é indicativo disso, não é?

E.R. - Evidente. Essa mobilização então fez com que se fizesse a preparação, eu diria quase, para a receptividade da estrutura partidária. Quer dizer, funcionou como uma mobilização indiscutível em torno da questão partidária.

A.G. - O movimento queremista mobilizou muito, dr. Eusébio?

E.R. - Mobilizou muito, indiscutivelmente. Foi um movimento acentuado, e não só em nível de Rio como em nível de São Paulo.

A.G. - Como é que funcionava o queremismo em São Paulo?

E.R. - O movimento queremista em São Paulo não era um tipo de movimento estruturado em torno de presidente, secretário, tesoureiro, organização, pá, pá... Era um grupo de pessoas que estavam convencidas que a Constituinte com Vargas representaria para a história do país uma certa continuidade de defesa dos interesses nacionais e dos interesses dos trabalhadores num processo de transformação econômica do país. Essa mensagem fez com que surgisse a idéia de um grande número de telegramas a Getúlio Vargas, e eu me lembro que os telegramas realmente surgiram; eram os sindicatos que faziam os telegramas, em vários outros setores eram feitos os telegramas, havia muita mobilização nesse sentido. A gente sentia que havia.

A.G. - Quem estava mais diretamente ligado ao movimento queremista em São Paulo?

E.R. - Ao movimento queremista em São Paulo estavam ligados o Frota Moreira, estava ligado o Ícaro Sidon, que era sindicalista, o Vladimir Cardia, que era sindicalista, eu, que era professor, e outras pessoas.

A.G. - Como essas pessoas funcionavam em termo de liderança do movimento? Porque uma das coisas que eu acho ainda muito obscura é esse tipo de dinâmica do movimento quererista, que sem dúvida nenhuma tem uma grande dose de mobilização espontânea, mas que sem dúvida nenhuma também tem elementos-chaves na articulação do movimento. Eu queria que o senhor contasse um pouco para a gente o que é que esse grupo, por exemplo, fazia em São Paulo, e como é que isso se articulava com a mobilização?

E.R. - Eu diria o seguinte: que foi um tipo de movimento emergente de uma forma popular, até porque, por exemplo, uma liderança como o Marcondes... O Marcondes estava adoentado e praticamente não teve participação no movimento quererista. Ele preferiu restringir-se. Um outro elemento, que sempre foi getulista, o Canuto Mendes de Almeida; o Canuto participou, mas participou com ponderação por causa das pressões existentes dentro da Faculdade de Direito. Agora, participou, mas uma participação estrita. Então sente-se que a mobilização maior era feita através dessas estruturas populares, dessas estruturas daquele emergente sindicato que se reuniu em casinhas pequenas, em salas pequenas - não é o sindicato de hoje, [risos] não é de jeito nenhum - e realmente a gente via a mobilização. Agora, havia indiscutivelmente setores, sobretudo industriais, que davam cobertura financeira para a passagem de telegramas, para esta parte toda.

A.G. - Por exemplo?

E.R. - Aí é que é o problema! [risos] Aí é que é o problema de eu citar realmente nomes ligados, essa questão toda. Mas no passado, - já que nós estamos falando, não é? - já morto, eu diria que o Ermírio de Moraes teve uma participação; eu diria que o Devisate, que foi presidente da federação, teve participação. Evidente que era uma participação mais discreta, quer dizer, eles não vinham à rua, eles não participavam das reuniões de rua, essa coisa toda, mas nós tínhamos reuniões com eles. E essa outra parte era realmente mobilizada.

P.R. - Eusébio, qual é o motivo político que esses industriais tinham no sentido de ajudar esses movimentos populares?

E.R. - Eu tenho a impressão que eles se aperceberam cedo que aqueles grupos mais conservadores de São Paulo estavam muito ligados aos interesses de exportação, estavam realmente muito ligados a problemas de importação, de comércio e, conseqüentemente, ligados a interesses externos. E eles sentiam que a possibilidade do desenvolvimento deles tinha tido muito mais cobertura do governo do Getúlio Vargas. Eu tenho a impressão que eles agiram por uma certa simpatia pessoal - é possível - pela mobilização que o Estado Novo fez, mas também por sentirem que seus interesses eram constantemente contrariados pelas pressões agrárias dos grandes fazendeiros de São Paulo que tentaram, em 32, recuperar o poder político que eles vinham mantendo hegemonicamente. De modo que houve realmente um sentido objetivo de interesse de classe, e também a formação, porque eu tenho a impressão que aquela preparação de dever do Estado, a tese que se desenvolvia de Volta Redonda, do aço, era, assim, a perspectiva de uma formação industrial. Porque é como eu digo, Volta Redonda, como Petrobrás, foram empresas estatais não-estatizantes, porque elas abriram a grande perspectiva do desenvolvimento da iniciativa privada. De modo que eles sentiram perfeitamente que, se houvesse uma vitória imediata daquele antigo grupo ruralista de

São Paulo, é evidente que seriam tomadas medidas contra o processo de industrialização que os beneficiava. De modo que em um certo momento somou-se um certo interesse do desenvolvimento industrial com a perspectiva de resguardo dos trabalhadores.

A.G. - Ou seja, vamos dizer assim; superada uma questão que durante algum tempo angustiou o empresariado brasileiro, inclusive o empresariado paulista, que foi a questão de como lidar com a legislação social e que sentido essa legislação teria politicamente falando, superado esse problema, visto que a legislação podia ser absorvida do ponto de vista econômico e político também, a questão do nacionalismo, da possibilidade de um arranco industrial com certa marca nacionalista, vai fazer com que nesse momento seja possível uma adesão dessa natureza, um certo financiamento por parte de setores industriais a um tipo de movimento de caráter nitidamente popular. Isso é que eu acho uma coisa interessante no movimento queremista. Talvez ele tenha sido a primeira grande manifestação política popular que realmente teve uma capacidade de mobilização ampla, após muitos anos de grande marasmo.

E.R. - Eu gostaria de complementar a sua idéia, porque ela está muito bem colocada.

A.G. - Eu queria fazer a leitura.

E.R. - Então faz a leitura.

A.G. - Não! Essa leitura para o depoimento.

E.R. - Eu tenho a impressão que o que influiu também, sobretudo no setor industrial conservador, foi a idéia de um mal menor, porque eles sentiam que se a estrutura do poder evoluísse novamente para o setor rural eles iam ter obstaculizado o seu processo de desenvolvimento.

A.G. - Esse grupo mais conservador do empresariado que o senhor está mencionado tendia nesse momento basicamente em termos de UDN ou de PSD?

E.R. - De PSD, tipicamente.

A.G. - Mais do que a UDN?

E.R. - Mais, não, tipicamente PSD. Por exceção, podia haver algum industrial udenista, essa coisa toda, mas por exceção. Como norma geral, o grupo conservador industrial tendia para o PSD, tanto quanto o grupo rural que queria privilegiar as importações, que queria fazer do problema da exportação, que não se preocupava com o mercado interno, estava ligado realmente ao setor da UDN.

A.G. - A` UDN, não é?

E.R. - A` UDN, ao setor mais conservador, indiscutivelmente, ligado ao setor rural, onde inclusive o presidente Getúlio Vargas não sentiu que tinha condições para introduzir a legislação do trabalho de uma forma intensa. Eram de tal maneira as pressões que ele percebeu que isso provocaria uma reação de estrutura de poder que talvez ele não tivesse condições ainda de enfrentar. Daí se notar que o trabalhador da

cidade, o trabalhador industrial, foi beneficiado pela legislação do trabalho que não foi estendida ao campo.

A.G. - Mesmo depois de 45, inclusive.

E.R. - É, mesmo depois de 45.

A.G. - É interessante, porque fica claro que a questão do tom nacionalista de Vargas, já neste momento, está ligada ao PTB e não ao PSD, não é?

E.R. - Está ligada fundamentalmente ao PTB.

A.G. - E não ao PSD, não é? Porque de alguma forma esse grupo está aderindo também a Vargas, mas não a um determinado tipo de discurso de Vargas.

E.R. - Embora o discurso de Vargas fosse ligado indiscutivelmente ao PTB, como você colocou muito bem, notam-se já no PSD alguns elementos que se apercebem da necessidade da tese nacionalista como fundamento desenvolvimentista da indústria. Eu citaria tipicamente, por exemplo, o senador Simonsen, o bom, para você não confundir com o atual. É verdade que isso foi um pouco mais adiante, mas já naquela ocasião ele tinha uma posição simpática aos movimentos, embora extremamente discreta, muito mais discreta do que a do Ermírio, muito mais discreta do que a do Devisate. O Devisate tinha uma posição muito mais firme.

A.G. - Eu estou fazendo essa colocação em relação à questão do nacionalismo porque o outro ponto que eu gostaria de levantar ainda em relação à questão do quererismo e ainda em relação a essa questão do beneplácito, vamos dizer assim, de setores do empresariado ao movimento, às suas teses, é a questão do movimento comunista, já nesse momento. Porque quando o quererismo eclode mais significativamente, já se tinha passado pela anistia e, inegavelmente, o Partido Comunista estava se articulando e já apontava como alguma coisa significativa politicamente do ponto de vista popular. Eu queria perguntar para o senhor que peso essa questão do movimento comunista teria nessa dinâmica de adesões ao quererismo e ao trabalhismo em decorrência, como o senhor está colocando?

E.R. - Bom, inegavelmente, como sempre, os comunistas têm uma grande capacidade de orquestrar, uma grande capacidade de mobilizar, mas realmente como expressão eleitoral eles não chegaram a ter uma posição de influenciar nos acontecimentos. A bancada comunista era relativamente pequena. O movimento que o Partido Comunista fez com a própria eleição de Prestes revela um certo avanço, mas muito aquém daquilo que se esperava.

A.G. - E nesse momento da mobilização da "Constituinte com Getúlio?

E.R. - Eles participaram, os comunistas participaram. Indiscutivelmente a tese comunista...

A.G. - Eles foram importantes do ponto de vista da mobilização?

E.R. - Eles participaram da mobilização e foram úteis, indiscutivelmente. Foram úteis.

A.G. - Tiveram significância do ponto de vista da liderança do movimento quemista em certos momentos?

E.R. - Da liderança, eu não diria, mas de uma capacidade de mobilização grande, eu não tenho dúvida quanto a isso.

A.G. - Havia contatos?

E.R. - Havia contatos. Quer dizer, não havia propriamente contatos, havia trânsito. Eu não diria propriamente contatos, porque o movimento foi muito não-estruturado. Não era um movimento que tivesse presidente, secretário, organização, não sei o quê, ligação. Havia um grupo de indivíduos que se reuniram e tomaram posição, e cada qual ia fazer isso ou aquilo, passava telegrama, ia ao Rio, conversava com fulano, estabelecia... ia ao Rio Grande do Sul, ia a tal lugar, mas um negócio que não tinha, assim, uma organização, uma organicidade...

A.G. - ... Formal, alguma coisa formal?

E.R. - A idéia é precisa; não havia uma organização formal.

A.G. - Agora, mesmo informalmente, como é, por exemplo, que se fazia uma grande passeata quemista, um grande comício, uma grande manifestação, como houve várias, não é? De julho até outubro houve várias manifestações desse tipo.

E.R. - Exatamente. Havia os contatos permanentes, porque o fato de se mandar telegrama etc... Estávamos todos nós em contato, e desse contato, então saía: "Vamos lá!" - decidia-se a passeata e fazia-se a mobilização, mas sem uma estrutura grande.

A.G. - Como é que se articulava isso com os sindicatos, dr. Eusébio?

E.R. - Pelos contatos pessoais.

A.G. - Com as lideranças sindicais?

E.R. - Com as lideranças sindicais e sobretudo nas fábricas. Havia muita reunião, eu fiz muito comício de fábrica.

A.G. - Essas coisas é que eu queria saber como eram.

E.R. - Eu me lembro bem; eu tinha na ocasião um jipe com alto-falante, e outros tinham também, e a gente ia para a beira das fábricas mostrar a necessidade de mobilização.

[FINAL DA FITA 1-A]

E.R. - E a gente conseguia com isso uma participação, porque havia uma receptividade total. Quer dizer, quando você chegava e falava em Getúlio, imediatamente a massa se aglutinava. Havia realmente um estado de total predisposição de apoio ao Getúlio.

A.G. - Muito positivo?

E.R. - Para você ter uma idéia da intensidade, basta ver que o Marcondes Filho ficou praticamente omissos, foi dos mais omissos depois que houve o golpe, ele, como homem de formação conservadora...

A.G. - Ele estava realmente muito doente nessa ocasião.

E.R. - Doente, indiscutivelmente doente, mas ele esteve completamente omissos. Eu me recordo que, quando nós fomos convidá-lo para ser senador pela nossa chapa, pelo PTB, ele inicialmente recusou dizendo que não tinha condições, essa coisa toda; mas em face da insistência, assinou, assim, sem nenhuma outra manifestação. Talvez pela doença, talvez por tudo, não sei, mas a verdade é essa. E você veja, ele se elegeu senador por São Paulo.

Ainda agora, extrapolando e desordenando o depoimento, quando eu mobilizei a comemoração do centenário de nascimento de Getúlio Vargas, conseguindo colocar no fim da avenida Paulista, na antiga praça do Expedicionário, a carta do Getúlio em bronze, eu enfrentei debates interessantes na televisão, porque um jornalista me perguntou: "Como é que o senhor explica que o presidente Getúlio Vargas não tenha em São Paulo uma avenida, uma rua com o seu nome? Não é uma manifestação de que São Paulo esteve sempre contra o Getúlio?" Eu digo: "Não, absolutamente. Porque o Getúlio foi eleito deputado federal por São Paulo com uma grande votação, foi o deputado mais votado por São Paulo" - na época era permitido ser deputado por vários estados e, realmente, a votação dada a ele como senador... "Ele também se elegeu senador por São Paulo; logo, as camadas populares de São Paulo continuaram vinculadas ao presidente Getúlio Vargas, a ponto de elegê-lo senador. Ele foi eleito senador por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul, e arrastou o Marcondes na sua votação em São Paulo. De modo que não é verdade que São Paulo, na sua expressão popular, tenha estado contra o dr. Getúlio. Pode ter estado nas cúpulas minoritárias, reacionárias, mas não na expressão popular. Ele se elegeu senador."

A.G. - Eu queria voltar a esse ponto que o senhor colocou agora, essa diferença. Mas, antes de voltar, eu queria retornar ao ponto do depoimento do senhor em relação aos comícios.

E.R. - É, realmente eu desordenei um pouco. [risos]

A.G. - Não, é interessante. É interessante fazer uma reflexão em torno disso, porque a situação econômica dos trabalhadores durante esse período do final do Estado Novo é uma situação difícil; é o momento da guerra e esses elementos estão sofrendo uma série de privações no sentido de que os salários estão sendo contidos e de que há inclusive uma série de transformações na própria legislação - ampliação de horário e uma série de permissões como o trabalho noturno a mulheres etc. Ou seja, do ponto de vista econômico estrito senso, a situação dos trabalhadores não era realmente das melhores; mas do ponto de vista político, quer dizer, da receptividade em relação a Getúlio e do seu significado, me parece que isso é alguma coisa bem inquestionável e o senhor mais uma vez está colocando isso. Quer dizer, o senhor ia para a porta das fábricas fazer um comício e era amplamente recebido, e bem recebido, isto é, não havia problemas maiores para ser ouvido e certamente para ser aplaudido, não é? Como é que o senhor

explica isso, dr. Eusébio? E outra coisa que eu queria perguntar também: nesses momentos o senhor falava do PTB ou falava só do quererismo, da Constituinte?

E.R. - Em primeiro lugar, você coloca com muita inteligência os problemas, e isto é muito agradável a quem tem que depor. Você colocou realmente um problema importante, de que os trabalhadores tiveram uma situação evidentemente mais difícil durante a guerra. A mim me parece, entretanto, que todas as vezes que toda uma coletividade sofre mais ou menos as mesmas pressões, ela suporta melhor e aceita esse condicionamento. A grande revolta da comunidade trabalhadora se dá quando a riqueza de poucos afronta a miséria de muitos. Aí, então, vem o grande estado de revolta.

Ora, naquela ocasião, todos estavam participando de certo modo dos sacrifícios da guerra. Então, os trabalhadores recebiam aquilo como uma parte da comunidade, daí não ter havido uma repercussão muito grande e muito violenta nos trabalhadores dessas restrições. Quer dizer, eles aceitaram e compreenderam que era uma coisa que a comunidade nacional recebia. Agora, quando o trabalhador vê, assustado, que essa minoria de privilegiados afronta o seu sacrifício, a revolta cresce. Então, eu explicaria dessa maneira. Por isso que eu tenho impressão que os trabalhadores receberam e compreenderam realmente o quadro e não tiveram restrições às dificuldades que lhes foram oferecidas.

Agora, quanto ao movimento quererista, é evidente que nós associávamos as duas coisas. No movimento quererista, a gente já ia integrando a idéia do PTB, do partido, já íamos mobilizando dessa forma. E para você ter uma idéia do quanto o povo estava identificado com Getúlio na votação, eu vou contar esse detalhe que é um pouco pessoal, e é quase injustificável que eu conte, mas não deixa de ser interessante. Quando o Berto Condé, nosso companheiro que estava coordenando as candidaturas para o PTB, me convidou para deputado federal, eu tinha exatamente 25 anos. E eu disse a ele: "Não, Berto, de jeito nenhum. Eu vou ser deputado estadual, depois eu vou ser candidato a federal, essa coisa toda, mas já, não. Eu estou no terceiro ano da Faculdade de Direito, é verdade que eu fiz curso no Colégio Militar, fiz curso de engenheiro agrimensor, fiz o curso de matemática, essa coisa toda, fiz vários concursos, mas eu não gostaria agora de ser candidato à Constituinte e ser deputado federal." Ele, muito liberalmente, muito honestamente, me disse: "Não, Eusébio, eu sei disso, que você talvez não tenha condições de se eleger, mas é para ajudar o partido." Eu virei-me e disse: "Está bom, se é para ajudar o partido eu aceito." Talvez uma das coisas que tenha contribuído para eu me eleger constituinte - eu fui constituinte com 26 anos, fui o mais moço constituinte - deve ter sido exatamente esse fato. Primeiro, evidentemente, como diretor da Justiça do Trabalho, eu tive um contato muito grande com os trabalhadores, isso ajudou; sendo professor, essa parte ajudou. Mas, quando eu fui percorrer o interior, eu encontrei alguns setores como o de Sorocaba, em que a candidata era a dona Íris Fernal, uma atitude muito restritiva. Eles não distribuía cédulas do Getúlio, e é verdade que distribuindo cédulas do Getúlio, eles estariam prejudicando a própria eleição, porque seria eleito quem tivesse mais votos. Se, por exemplo, em Sorocaba, naquela região toda, passassem a distribuir muita cédula do Getúlio, a pessoa corria o risco de não se eleger; o Getúlio se elegia, mas a pessoa não se elegia. Ela então fechou as cédulas do Getúlio. E cheguei perto e disse: "Olha, eu preciso me eleger. Vamos fazer um acordo? Eu deixo cédulas do Getúlio aqui para vocês votarem nele, porque eu acho uma homenagem justa, mas deixo cédulas minhas; vocês dividam." Eles distribuía, porque eu tive uma bela votação nessa região. Então, vocês vejam o grau de intensidade - e esse é indiscutivelmente um depoimento para a história - o grau de

intensidade e interesse em fazer questão de querer votar no dr. Getúlio. Vejam como o nome dele conseguiu penetrar nas amplas camadas populares.

Assim, com essa preocupação é que realmente eu respondo a você dizendo que acho que não houve uma reação negativa dos trabalhadores, apesar dos sacrifícios de horas extraordinárias, as mulheres trabalhando extraordinariamente, apesar de uma certa contenção, porque era um sacrifício comunitário. Então eles aceitaram. E isso não prejudicou a imagem do Getúlio de ter dado aos trabalhadores uma situação totalmente diferente, um *status* diferente, porque o trabalhador, antes de 30, não tinha nem oito horas de trabalho; ele trabalhava 16, 20 horas de trabalho. A mulher tinha criança, às vezes, dentro da fábrica.

A.G. - Sem dúvida nenhuma a questão da legislação social foi capital, não é?

E.R. - Toda essa questão da legislação deu realmente ao trabalhador uma imagem da proteção dada pelo Getúlio. Por outro lado, reações que ele teve em Volta Redonda, resistindo às pressões externas, resistindo às pressões da *United States Steel*, às pressões americanas, deu a ele uma imagem do homem que resguardava o interesse nacional. E esses fatos foram marcando o povo, que pode não ter penetração cultural nas grandes análises econômicas, mas tem uma grande sensibilidade para compreender as tendências dos acontecimentos. É isso que explica essa receptividade, a facilidade que nós tivemos de fazer uma campanha a ponto de, sem recursos, eu me eleger constituinte.

P.R. - Eusébio, como que o interventor Fernando Costa, e de um modo geral o PSD de São Paulo, receberam o aparecimento do PTB no estado?

E.R. - Eles não hostilizaram, não houve uma hostilização do PSD ao PTB. E o Fernando Costa, eu tenho a impressão, via uma possibilidade de aliança. Eu tive muito contato com o Fernando Costa, que era um homem realmente muito interessante, muito simples, e que por outro lado era também um grande admirador do dr. Getúlio. De modo que, nessa fase, não houve realmente uma dificuldade nesse campo.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.G. - O dr. Eusébio estava contando para a gente a reação do interventor Fernando Costa e das cúpulas políticas de São Paulo ao aparecimento do PTB. Eu queria que o senhor aproveitasse e falasse um pouco também sobre as manifestações queremistas. Quando a Maria Celina chegou, nós demos uma breve pausa, [risos] mas agora o dr. Eusébio vai retornar.

E.R. - Bem, nós evidentemente estamos pulando acontecimentos. Quando, na queda do dr. Getúlio, todos nós fomos presos - todos nós estivemos presos - e a sede do partido foi invadida, eu tive a cautela de guardar debaixo dos tapetes as relações de adesão, senão depois nós não poderíamos retomá-las. Tudo isso aconteceu de uma maneira mais ou menos ostensiva, com alguns imponderáveis até, porque o rapaz que foi me prender mandou descer o retrato do Getúlio e eu disse que não concordava, essa coisa toda, que já tinha batido muita continência... Depois descobrimos, no decorrer, que nós tínhamos sido colegas no Colégio Militar, o que não impediu de eu ir para a cadeia e depois para a detenção. [risos]

M.C. - De onde vinham as ordens de prisão?

E.R.- As ordens vieram diretamente do Rio, e o comando militar, que era então 2a. Região Militar, e não II Exército, assumiu as prisões.

A.G. - Antes da queda do Getúlio, no ano de 45, eram intensas as articulações para a formação de partidos, e Fernando Costa estava articulando o PSD junto com outros

E.R. - Estava articulando o PSD.

A.G. - E aí, como é que era a relação com o PTB?

E.R. - Era boa, tranqüila.

A.G. - E em relação ao quererismo, como é que era?

E.R. - Em relação ao quererismo, o PSD não participava.

A.G. - Eu estava perguntando sobre a visão e o trato, vamos dizer assim, que o governo do estado dava a esse tipo de movimentação que estava ocorrendo.

E.R. - Ele não se comprometia propriamente no movimento quererista, mas não criava nenhuma dificuldade.

A.G. - Não reprimia? Não causava problemas políticos de nenhuma natureza?

E.R. - Não reprimia, absolutamente. Não criava nenhuma dificuldade. Fernando Costa não criou nenhuma dificuldade.

A.G. - Dr. Eusébio, uma das coisas que às vezes intriga a gente é essa questão do movimento quererista em relação à possibilidade de Getúlio se candidatar a presidente, coisa que depois de ultrapassado o prazo de desincompatibilização não poderia mais suceder. Mas o movimento quererista continua insistindo na permanência de Getúlio no poder, a despeito de ultrapassado o prazo regimental necessário. Eu fico me perguntando que tipo de perspectiva havia objetivamente nesse momento em termos políticos, e em função disso que tipo de reação as cúpulas políticas estaduais - no caso especificamente Fernando Costa - tinham em relação a esse tipo de movimentação, que não diminuiu depois de setembro, mas aumentou, foi mais intenso ainda depois que o prazo de desincompatibilização venceu. Como é que fica isso?

E.R. - Se você me permitisse, eu faria uma comparação com as eleições diretas. Quando nós nos reunimos no PDT para discutir a questão das eleições diretas, eu manifestei o seguinte: é uma estratégia perfeita porque, ou nós ganhamos as diretas, ou desgastamos o governo, ou as duas coisas. De modo que é uma estratégia em que não se perde nada, só se pode ganhar.

Com o quererismo aconteceu a mesma coisa. Nós sentimos perfeitamente que a luta do quererismo sensibilizava as amplas camadas populares, o que para nós, que lutávamos pelo quererismo, era extremamente simpático; então nós aglutinávamos forças populares em torno de nós. Por outro lado, o PSD via no seu grande inimigo não

o PTB em São Paulo, via no seu inimigo a UDN, que também era desgastada, porque havia então a história dos "marmiteiros" etc. etc. etc. em cima da UDN. De modo que eu creio que era por isso que a estrutura de poder do PSD, embora não participasse, não assumisse manifesta e historicamente a responsabilidade quase subversiva de insistir em alguma coisa contra os dispositivos legais, ela absolutamente não reprimia, porque no fundo trazia dividendos pelo desgaste que causava à UDN de São Paulo. Eu tenho a impressão - e esta é uma explicação que eu estou dando, porque nunca ninguém tinha me colocado esse problema, mas você, com essa sua agilidade constante de colocar problemas, me colocou e me forçou a resposta imediata - eu tenho a impressão que realmente foi esta a estratégia que levou a se continuar sempre falando no quererismo, tanto quanto possível, porque era realmente um fator estratégico de aglutinação.

A.G. - Então vou fazer uma outra pergunta provocadora: como é que o senhor vê a situação de Getúlio diante do movimento queremista? Porque, formalmente, ele permaneceu sempre negando a possibilidade de permanecer, afirmando que sairia, que entregaria o governo, mas sempre recebendo a população, discursando para ela. Como é que o senhor, um participante desse momento, sentia essa jogada política, vamos dizer assim, do Getúlio?

E.R.- Eu diria, primeiro, que a sua pergunta não é provocadora, a resposta poderia até ser, mas a pergunta, nunca. Eu tenho uma explicação disso em 1950, mais ou menos, 49, 50. Eu fui a São Borja e disse: "Olha, dr. Getúlio, nós estamos sozinhos aqui e estou numa situação séria em São Paulo. O senhor sabe que eu sempre o acompanhei; mas se o senhor não vai mesmo ser candidato, evidentemente é preciso que eu prepare um comportamento. Agora, se o senhor pode ser candidato, a situação é diferente." Ele virou-se para mim e disse: "Bom, se o cavalo passar arreado, eu monto." [risos]

A.G. - Estava esperando o cavalo também em 45?

E.R. - Eu tenho a impressão que deve ter acontecido a mesma coisa. Ele realmente não assumiu perante a história a responsabilidade de endossar, de estimular ou dizer que fizessem o movimento queremista. Mas se a vontade do povo, em determinado momento, exigisse, a tal ponto que as estruturas políticas, sensibilizadas pela manifestação nacional, aquiescessem, evidentemente ele faria como fez em 37, porque ele também não participou do golpe de 37. Ele não articulou o golpe de 37, o Estado Novo; o Estado Novo foi articulado de uma forma diferente, em que chegou o momento em que ou ele aderiria ou era esmagado. De modo que ele preferiu aderir e continuar tentando criar uma certa estrutura de poder. A minha impressão é essa, que ele realmente não endossou, e eu não vi nenhum estímulo direto dele - é possível que os amigos dele tivessem feito, disso eu não tenho dúvida. [risos]

M.C. - Como é que os militantes da época - no caso o senhor - avaliavam a perspectiva de o Getúlio Vargas continuar no poder? Porque, a rigor, o quererismo era o cavalo que ia passar...

A.G. - ... Arreado...

M.C. - ... e ele ia aproveitar. Eu entendo que o fato de os queremistas forçarem esse movimento popular era deliberado, e acho que não é só por causa da UDN. Eu acho que há uma avaliação positiva da política de Vargas, não é? Como é que se explica essa

avaliação do Governo Vargas e a importância de ele continuar, a importância de Vargas não sair do poder?

E.R. - Bom, é fácil compreender, porque nesse país parece que há um fato que, ou por coincidência histórica, ou por determinação de poder, sempre acontece; dois governos que fizeram lei de remessa de lucros e regulamentaram, caíram. O dr. Getúlio Vargas tinha acabado de fazer uma lei de remessa de lucros; o dr. Getúlio Vargas tinha acabado de conseguir uma coisa impressionante: que o Brasil passasse, ainda durante a guerra, de um país devedor, a país credor. Conseqüentemente, tudo indicava que o dr. Getúlio iria utilizar esse poder de crédito externo para estruturar realmente o desenvolvimento industrial do país, o que sempre foi um sonho dele. Ora, esse desenvolvimento industrial do país já tinha provocado prejuízos graves aos interesses norte-americanos; no momento em que se construiu Volta Redonda, a *United States Steel* perdeu o mercado brasileiro de aço. Ora, um homem que utilizou a estrutura de poder para provocar isso era um homem terrivelmente perigoso no governo, porque, ao invés de se colocar na situação de que o Brasil é quintal dos Estados Unidos, ele se colocava na posição da hipótese de poder ser aliado dos Estados Unidos, e não quintal, de poder entender com os Estados Unidos a luta pela democracia, a luta pela liberdade, mas não de ser simplesmente um servidor dos interesses das multinacionais americanas no Brasil.

A queda do Getúlio se deu fundamentalmente por isso; porque ele representava uma estrutura de poder que quebrava aquele domínio tranqüilo das empresas americanas dentro do Brasil. Ora, se este homem conseguiu nesse governo acumular capitais a ponto de o Brasil ser credor de todos os países, a ponto de o cruzeiro ter atingido um grau de maior valorização - era a moeda mais valorizada do mundo na ocasião -, ou seja, de um país devedor, dependente, ele criou uma situação de estrutura de poder, então o que aconteceu foi o seguinte: aqueles setores que viam na industrialização uma necessidade, como os setores do PDS³, os setores empresariais, Simonsen, Devisate, que foi presidente da Federação das Indústrias, essa coisa toda, e os trabalhadores se aglutinaram querendo a continuidade do Getúlio para a continuidade dessa política. Mas aqueles que viviam realmente das benesses do capital estrangeiro, das empresas estrangeiras, passaram a mobilizar, a desinformar, sob a alegação de que o Getúlio acabaria com a democracia, que o Getúlio iria restabelecer a ditadura, e mais uma vez a mistificação criou a inverdade.

De modo que eu tenho a impressão que é por isso que essas forças defendiam a continuidade de Getúlio Vargas, já não como ditador, mas dentro de um pensamento democrático, como aconteceu em 50 - o Getúlio provou que jamais utilizou em 50, 51, o poder para tentar estabelecer uma ditadura. Atuou dentro de um conceito democrático, mais nacional, tanto que ele denunciou o subfaturamento, o superfaturamento, denunciou realmente que o país estava sendo descapitalizado pela remessa de lucros, quer dizer, a estrutura de luta de poder político se deu realmente em torno disso. Não sei se fui claro.

M.C. - O que fica inquietante para a gente é perceber como se a questão do nacionalismo, a questão do desenvolvimento nacionalista antecederse à questão da democracia. Parece que está pesando mais por aí. Isso fica difícil de entender.

E.R. - Foi bom você colocar, porque eu tenho a impressão que tenho condições de esclarecer.

³ Engano do entrevistado; a sigla correta é PSD.

M.C. - Eu acho que só tem, não é? [risos]

E.R. - Eu acho o seguinte, que é o contrário. Eu estou convencido que é sob o regime democrático que se tem melhores condições para se resolver as crises econômicas. É sob o regime democrático que nós temos melhores condições de defender os interesses nacionais, não tenho dúvida; uma vez que o povo se organize e as estruturas de poder nacional se organizem. Então não há uma incompatibilidade entre o interesse nacional e o conceito de democracia, absolutamente não há uma incompatibilidade, não vejo nenhuma incompatibilidade.

Agora, na estrutura de poder, várias vezes têm sido usadas ameaças que de fato não existiam. Eu estou convencido, por exemplo, de que o próprio golpe de 64 conseguiu sensibilizar setores do país com a ameaça comunista, quando os comunistas não tinham poder nenhum para dar golpe. Eles não estavam absolutamente estruturados para dar golpe, eles não tinham elementos. Quer dizer, criou-se uma mistificação para impor ao país - o que foi? - os interesses norte-americanos. O que é que nós vimos? Nós vimos que a primeira medida de Castelo Branco foi revogar a lei de remessas de lucros, foi defender realmente os interesses das multinacionais dentro do país. Agora, faltou ao Jango, evidentemente, aquela capacidade de preparar democraticamente o país e manter a organização do país. Porque o país não poderia se empolgar ao ver a anarquia que se estabeleceu no Clube dos Sargentos, essa coisa toda. Eu acho que o povo brasileiro não queria essa anarquia, o povo brasileiro não queria a desordem mas, por outro lado também, não queria continuar a ser tratado como um quintal de qualquer país do mundo. Essa é a minha impressão.

De modo que não há incompatibilidade entre nacionalismo e democracia, ao contrário; é só deixar a democracia caminhar um pouco mais que as forças de poder nacional se estruturarão muito bem. A prova está aí; foi num governo de exceção que nós tivemos a maior crise que o país conheceu. Num governo de ditadura, de estrutura de poder, o que é que nós tivemos? Maiores índices de recessão, maior índice de desemprego, maior índice de falência. Os índices sociais chegaram a ser clamorosos. O Instituto Oswaldo Cruz declarou que nós estamos com cerca de 60 milhões de pessoas com parasitose, com 12 milhões de esquistossomose; então isso prova que realmente a estrutura de poder autocrático, principalmente quando se dirige inteiramente à minoria oligárquica, é desesperadora para o interesse nacional.

A.G. - Retomando essa questão da ótica que está sendo assumida, que a gente tinha colocado um pouco anteriormente, e que o senhor colocou agora de novo, me parece que a questão da democracia era vista nesse momento como condição para a permanência de uma política de corte nacionalista, industrializante e nacionalista. Nesse sentido, a permanência de Getúlio no poder era considerada a melhor garantia para isso, estou certa? É esse tipo de perspectiva que informava os setores do PTB?

E.R. - Nem há dúvida. Exatamente. Agora, com uma idéia de que essa situação se daria dentro de um enfoque democrático; porque evidentemente não havia - nós não sentíamos nesse contato, que eu tive amplamente - quem dissesse o seguinte: "Olha, a ditadura de Getúlio Vargas é melhor do que uma democracia." Jamais! Ao contrário. O que eu sentia é que seria um aprimoramento, que o processo democrático seria um aprimoramento. Agora, o que tem faltado ao Brasil, é lógico, é a existência de partidos. Você veja o grande contraste: o Getúlio se elege presidente da República e o PTB é o terceiro partido. Tinha que se criar uma crise política no desequilíbrio da estrutura de poder do parlamento com o Executivo.

A.G. - E nesse momento, dr. Eusébio, em que os partidos estão nascendo, em que os primeiros partidos nacionais estão nascendo, o PTB estava se colocando como o partido de Getúlio?

E.R. - Eu tenho a impressão que hoje o PTB é uma espécie de mariposa, mariposa do poder - onde há luz ele está. É uma mariposa de poder. Veja você: a bancada federal está com o governo federal; a bancada do Rio de Janeiro está com o Brizola, e a bancada de São Paulo está fazendo tudo para se compor com o Montoro. Então aonde há luz do poder a mariposa do PTB pousa. Deixou de ser o partido dos programas e princípios que o Getúlio Vargas proclamava para ser um partido ou uma legenda de aluguel. Daí veja o contraste: o primeiro gesto de Getúlio Vargas ao assumir o governo, em 50, foi aumentar o salário dos trabalhadores em 300%. O primeiro gesto do PTB, - que quase me seduz a chamar de outra coisa, mas por respeito profundo a vocês eu não chamo -, qual foi? Votar contra o 2.065, votar contra o salário dos trabalhadores. Diziam-me um senador por São Paulo - não vale a pena fazer aqui a propaganda do nome dele - o seguinte: "Acho que os ossos do dr. Getúlio devem estar tremendo na sepultura..."

[FINAL DA FITA 1-B]

E.R. - "... ao ver aquele que foi o seu partido votar contra o salário dos trabalhadores." De modo que eu acho que o PTB fugiu completamente à sua tradição, numa aventura de poder que o desnatura como instrumento de transformação sócio-política.

A.G. - Dr. Eusébio, pegando a questão do partido que o senhor colocou e retomando ainda um pouco o que a gente vinha conversando, ficou claro para mim que, nesse momento inicial de articulação partidária, não só o movimento queremista como o próprio Partido Trabalhista não tiveram maiores problemas em São Paulo com o interventor nem com o PSD, até mesmo porque o PSD os viam nesse momento como aliados a desgastar basicamente a UDN. Como o PTB se relacionava com o PSD? Como é que se davam as relações PTB-PSD nesse momento?

E.R. - As relações eram evidentemente satisfatórias. Por vezes tínhamos atritos, por vezes tínhamos discordâncias, porque na nossa situação de exigir sempre melhores salários, melhores condições, às vezes havia áreas de atrito com o PSD. Mas nos grandes problemas acabávamos sempre aliados.

A.G. - Chegou a haver nessa ocasião algum tipo de acordo, por exemplo, em termos de financiamento? Porque o PTB sempre teve problemas sérios de finanças e o PSD não.

E.R. - Eu não tenho dúvida que, em certos momentos, o partido recebeu recursos de setores industriais de São Paulo, não só...

A.G. - ... Ligados ao PSD?

E.R. - ... Ligados ao PSD, ou mesmo não-partidários que sentiam que o PTB tinha uma linha de mais equilíbrio, não tinha uma linha reivindicatória intransigente. Por isso mesmo o PTB cresceu muito, porque ele foi interpretando o interesse dos trabalhadores,

seja na previdência, seja mesmo quando o PTB assumiu a previdência em alguns setores, sobretudo no início. Logo no período em que o dr. Getúlio tomou posse, no período Danton, houve condições de se fazer parcelamento para os industriais; então eles viram que a política do PTB não era uma política de intransigência em relação ao empresariado, mas uma política de exigir realmente melhores condições para os trabalhadores e avançar dentro de uma estrutura de poder, tornando possível o que convinha aos trabalhadores.

A.G. - Quer dizer que havia uma perspectiva de aliança PTB-PSD?

E.R. - Havia. Basta ver o seguinte: no momento em que Ademar de Barros lançou o Novelli para governador, o PTB e PSD estiveram juntos apoiando o Cirilo Júnior, candidato a vice-governador. Aí foi um caso típico de aliança em São Paulo, provando conseqüentemente que havia condições perfeitas de aliança.

M.C. - Voltando ao PTB, o senhor enfatizou muito a questão doutrinária, a questão democrática, questão do desenvolvimento. Eu me pergunto como é que ficava a coerência do PTB em 45, com um conjunto de homens que para a gente são incógnitas, tipo Hugo Borghi, Nélon Fernandes, Newton Santos, ?...

A.G. - ... Frota Moreira, que a gente já mencionou.

M.C. - ... Frota Moreira... Esse conjunto de pessoas era compatível com esse ideário, com essa doutrina democrática, nacionalista?

E.R. - Você quer repetir os nomes?

M.C. - Está me ocorrendo Hugo Borghi, Nélon Fernandes, Newton Santos, Frota Moreira, Porfírio da Paz...

P.R. - ... Pedroso Júnior.

M.C. - ... Pedroso Júnior, Joel Presídio, na Bahia...

E.R. - Evidentemente o PTB não era um partido com uma unidade ideológica e com uma identidade de pensamento de todos os homens. Porque é muito difícil que num partido todos pensem exatamente do mesmo modo, da mesma maneira, com a mesma ideologia. Nós estamos vendo hoje em dia as esquerdas divididas em mais de 20 segmentos, quase que cada indivíduo tem uma proposta, principalmente os intelectuais. A esquerda festiva é capaz de ficar quatro horas discutindo se deve ser a linha estalinista, se deve ser a linha leninista, a linha maoísta, o que não tem nada ver, às vezes, com a estrutura realista de um determinado momento histórico.

Eu diria que o Newton Santos, por exemplo, era um homem muito simples, não tinha uma formação cultural, ideológica, evidentemente não tinha. Mas era um homem simples, era um homem do povo e, como homem do povo, era como a formiga que percebe se vai haver chuva. Se você perguntar por que, acho que os cientistas até agora não sabem; mas a formiga sabe que vai chover e começa a armazenar a sua comida. Então o Newton tinha situações realmente boas, entende? Era um indivíduo que não criava problemas nas lutas gerais. O Nélon Fernandes também não.

Agora, você citou a questão do Borghi. Bom, o Borghi é diferente. O Borghi foi e é até hoje um homem de um grande tino comercial. Hoje ele é um dos homens ricos desse país, é um homem de negócios como sempre foi, mas naquela fase o Borghi participou de um empreendimento muito importante que foi a questão do algodão. A Anderson Clayton estava esmagando os produtores de algodão nacional e, segundo dizem, não posso garantir, ele teve um caminho aberto pelo Sousa Costa e ninguém sabia disso. Então, quando ele começou modestamente a comprar algodão na bolsa, a Anderson Clayton riu, porque ela fez o levantamento financeiro dele e disse: "Vai estourar. Nós vamos acabar com ele." Mas ela não sabia que atrás dele estava o Tesouro do Brasil, que também queria melhorar o preço do algodão. Então realmente nisso ele foi um homem de negócios. Mas teve uma participação importante na formação do PTB de São Paulo. Porque nós estamos aqui numa linguagem honesta e séria; não vamos dizer que política se faz só com conversa e com saliva, em que basta você ter uma grande mensagem para conseguir realmente aglutinar um poder político. Normalmente você precisa fazer jornal, você precisa fazer impressos, você precisa fazer viagens, e tudo isso representa estrutura financeira. Nessa parte o Borghi foi correto; ele realmente financiou o partido em São Paulo. Agora, já o Frota Moreira, não. O Frota Moreira tinha uma posição ideológica. O Frota Moreira tinha realmente uma compreensão de todas as lutas nacionalistas, essa coisa toda. E o Borghi, de certa forma, apreendia isso, mas era acima de tudo um homem de negócios.

Para que você veja isso, na estrutura do PTB, eu tinha dito ao dr. Getúlio Vargas: "Dr. Getúlio Vargas, acho bom lá em São Paulo nós mantermos o PTB da seguinte maneira: o Borghi tem um grupo grande e eu tenho um grupo grande, razoável; vamos sugerir que o senhor nomeie um grupo também porque, se acontecer qualquer coisa no futuro, esse seu grupo soma com o meu e nós não teremos grandes problemas em São Paulo." E realmente foi isso, porque na hora em que o Dutra rompeu com o dr. Getúlio, já no governo, é evidente que o Borghi tinha que ficar aonde ficou o Banco do Brasil. E nessa ocasião nós ficamos com a maioria, o PTB continuou realmente fiel ao Getúlio.

M.C. - O senhor lembra quem era do grupo do dr. Getúlio?

E.R. - Citar os nomes já fica difícil. Mas eu posso dizer a você o seguinte: dentro desse nosso grupo estava o Frota Moreira, estava eu - eu era o vice-presidente do partido e o Borghi o presidente; eu era ainda o presidente do Comitê Municipal de São Paulo - estava também o Frota Moreira, estava o Vladimir Cardia.

A.G. - E o Ícaro Lidon?

E.R. - O Ícaro Lidon nessa ocasião ficou com o Borghi.

M.C. - E o Romeu Fiori?

E.R. - O Romeu Fiori era difícil, porque o Fiori ficava sempre em cima do muro. [risos] Eu estou sendo de uma sinceridade incrível, eu podia ter poupado isso. Mas era verdade, sim. O Fiori sempre... Aquele pastor ficou do lado do Borghi.

P.R. - O Guaraci Silveira.

E.R. - O Guaraci Silveira ficou do lado do Hugo Borghi. Certamente a inspiração de reza o Borghi conseguiu do outro lado. [risos]

A.G. - Ele queria ficar do lado do Banco do Brasil mesmo. A reza o conduziu ao Banco do Brasil.

E.R. - Mas nós ficamos com a maioria e o partido continuou. Tanto que, quando o Getúlio assumiu a presidência, quem assumiu a presidência do partido em São Paulo fui eu. Em 50, quem assumiu a presidência fui eu. Depois o...

A.G. - Dr. Eusébio, como é que os trabalhistas em São Paulo receberam o 29 de outubro? Porque até então o cavalo ainda estava sendo uma perspectiva, não é? Mas em 29 de outubro...

E.R. - Não deu muito tempo de pensar porque logo depois nós estávamos todos na cadeia. [risos] Estávamos todos presos.

M.C. - Pois é, eu queria que o senhor falasse dessa sua prisão. Eu acho que é uma coisa tão...

A.G. - E o seguinte também, em termos de expectativa do 29 de outubro: eu acho também que, a partir de um certo momento, quem está dentro está mais ou menos como a formiga, está sentindo que vai chover, não é?

E.R. - Muito interessante...

P.R. - Quem era o comandante da 2a. Região em São Paulo?

E.R. - Quando ela começou a falar eu quis me lembrar, eu sabia quem era, mas não me lembro agora. Você colocou uma questão que me parece muito interessante; esse problema da prisão, que nós evidentemente começamos a pressentir o que podia acontecer, tanto que eu contei a você que eu escondi as listas do partido debaixo do tapete e deixei uns papéis no cofre, porque se tivesse alguma coisa eu entregava algumas coisas que não tinham importância nenhuma, dando a impressão que... Nessa ocasião eu fui preso, fui diretamente para a Casa de Detenção. Foi uma fase assim imediata. Foi quando surgiu um grande problema em São Paulo, depois que nós saímos da prisão. Eu não fiquei preso muito tempo, fiquei preso - o quê? uns 25 dias mais ou menos.

M.C. - É muito tempo.

E.R. - Ah, eu fui preso tantas vezes! [risos]

A.G. - E o senhor acha pouco?

E.R. - Eu acho. [risos] Fiquei lendo, fiquei jogando xadrez na detenção com um tenente-coronel que era getulista também, ficamos jogando xadrez. E, francamente, o tratamento era muito bom. Aos sábados tínhamos até feijoada com pinga. [risos] Uma fase de repouso.

A.G. - Os tempos eram outros, não é?

E.R. - Houve um momento em que sofremos ameaças, mas nós repelimos e eles recuaram. Logo depois, então, nós saímos e começamos imediatamente a desenvolver o partido mais do que nunca. Aí é que a coisa começou a amenizar para nós, porque a UDN tinha um candidato que era Eduardo Gomes. Dentro do partido havia um grupo - esta agora vai ser surpresa para vocês, porque vou falar de uma pessoa a quem eu quero muito bem, mas a verdade histórica é essa - havia um grupo do partido que sustentava a tese de que era melhor apoiar o Eduardo Gomes, porque era o adversário leal, do que apoiar o Dutra, que tinha sido o homem que traiu o Getúlio. Nessa parte eu fui muito mais pragmático.

A.G. - Esse grupo que o senhor está se referindo é o do dr. Segadas e do Baeta Neves?

E.R. - Exatamente esse, exatamente. O do Segadas Viana, principalmente o do Segadas.

A.G. - E em São Paulo?

E.R. - Em São Paulo também surgiram alguns elementos que eram partidários dessa solução - eu tenho medo de errar, mas eu acho que o Néelson Fernandes se inclinava por essa solução. Mas eu não me lembro muito, faz tanto tempo... Porque em São Paulo houve depois uma hegemonia total dentro da tese. Eu sustentei de início, e o Borghi também, que nós deveríamos apoiar o Dutra. Quando conversamos a respeito, eu disse: "Olha, a estrutura de poder do Brigadeiro é dos nossos adversários, inclusive das nossas questões políticas; então é uma estrutura de poder contra nós. Quer dizer, vai ser o esmagamento de tudo aquilo que o dr. Getúlio tentou fazer. De modo que não é possível fazer aliança com o Brigadeiro. Nós temos que tentar encontrar uma fórmula de haver realmente qualquer coisa..." Isso foi antes mesmo da conciliação do Getúlio, e é evidente que nós tínhamos uma posição discreta.

O Dutra começou a se entusiasmar muito, porque, nós tínhamos conversações com ele, essa coisa toda... Mas nós dizíamos: "Nós só apoiaremos o senhor no dia em que o dr. Getúlio mandar. Acharmos que essa é a solução, mas só o apoiaremos no dia em que o dr. Getúlio mandar." Era essa a nossa posição geral. Já o Segadas se inclinava mais para o brigadeiro Eduardo Gomes. E a coisa caminhou. Felizmente houve uma reaproximação do Dutra com o dr. Getúlio, e o dr. Getúlio emitiu então a grande carta de Porto Alegre, a histórica carta de Porto Alegre. Aí novamente os problemas de São Paulo não foram difíceis para o partido.

P.R. - Eusébio, uma coisa que ninguém consegue esclarecer ainda é o seguinte: nesse período entre 29 de outubro e 2 de dezembro, alguém da UDN procurou o PTB para fazer acordo em torno da candidatura do Eduardo Gomes?

E.R. - A impressão que eu tenho é que sim.

P.R. - Quem, da UDN?

E.R. - Quem eu não tenho certeza, eu não tenho certeza. Mas eu posso dizer a você que o Segadas Viana, conversando comigo, disse: "Mas, Eusébio, o Eduardo Gomes é um homem sincero, é um homem leal, é o adversário leal com quem se pode ter entendimento." E eu dizia ao Segadas: "Não concordo, Segadas, com você. Eu acho que está errado. Eu acho que o problema não é a questão do Eduardo, é questão da estrutura de poder, é saber quem apoia quem, e eu só creio em política como expressão de poder."

P.R. - Agora, do PTB de São Paulo, quem articulava o apoio de Getúlio a Dutra era o Borghi, não é?

E.R. - Era o Borghi e eu.

P.R. - Nesse período você chegou a ir a São Borja?

E.R. - Chegamos a ir a São Borja.

P.R. - E qual era a disposição de Getúlio nesse caso?

E.R. - Bom, no início o Getúlio mostrava-se reticente, mostrava-se absolutamente reticente.

P.R. - Essa pessoa da UDN que procurava o PTB não era o Osvaldo Aranha?

E.R. - Não. Não era o Osvaldo Aranha. Pelo menos que eu me lembre, não.

P.R. - Raul Fernandes?

E.R. - Possivelmente Raul Fernandes, mas também não tenho certeza. E o que eu não tenho certeza não quero endossar.

P.R. - Da próxima vez você lembra e conta para a gente.

E.R. - Se eu lembrar, eu conto. Mas se eu lembrar.

M.C. - Eu queria voltar um pouquinho para a prisão. Foi uma estadia...

E.R. - Estou vendo que você gosta de prisão, heim? [risos]

M.C. - Não, eu não gosto, não.

E.R. - Não era bom, eu posso garantir a você que não era, embora houvesse muita comicidade dentro da prisão.

M.C. - O senhor teve processo? Que tipo de acusação legal?

E.R. - Não houve nenhum processo, não houve nenhuma acusação legal. Foi o tipo das ditaduras sumárias: preso, preso, preso, está preso e acabou a estória.

M.C. - Como no Estado Novo?

E.R. - Como no Estado Novo.

A.G. - Depois solta e está acabada a questão.

E.R. - Depois solta e está acabada a questão.

M.C. - Não se pede desculpas, não se explica nada...

E.R. - Não se explica nada e acabou a história. Mas na comicidade da prisão teve um caso interessante: um rapaz foi solto de madrugada e verificou que não tinha mais ônibus nem trem; então voltou, bateu na porta e pediu se podia ficar até o dia seguinte.
[risos]

A.G. - E os comunistas, também foram presos nessa ocasião?

E.R. - Foram, foram presos. E tinham um comportamento muito altivo na prisão. Tinham realmente um comportamento muito altivo. De um modo geral, a maioria do pessoal do PTB também teve, à exceção de um rapaz que ficava gritando: "Por que é que eu me meti nisso?! Minha esposa agora vai brigar comigo!"

A.G. - Dr. Eusébio, havia da parte de quem prendia, vamos dizer assim, certo tipo de confusão entre as pessoas vinculadas ao queremismo e ao PTB e os comunistas? Uma identificação?

E.R. - Deve ter havido, não é? Mas eu não sei porque eu estava na sede do partido quando fui preso. Eu fui preso por um capitão. Ele me declarou que tinha recebido ordem de prender todo mundo. Eu dialoguei com ele e disse: "Mas todo mundo quem? Essas moças são funcionárias, não têm nada com isso. Eu tenho, eu sou responsável, eu participo do partido. Agora, essas moças... não tem sentido." E ele concordou, deixou que as moças fossem embora, o que foi muito bom, porque eu já tinha avisado a elas que as listas iam ficar embaixo do tapete.

M.C. - A gente pode entender que essas prisões foram prisões preventivas contra qualquer reação ao golpe?

E.R. - Pelo menos no depoimento que eu prestei na 2a. Região Militar, em que fui interpelado por um major que perguntava se nós estávamos coordenando a greve geral, eu disse: "Estávamos". E nós realmente estávamos coordenando a greve geral. "Você tem coragem de dizer que estava?" "Tenho, pois eu estava mesmo. O problema é realmente esse: eu estava coordenando a greve geral." De modo que a prisão foi feita sobretudo em cima dessa idéia de que havia uma articulação geral de uma greve em São Paulo. A base fundamental, pelo menos teoricamente, foi essa.

M.C. - E essa greve geral era para quê? Qual era a plataforma?

E.R. - A greve geral era uma reação contra a destituição do Getúlio. Era uma greve eminentemente política.

A.G. - Aproveitando a questão da greve geral, como é que eram os quadros do PTB nesse momento em termos de recrutamento? Havia muitos sindicalistas? Havia estudantes? Havia participação de políticos de outros partidos, políticos mesmo que não fossem, vamos dizer, importantes do ponto de vista nacional, mas em termos de municípios, por exemplo? Como era mais ou menos o desenho do partido?

E.R. - É fácil você calcular que, depois de tantos anos de Estado Novo, havia todo o problema que acontece após uma fase de governo de exceção; a militância política tinha sido extremamente castrada, de modo que os elementos que estavam surgindo eram aqueles elementos que tinham realmente vocação política. Aqueles políticos tradicionais

corriam para o PSD e a UDN, que eram partidos mais ou menos estruturados, consolidados, que já vinham de outras formações políticas e que como sempre orbitavam em torno do governo. No PTB foi o contrário; eram elementos mais ou menos sem passado político.

A.G. - O PTB era um partido novo.

E.R. - Era um partido novo realmente. Agora, eu acho que nessa fase do partido, o elemento trabalhador, o elemento sindical, o elemento liberal, dominaram completamente o partido. Se você for ver a composição da bancada, você vê isso. Quer ver? O Fiori era sindicalista, o Pedroso era sindicalista, eu era professor, o Berto Condé era advogado.

A.G. - E o Porfírio?

E.R. - O Porfírio era major farmacêutico. Guaraci Silveira, que você falou, era pastor protestante. Por aí você vê bem a composição do partido. Tinha um rapaz - eu me esqueci o nome dele - que era industrial em Taubaté. Tinha o Milliet, que era o que se dizia um intelectual, muito ligado... tinha livros publicados, isso tudo. Era essa a estrutura do elemento humano que integrava o partido e que conseguiu se eleger.

A.G. - Dr. Eusébio, nesse momento também inicial, como se davam as relações do partido com a Delegacia Regional do Trabalho, por exemplo, em São Paulo?

E.R. - Você conhece muita coisa, hem? Uma variedade... Bom, a Delegacia Regional era uma sucursal. [risos]

A.G. - Era uma sucursal do partido?

E.R. - Era uma sucursal do partido, funcionava 100% para o partido. [inaudível]

A.G. - Sim, de qualquer forma a realidade andava próxima a isso.

M.C. - Mas isso ocorria só em São Paulo ou você acha que no resto do Brasil também?

E.R. - Sobre o Brasil eu não tenho condições de falar. [risos]

A.G. - Talvez variasse, mas a Delegacia Regional de São Paulo não era a única delegacia que funcionava nesse sentido, não.

E.R. - Mas a de São Paulo funcionava 100%. E trabalhava tranqüilamente, os funcionários escreviam umas coisas, faziam isso, faziam aquilo...

M.C. - Como é que era o apoio? Conta como é que a delegacia?...

E.R. - Vocês estão querendo saber demais, hem? [risos]

M.C. - Não. Eu acho que quando a gente se propõe - e no caso a gente está se propondo - a fazer um estudo do PTB, essas informações são fundamentais, porque isso é uma história desconhecida, toda fragmentada...

E.R. - Isso é verdade. Exatamente. A Delegacia Regional funcionava onde funcionou depois a Assembléia Legislativa, lá no parque Dom Pedro II, e nós tínhamos total acesso à Delegacia.

M.C. - Quer dizer, a ficha de eleitor, coisas para a inscrição?

E.R. - É, a gente tinha tudo: máquinas para escrever, funcionário para datilografar as coisas, eventualmente uns passes para viajar de trem... [risos]

A.G. - ...E naturalmente uma série de informações sobre a estrutura sindical que estavam organizadas e que permitiam acesso à questões todas de propaganda, de recrutamento, tudo isso. Esse tipo de infra-estrutura funcionava, não é?

E.R. - Perfeitamente. Funcionava mesmo, não tenha dúvida. Como a Justiça do Trabalho também funcionava bem conosco, de um modo geral - eu não diria totalmente. A Justiça do Trabalho, em virtude de ter uma estrutura mais independente, porque quase todos eram concursados, essa coisa toda, havia... Mas a imensa maioria era pró-PTB.

A.G. - Simpática ao PTB. Eu quis colocar essa questão inclusive em função da colocação anterior do senhor em relação à greve geral. Quer dizer, eu, evidentemente, pensar na possibilidade... Eu acho que o pensamento dessa possibilidade vai junto exatamente com essa questão da relação. O PTB era um partido novo, era um partido pobre financeiramente, mas eu acho que era um partido do ponto de vista político que tinha certo tipo de recurso significativo, como esse tipo de articulação que a gente está mencionando. Isto é, quando se tem que pensar a questão das possibilidades eleitorais do partido que jogam com a questão da mobilização, eu acho muito importante pensar em termos desse tipo de articulação que o partido podia ter.

E.R. - É lógico, é lógico.

A.G. - De um lado, aquilo que o senhor já colocou no início, que é a questão da receptividade ao discurso que se estava fazendo; e de outro, esse tipo de acesso que eu acho que sem a presença do Ministério do Trabalho não poderia ser entendido.

E.R. - E é verdade.

P.R. - Eusébio, eu noto que a formação da bancada federal do PTB de São Paulo, em 1950, modifica bastante a fisionomia da sua composição. A gente observa, por exemplo, que os elementos sindicalistas vão cedendo posição a uma nova participação; aparece o Marrey Júnior, aparece o Menotti del Pichia, e já não volta mais o Pedroso, já não volta mais o Fiori, não é? Como você explica essa modificação? Seria decorrência da popularidade do Getúlio, da expectativa da eleição dele e da possibilidade dessas pessoas galgarem posição? O que as levou a procurar o PTB?

E.R. - Eu tenho a impressão que na primeira fase do PTB era um partido impossível. Era olhado, assim, como um partido pelo menos difícil. Ao passo que em 50, com a candidatura de Getúlio Vargas, outros elementos se aglutinam, como você lembrou muito bem. Aglutina-se quem? Elementos como...

P.R. - ...Da pequena burguesia, por exemplo, não é?

E.R. - Exatamente. Elementos como Menotti del Pichia, já de uma tradição...

P.R. - Marrey Júnior?...

E.R. - Marrey Júnior.

P.R. - Canuto Mendes de Almeida?

E.R. - Não! Canuto não foi candidato. Mas foi indicado por nós para secretário do governo - fui eu, até, que o indiquei, como presidente do partido, para secretário do governo. Nessa fase eu era o presidente do partido em São Paulo; fui eleito deputado federal e era o presidente do partido em São Paulo. De modo que eu tenho a impressão que isso exerceu uma influência, e por outro lado eu tenho a impressão que alguns elementos sindicalistas como o Pedroso e o Fiori foram-se divorciando muito dos problemas reivindicatórios. Eles começaram a ter o *status* de deputado e se deixaram absorver muito nesse setor. Eu me lembro, porque eu continuava a perseguir muito o interior, sobretudo o noroeste, e visitava o pessoal, que se queixava de que eles não apareciam, que não estavam aparecendo, essa questão toda. Eu tenho a impressão que isso determinou que realmente esses outros elementos com mais condições prevalecessem na representação.

P.R. - Eu tenho a impressão que a Ângela que fazer perguntas sobre a candidatura do Borghi, não é, Ângela?

A.G. - Eu queria ainda fazer uma pergunta que pegaria a questão do PTB nesse período das eleições de 45. Queria uma apreciação do senhor em termos do impacto político que o resultado dessas eleições teve em São Paulo, quer em função da eleição do próprio Getúlio, quer em função das vitórias que o PTB conseguiu ganhar dentro do estado. Porque me parece que o dado mais importante não é a vitória de Dutra, mas a própria vitória do partido, elegendo inúmeros candidatos, um partido que, como o senhor colocou, era visto de início como um partido muito difícil. No entanto, eu acho que houve muita surpresa no estado; houve vitória do PTB em locais onde nunca havia havido derrota política de certos tipos de lideranças - lideranças locais, é bem verdade, mas lideranças que controlavam aquele tipo de eleitorado. E ficou muito claro que esse tipo de eleitorado estava, vamos dizer, passível de outro tipo de controle. Eu queria que o senhor fizesse uma apreciação sobre isso, sobre os resultados eleitorais de 45.

[FINAL DA FITA 2-A]

E.R. - Você se lembra que nessas eleições a votação se dava por cédula. Então o grande problema inicial foi exatamente este: como levar as cédulas ao interior e na capital para o elemento que fosse sobretudo getulista? Porque o trabalhismo praticamente existia como uma mensagem política, a não ser quando o Getúlio representava essa mensagem política - indiscutivelmente o Getúlio representava uma tendência de defesa do trabalhador, de defesa salarial do trabalhador, de defesa das relações do trabalho, do voto da mulher, o que foi um aspecto muito interessante da Revolução de 30. Ele encarnava em si uma proposta política bem avançada para a época, e encarnava

também, por outro lado, um certo nacionalismo, segundo o qual o Brasil tinha interesses próprios e não podia estar subordinado esses interesses aos interesses de uma potência hegemônica.

Esta idéia é fundamental para compreender o razoável êxito que teve o PTB. Criada aquela estrutura mínima de recursos, para a qual indiscutivelmente o Borghi também contribuiu, foi possível planejar que companheiros levassem essas cédulas ao interior e dialogassem, assim, na base da improvisação. Você chegava numa cidade, por exemplo, como Tietê, como Capão Bonito, como Capão Redondo, e começava: "Getúlio, blá, blá, blá..." Daqui a pouco formava-se um grupo de sujeitos que eram getulistas e você acreditava que aqueles sujeitos podiam fazer eleição ali, [risos] então entregava as cédulas a eles. Eu fazia sempre assim: entregava as cédulas do dr. Getúlio, entregava as minhas e dizia: "Olha, vocês vão ter contato, no fundo, comigo, porque, se eleito, eu estarei no Parlamento à disposição de vocês. Está aqui o meu endereço e tudo direitinho, o contato vou ser eu. Então vocês dividam os votos com o dr. Getúlio e comigo." Como eu fazia, os outros companheiros faziam, por certo. Uns, não. Uns eram um pouco mais egoístas e não levavam cédulas do Getúlio, levavam só cédulas suas. Esses não foram os mais felizes na eleição, porque o pessoal ficou com raiva e acabou não votando neles. Foi o que aconteceu tipicamente em Sorocaba com a Iris Fernal; ela não dava cédula do Getúlio. Eu cheguei lá dando cédula do Getúlio e acabei tendo mais votação que ela em Sorocaba - eu só estive em Sorocaba umas quatro horas.

Então, o partido surgiu expressando realmente uma idéia-programa. Agora, dentro dessa idéia-programa, começou a haver uma aglutinação maior, houve realmente aqueles que se identificaram mais, que passaram a sentir melhor os problemas da comunidade, de modo que isso tinha uma situação muito grande. Eu acho que era essa a posição; por que surgiu o partido foi exatamente isto.

M.C. - O senhor está falando de um tipo de penetração voltada para o interior de São Paulo em busca de voto, não é?

E.R. - Certo.

M.C. - Eu queria saber como é que fica a penetração para o interior em termos de formação de diretórios. Quando começa a preocupação em criar uma estrutura para o partido?

E.R. - Realmente a lei eleitoral era bem mais simples, não era casuísta como agora. Então você organizava os diretórios mais ou menos na base que eu já expliquei: você ia a determinado lugar, via um grupo de getulistas, entregava a comissão de organização do diretório a esse grupo, era isso que se fazia. E depois se fez a convenção, se fez a indicação de candidatos, quer dizer, o diretório foi constituído nessa base.

M.C. - Agora, em 1950 a bancada do PTB aumenta bastante.

E.R. - Muito.

M.C. - Isso já é produto desse trabalho de formação de diretórios?

E.R. - Ah, é. Do trabalho de formação de diretório, e eu tenho a impressão que da maneira que o partido foi se conduzindo, porque realmente o partido continuou a ter uma certa atuação objetiva em vários problemas. Eu acho que há uma passagem que

vocês devem achar muito interessante, que é por exemplo a questão da votação da cassação dos mandatos dos comunistas. Essa deve ser para vocês muito interessante, tipicamente histórica, não é? O Barreto Pinto tomou uma posição pró-cassação dos comunistas; era do PTB e liderava pela cassação dos comunistas.

M.C. - Mas o Barreto Pinto estava num partido errado, não estava?

E.R. - Estava, evidente. Quando eu, então, resisti, eu achava o contrário. Aí eu fui a São Borja conversar com o dr. Getúlio e disse: "Olha, dr. Getúlio, venho aqui buscar a sua orientação, mas a minha impressão, a minha tendência é votar contra a cassação" Ele virou-se e disse: "Mas é lógico, nós devemos votar contra a cassação. Se querem tirar a sardinha da brasa, tirem com as mãos deles. Com as nossas, não!" E acrescentou: "Porque normalmente o trabalhador comunista mora perto do trabalhador trabalhista. Se nós tivermos uma atitude dessas vamos criar uma área de atrito muito grave para nós. De modo que realmente está certa a posição do partido contra a cassação do mandato dos comunistas." Tanto que a maioria imensa do partido votou contra a cassação do mandato dos comunistas.

M.C. - A maioria, mas não todos.

E.R. - Não todos. O Barreto Pinto votou a favor, deve ter tido mais uns dois ou três só, mas a imensa maioria votou contra a cassação. O que não quer dizer, que achássemos o comunismo uma solução, de jeito nenhum; ao contrário; achávamos que o comunismo não era a solução, mas achávamos que era um direito o sujeito ter o seu partido, com uma proposta, da qual nós divergíamos, com a qual nós não concordávamos, mas que não havia por que negar. Em tanta parte do mundo há o Partido Comunista, por que não haveria aqui? De modo que é um aspecto que me parece interessante na [inaudível] Mas eu tenho a impressão que o partido cresceu exatamente por isso, e sobretudo porque o presidente Dutra foi realizando uma política oposta à do dr. Getúlio.

Durante o período do Dutra não houve revisão salarial; foram vários anos sem aumento salarial. Durante o período do Dutra abriu-se às exportações como se abre a porteira de uma fazenda que se quer liberar os gatos; e todas as reservas que o dr. Getúlio tinha deixado e que deveriam servir de base a uma infra-estrutura econômica e a um desenvolvimento tecnológico foram absorvidas até em material plástico, em ioiô e em outras coisas. Eu tenho a impressão que, diante dessas coisas todas, que realmente apresentavam uma posição oposta, o partido, defendendo as outras soluções, foi aglutinando cada vez mais confiança.

M.C. - Ainda sobre essa questão de criação de diretórios, me interessa mais uma coisa: o PTB de São Paulo faz esse movimento de bandeira, de criar diretórios no interior. Isso está acontecendo no Brasil inteiro ou São Paulo está se antecipando nessa política?...

E.R. - Não. Estava acontecendo no Brasil inteiro, no Brasil inteiro estava acontecendo. Estava acontecendo por força da organização partidária; onde o partido teve condições, ele organizou os diretórios. E como não podia deixar de ser, aconteceu mais no Rio Grande do Sul, aconteceu no Rio de Janeiro, aconteceu em São Paulo, aconteceu em Minas. E Minas trouxe um belo deputado também, o Lúcio Bittencourt, que teve uma atuação muito boa no parlamento. Quando eu apresentei o substitutivo criando o Petrobrás ele deu um apoio maravilhoso.

M.C. - Me parece que foi um trabalho realmente árduo essa criação da estrutura do PTB em termos de diretório, não é?

E.R. - Muito árduo.

M.C. - Porque era um partido emergente. Então, de repente você criar, enfim, um...

E.R. - Mas ele se criou muito porque ele assumiu muito a imagem do Getúlio. E assumindo muito a imagem do Getúlio, ele conseguiu absorver grande parte dos trabalhadores, dos que pensavam dessa forma.

A.G. - Na organização desses diretórios havia nítida participação de elementos trabalhadores e sindicalizados, especificamente?

E.R. - Na capital, sim.

A.G. - E no interior?

E.R. - Em Sorocaba, sim.

A.G. - Em algumas cidades maiores, por exemplo?

E.R. - Em Jundiaí, sim, eu me lembro bem. Em Campinas, em Rio Claro, eu me lembro. Ao passo que em outras cidades do interior já escasseava, às vezes, a participação do elemento propriamente trabalhador, propriamente sindical. Entrava então a classe média etc.

P.R. - Era exatamente essa a pergunta que eu queria fazer: nas cidades não-industrializadas, qual o tipo de pessoa que em geral era procurada pelo elemento encarregado de formar o diretório? Vamos dizer assim, o farmacêutico? Ou se indagava antes se existia uma pessoa na cidade que era getulista? Eu recorro, por exemplo, no interior, naquela época...

E.R. - Exatamente, foi exatamente isso. O fator dominante era a questão do getulista com quem a gente procurava realmente falar, e através dos elementos getulistas a gente ia compondo o quadro do partido.

P.R. - Eusébio, mas nesse período de 1947 até 1950, o PTB teve dois tropeços graves em São Paulo, que foram a derrota do Borghi para governador, em janeiro, e a derrota do Cirilo para vice-governador, parece que em outubro ou novembro, se não me engano. Pois bem: nesse período, esses dois insucessos não prejudicaram o processo de recrutamento e de organização do PTB?

E.R. - Evidente que sempre isso representa um prejuízo. A parte do Cirilo não afetou em nada o partido, porque o Cirilo era candidato do PSD e nós usávamos os comícios para aglutinar o pessoal do PTB. A gente também não estava assim tão entusiasmada pela candidatura do Cirilo. Apoiávamos porque o Getúlio apoiou. Mas não que tivéssemos uma idéia de que o Cirilo era um líder com algum conteúdo trabalhista; ao contrário, o Cirilo era olhado como um conservador, de conservador para reacionário. Mas inteligente, um homem que falava bem, essa coisa toda. Então foi usado nisso.

A questão da derrota do Borghi, é evidente que ela prejudicou muito, porque surgiu o PTN, surgiram outros partidos que tiveram uma grande aglutinação. Quer dizer, o PTB perdeu uma posição hegemônica que poderia ter chegado a ter em São Paulo. Se o Borghi, por exemplo, ao invés de deixar o partido continuasse no partido, ele teria condições de vir a ser um líder em São Paulo. Entretanto, os seus negócios não permitiram, e isso realmente prejudicou o partido, não há dúvida.

Mas o partido ganhou com a imagem que ele passou a ter nas lutas populares, porque passou a encampar, por exemplo, a luta contra a mensagem do Dutra pela alteração da legislação petrolífera com o Estatuto do Petróleo. Então nós começamos a sensibilizar áreas estudantis, começamos a sensibilizar áreas de professores, e outras campanhas que foram sendo tomadas, campanhas reivindicatórias de salários, essa coisa toda, que foram dando realmente ao partido algum conteúdo.

A.G. - Eu queria que o senhor contasse um pouco mais para a gente esse episódio da candidatura do Borghi. Como é que a candidatura do Borghi surgiu em São Paulo?

E.R. - A candidatura do Borghi surgiu em São Paulo como uma resultante natural da hegemonia do Borghi. É evidente que o Borghi, tendo contribuído tão decisivamente para a formação dos diretórios, ele acabou tendo uma posição tranqüila dentro dos diretórios para ser o candidato. Não havia no partido nenhuma outra pessoa em condições de ser candidato do partido.

A.G. - Mas houve resistências dentro do partido?

E.R. - Houve resistência, houve. O Frota Moreira foi uma delas. O Frota Moreira era contra a candidatura do Borghi, entende? Era contra a candidatura do Borghi. Ele optava talvez por uma aliança.

P.R. - Com o PSD?

E.R. - Com o PSD.

P.R. - Era essa a posição do Getúlio, dr. Eusébio? Porque falam nisso.

E.R. - Não, não. A posição do Getúlio aí é bem clara, e eu conheço bem, porque eu estive com o dr. Getúlio e com o Borghi várias vezes. Eu fiquei imediatamente ao lado da candidatura do Borghi. Eu era o vice-presidente do partido e o presidente do diretório municipal. Logo de início eu fiquei ao lado do Borghi, com a candidatura dele. Achei que a grande solução para o partido era apoiar o Borghi. E isso fortaleceu muito o partido, o partido cresceu muito.

Agora, a questão do Borghi com o Getúlio é um pouco diferente. O Borghi queria que o dr. Getúlio viesse apoiar a sua candidatura, endossar o seu nome e dizer que o Borghi deveria ser votado. Nessa colocação eu disse ao Borghi: "Borghi, nós não podemos pedir isso ao dr. Getúlio. Nós estamos no nosso primeiro mandato, quer dizer, nós não temos raízes políticas. Você não pode chegar diante de um estadista que tem tantos compromissos com a história e pedir que endosse o nosso nome, que estamos começando a ser. Agora, eu acho que se o dr. Getúlio vier a São Paulo, participar de um comício e você souber tirar disso as conclusões, isso é ótimo!" Então o comício foi preparado e o dr. Getúlio concordou em vir. Eu me lembro até de uma passagem, para

amenizar um pouco a minha exposição, no jantar que foi feito na casa do Borghi... Você chegou a conhecer a cunhada do Borghi?

P.R. - Não.

E.R. - Uma criatura encantadora, muito inteligente, assim, um olhar muito profundo, muito sensual, uma mulher realmente adorável, respeitavelmente adorável. E, quando nós estávamos conversando, ela vira-se para o dr. Getúlio e diz: "Dr. Getúlio; é verdade que os Vargas descendem de nobres espanhóis?" E o velho Getúlio olhou para o lado, deu um jeito e não respondeu. Nós jantamos e, quase na hora de ir para o comício, sentamos na sala de café; ela deu um jeito, sentou pertinho do dr. Getúlio. De repente chegou a pergunta se era verdade de que... inclusive se eles tinham recebido alguma distinção especial. Ele disse: "Não. Realmente quando eu cheguei, em 30, a colônia espanhola quis me oferecer um livro de ouro com a genealogia dos Vargas, e eu pedi que não o fizesse, porque genealogia no Brasil termina sempre no mato ou na cozinha." E ela ficou muito tristonha com a resposta. [risos] Absolutamente nada... [risos]

A.G. - ...Nada aristocrática.

E.R. - ...elegante, nada aristocrática, que ela desejava obter. Mas nós fomos para o comício, e no comício o dr. Getúlio fez um belo discurso, elevando o trabalhismo de São Paulo, essa questão, e teve a seguinte frase: "O trabalhismo escolheu o Sr. Hugo Borghi como nosso candidato. Cabe a mim acatar e não decidir os rumos do partido." O Borghi interpretou isso como uma posição neutra do dr. Getúlio, não querendo endossar a candidatura dele. Eu não concordei e disse: "Não, Borghi, você está enganado. A única coisa que o Getúlio disse é o seguinte: que você não era um candidato feito por ele. Você era um candidato do partido e ele, como homem do partido, evidentemente..."

A.G. - Quer dizer, doutor Eusébio, que os candidatos queriam ser candidatos do dr. Getúlio e não do partido?

E.R. - Evidente, mas é lógico. Evidente. Queriam ser candidatos do dr. Getúlio. Mas a presença dele já estava de certo modo coonestando. Agora, a derrota do Borghi não foi por isso, por ele pretender... Não foi. A derrota do Borghi foi pelo seguinte: a eleição estava muito dividida. O Borghi tinha condições de ganhar do Ademar, mas a eleição estava muito dividida. O grupo do Borghi foi procurado pelo grupo comunista para apoiá-lo e pedir uma certa ajuda financeira, além de outras situações. Mas o Vacani e o Oscar Pedroso Horta eram contra essa aliança com os comunistas, porque achavam que comprometia muito o partido. E começaram a cozinhar os comunistas. Eu disse ao Borghi: "Olha, Borghi, o problema é o seguinte: nessa eleição até a UDN está fazendo acordo com os comunistas, eu não vejo porque você não pode fazer acordo. É um partido legal, de modo que o meu ponto de vista é esse." Mas o Vacani e o Horta foram muito contra e deixaram eles cozinhando. Aí o Ademar cobriu financeiramente a proposta dos comunistas e teve o apoio dos comunistas. E esse apoio dos comunistas foi realmente a diferença que deu a vitória ao Ademar. É verdade que logo depois ele começou a prender os comunistas e acabou a história.

A.G. - Do ponto de vista da executiva nacional do PTB, como é que ficou a candidatura Borghi? Ela teve apoio? A candidatura era natural dentro do PTB de São Paulo, mas como é que ela foi recebida?...

E.R. - Em nível nacional ela tinha resistências. Eu não diria que a executiva estava contra, mas havia resistências manifestas contra a candidatura do Borghi.

M.C. - Mas o que é que se argumentava para se ser contra o Borghi?

E.R. - O argumento para a luta, a resistência contra o Borghi era de que o Borghi estava ligado à questão do algodão aquele puritanismo pequeno-burguês que realmente escondia outros interesses, porque havia forças do PSD e forças de São Paulo interessadas em que o Borghi não fosse candidato, ou pelo menos interessadas em desgastar a candidatura do Borghi. A verdade é essa.

M.C. - Conversando, às vezes a gente tem a impressão que essa oposição e essas críticas ao Borghi faziam parte também de um conjunto de situações em que se tentava muito dinamitar as lideranças dentro do PTB que estavam adquirindo uma grande expressão, ou seja as pessoas que estavam aparecendo como herdeiras de Vargas, como os símbolos maiores dentro do PTB. Eu acho que há uma disputa muito grande de lideranças dentro do PTB.

A.G. - Ou mesmo como lideranças expressivas, porque a questão do PTB é interessante e eu vou retomar ao fio que já tinha sido colocado aqui. Ele era realmente um partido novo, e nesse sentido diferente quer do PSD, quer da UDN; e novo inclusive por sua proposta de fazer um tipo de mobilização que eu vejo como excedendo a mobilização que o PSD e a UDN propunham.

E.R. - Claro. Lógico.

A.G. - Apenas o PC propunha aquele tipo de mobilização também, de forma distinta, mas propunha o mesmo tipo de mobilização. A questão da emergência de lideranças dentro de um partido como esse, e principalmente num estado como São Paulo, eu acho que é uma coisa politicamente importante. Eu não estou colocando a questão, vamos dizer, da qualidade da liderança do Borghi, mas da situação efetiva em que ele estava naquele momento. Como o senhor colocou, ele emergiu naturalmente como um homem capaz. Ora, candidatar-se por um partido ao governo de um estado como São Paulo é uma coisa sem comentários, não precisa de comentários. Aí essa questão que a Maria Celina colocou eu acho que pega; pega do ponto de vista da posição dos outros partidos, pega do ponto de vista da posição da própria situação interna do PTB. Isso para a gente é muito complicado, não é? A gente andou tentando entender, mas é uma coisa muito complicada.

E.R. - Eu vou tentar dar a resposta a você. Como sempre você deve ter notado que as minhas respostas são sem restrições e autênticas. Eu tenho a impressão que mais do que a preocupação do surgimento de um líder em São Paulo, havia a tentação da hegemonia política nas estruturas dentro do partido. Em outros termos: o PTB do Rio Grande do Sul, e o PTB do Rio de Janeiro não viam com simpatia que o PTB de São Paulo acabasse sendo o PTB hegemônico do trabalhismo no Brasil.

A.G. - Em nível nacional.

E.R. - Em nível nacional. Quer dizer, essas resistências eu notei, porque é evidente que eu fui trabalhado com relação à candidatura do Borghi: "Mas é um absurdo! Você, com sua posição, está apoiando um homem que você sabe que é ligado a negócios essa coisa toda..."

A.G. - Quem é que procurava o senhor?

E.R. - Bom, aí você me desculpe, até esse limite eu não vou. [risos] Eram conversas íntimas.

A.G. - Mas a gente pergunta assim mesmo.

E.R. - Eram conversas íntimas.

A.G. - Mas a gente pergunta, perguntar não ofende, não é? A gente pergunta. Então, pronto.

E.R. - Essas conversas eram feitas assim em critério de confiança, de modo que eu não posso realmente dar os nomes. Mas a verdade é que eu era procurado e eles diziam: "Mas como? Você tem uma posição ligada aos trabalhadores, ligadas às teses nacionalistas, e você vai fazer um homem de negócios, essa coisa toda?" Eu digo: "Bom, mas você não faz partidos só com vestais. Você precisa realmente ter... O importante é você fazer com que o partido se conduza como instrumento da classe trabalhadora e como instrumento dos interesses nacionais. Que tenha esse ou aquele que possa ter essa ou aquela posição, que não é tão vestal como você gostaria, paciência! Enquanto ele estiver dentro do partido, somando nesse sentido, a estrutura de poder se realiza naquilo que a política que nós desejamos quer e faz. De modo que não há outra solução. Essa é a solução de nós chegarmos realmente a aglutinar uma grande força política. De modo que absolutamente você não está certo, está errado, está errada essa coisa toda." E defendia a posição do Borghi mesmo em nível nacional. Mas era realmente por isso.

A.G. - Mesmo porque os opositores estavam longe também do padrão de vestais, não é?

E.R. - Muitas vezes estavam, indiscutivelmente.

A.G. - E tentando relacionar com essa questão também do...

E.R. - Você se lembra do Aporelli?

A.G. - Me lembro.

E.R. - O meu velho amigo Aparício Aporelli dizia uma coisa que era impressionante, com aquela sátira extraordinária - estou contando isso para amenizar a nossa conversa. Ele dizia o seguinte: "Sabe o que é negociata?" ele publicava na *Manha* - "É o bom negócio para o qual nós nunca fomos convidados." [risos] E eu falo isso com tranquilidade, porque o Plínio me conhece e sabe que ao longo da minha vida eu consegui permanecer identificado com os meus propósitos políticos. De modo que eu passo conversa fiada sem que isso desnature a minha formação. [risos]

A.G. - Tentando relacionar com essa questão que o senhor está colocando do partido ao nível dos estados e o partido em nível nacional, um episódio que também ocorre no início do governo Dutra é a questão da indicação do ministro do Trabalho, que era alguma coisa que tinha sido prometida ao PTB, e quem acaba sendo indicado é o Otacílio Negrão de Lima. Mas, na ocasião, pelas informações que a gente tem, havia-se cogitado ocupar o cargo Néelson Fernandes, que era um elemento vindo de São Paulo e que naquele momento tinha inclusive a indicação do Borghi. E Néelson Fernandes não é aceito, ele é rejeitado. Do ponto de vista do PTB paulista, me parece também que a não-aceitação do nome de Néelson Fernandes é importante. Como é que o senhor vê esse episódio da escolha do ministro do Trabalho no início do governo Dutra e a posição do partido quanto às indicações?

E.R. - Isso coincide exatamente com a exposição anterior que eu fiz. É lógico que um partido é um mosaico, não é realmente uma estrutura contínua e contígua. Dentro dessa estrutura de poder, indicar um paulista seria evidentemente dar a São Paulo uma posição que acabaria fazendo de São Paulo, que tem um grande centro trabalhador, uma expressão de poder político que poderia não tranquilizar muito a estrutura geral do poder nacional. É evidente também que houve pressão de várias forças no sentido de impedir a escolha de um homem como o Néelson Fernandes, que era um homem simples, mas era um homem mais identificado com a sensibilidade e os interesses da classe trabalhadora.

A.G. - De outros PTBs?

E.R. - Não há dúvida.

A.G. - E, no caso, o Otacílio Negrão de Lima aparecia como um homem menos identificado, até mesmo porque vinha de Minas?

E.R. - É. Evidentemente você há de convir o seguinte: você pensa na massa trabalhadora que existe em São Paulo; jogar um ministro de São Paulo, você pode calcular a força aglutinadora que isso representava na estrutura de poder.

A.G. - Até mesmo porque estava sucedendo a um ministro de São Paulo. O Marcondes era paulista, não é?

E.R. - Exatamente. O Marcondes era paulista. Agora, o Marcondes não assustava, tanto que o Marcondes pôde ser ministro. Por quê? Porque era um conservador. O Marcondes tinha aquela formação de olhar o trabalhador como um sujeito necessário, conveniente, mas de cima para baixo. Jamais ele teria a sensibilidade de olhar o trabalhador como uma força que precisa se organizar como estrutura de um poder sindical. Se você falasse em poder sindical com o Marcondes, ele tremia da cabeça aos pés.

A.G. - Certo. Sindical, sim; poder com ele, não ele?

E.R. - É exatamente isso. O problema era esse. Quer dizer, o Néelson Fernandes se colocaria dentro dessa estrutura de poder que estava se formando, que se foi formando em São Paulo, e da qual nós tivemos talvez o ponto mais alto no governo inicial do Getúlio, com o Danton Coelho no Ministério do Trabalho e com o Estilac Leal no Ministério da Guerra. Nós tivemos a estrutura de um poder nacional...

[FINAL DA FITA 2-B]

E.R. - ...nacional, que se começava a se estruturar dentro de um poder trabalhador também.

A.G. - Com certos graus de autonomia.

E.R. - Com certos graus de autonomia.

A.G. - Eu queria perguntar uma coisa para o senhor: me parece que esta é uma transformação substancial da questão do trabalhismo no Brasil em termos de geração. Porque o trabalhismo nasce no Estado Novo, ele nasce sob Marcondes; portanto ele nasce com essa marca que o senhor colocou, uma marca bem tutelar, vamos dizer assim.

E.R. - O Marcondes, eu não diria bem. Marcondes foi uma peça que entrou...

A.G. - ... De uma engrenagem.

E.R. - Mas entrou como peça de uma engrenagem, sem influência nessa engrenagem, a não ser o seu talento de redação e a sua capacidade de servir a Getúlio Vargas. Jamais o Marcondes foi um homem como foi Danton Coelho, que tinha personalidade, que lutava com objetivos bem definidos...

A.G. - ...E que lutava nessa direção que o senhor está colocando. Esse é que me parece o ponto, ou seja, a luta em direção a uma organização sindical com certos níveis ou graus, pelo menos, de poder.

E.R. - É lógico. Porque o Danton se identificava bem com a tese nacionalista e a tese dos trabalhadores. Era um homem de rumos como Estilac Leal. De modo que realmente eu não tenho dúvida: o Marcondes tinha problema! Agora, o Getúlio, sim; o Getúlio foi a grande mensagem de formação do trabalhismo.

A.G. - E os ministros do Trabalho de Dutra?

E.R. - Bom, o governo de Dutra só tinha um homem que não era engrenado com a reação, que era o Mário Bittencourt Sampaio. Era o único que resistiu e que com a nossa ajuda conseguiu pôr abaixo o Estatuto do Petróleo, conseguiu acabar convencendo o Dutra da loucura do Estatuto do Petróleo. Essa é que é a verdade. Porque de resto, o governo do Dutra foi um governo... E eu digo isso com tranqüilidade, porque fui o primeiro a apoiar o Dutra em São Paulo, tornei-me muito amigo do presidente Dutra. Mas o Dutra era um homem absolutamente conservador, um homem dominado pelas estruturas de poder conservador e dependente do país. Tanto que a política dele foi...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.C. - Voltando à questão partidária, o senhor há pouco mencionou que havia um certo interesse regional no sentido de não se deixar que o PTB de São Paulo tivesse a hegemonia nacional.

E.R. - Eu acho.

M.C. - O senhor acha, mas em que é que o senhor se baseia? O senhor acha que isso era deliberado? Como é que se fazia isso? Porque, só para complementar, não é só o PTB que não tem a seção mais forte em São Paulo. A gente olha os partidos políticos em São Paulo; nem a UDN, nem o PSD têm em São Paulo diretórios que sejam a expressão nacional de qualquer agremiação. No caso específico do PTB eu queria que o senhor contasse como era essa articulação, essa defesa de interesses, se era deliberada, se era na base da intriga?... Como é que se fazia esse arranjo?

E.R. - Eu tenho a impressão que quem tem vida partidária - e se vocês quiserem fica muito fácil de eu expor - sabe perfeitamente que um partido não é nunca uma unidade de entendimentos, de conversações. É muito mais um equilíbrio dinâmico de estruturas de poder. E é realmente nessa capacidade de adquirir poder que você adquire ascensão e projeção política. Indiscutivelmente isso ocorre.

O que eu sempre senti foi que, quando São Paulo tinha condições de ascender numa posição marcada dentro do partido, surgiam sempre problemas na direção nacional, destituindo comissões executivas, provocando divisões dentro do partido em São Paulo, criando realmente situações praticamente insuperáveis. Porque eu tenho a impressão que nós paulistas entendemos muito de produção, mas não entendemos muito de política. E essa nossa incapacidade tem sido habilmente aproveitada em nível nacional. Tanto que você vê as estruturas de hoje: não é à toa que do Colégio Eleitoral, os 13 milhões de votos de São Paulo elegem seis delegados. Os 35 mil eleitores de Roraima elegem seis delegados. Quer dizer, há sempre uma situação de evitar essa ascensão de São Paulo; não sei se é pelo fato de sua estrutura razoavelmente industrial poder chocar-se com interesses internacionais - até onde não sei -, não sei se é realmente pela preocupação de que metade da produção sai de São Paulo e São Paulo poderia então procurar capitalizar melhor essa condição... É um problema de uma complexidade tão grande que seria difícil de, nesse nosso entendimento aqui, a gente tirar todas as conclusões. Mas eu acho que a conclusão prática que se pode tirar quanto ao PTB é essa: realmente todas as vezes que o PTB de São Paulo pôde ascender a um processo hegemônico, sofreu um trabalho insistente de intervenção da executiva nacional, criando divisões, criando situações e não deixando atingir um processo importante e de influência decisiva no contexto nacional do partido.

M.C. - Em algumas vezes, eu não me recordo quando, mas de uma vez eu lembro que o Danton Coelho reclamava de que o próprio Getúlio Vargas tinha sido o responsável por uma dessas degolas em São Paulo. Isso em 52. Como é que ficava a posição de Getúlio Vargas quando havia essa ingerência do diretório nacional no sentido de esfriar um pouco as posições de São Paulo?

E.R. - Eu posso garantir a você que Getúlio Vargas nunca interferia diretamente nessas situações; ele preferia sempre a situação cômoda e hábil de não interferir, de não participar dessas situações. Isso era sempre feito por terceiras pessoas que estavam na direção do partido ou nessas posições. É o que eu sei.

Agora, o que aconteceu com Getúlio foi claro: ele se elege presidente da República com uma votação magnífica, e o seu partido é o terceiro partido. Consequentemente houve desde o início um desajuste entre a expressão política do Executivo e do Legislativo. E mais ainda: o próprio Getúlio achou que era muito mais negócio ele condescender com os partidos conservadores e ir compondo para encontrar determinadas soluções. Tanto que, na composição do ministério inicial, já há uma prevalência de vários deputados, até gente da UDN compunha o ministério. E o que nós vamos ver é exatamente isso: ele tenta compor dessa maneira, e pouco a pouco vai havendo um grande desgaste daqueles elementos mais autênticos que conduziram de certa forma o dr. Getúlio ao poder. O Danton é destituído, o Estillac é destituído, e evidente, no momento em que o Danton caiu aqui, o Estillac caiu aqui, eu caí em São Paulo. Deixei de ser o presidente do PTB em São Paulo.

M.C. - Quem é que assume?

E.R. - O Marcondes Filho, a pedido do meu amigo dr. Getúlio. Porque eu tinha feito uma cooperativa de trabalhadores que estava dando um resultado tremendo, e o PSD declarou que era capaz de não votar o orçamento se nós continuássemos a ameaçar dessa forma os setores produtores de São Paulo. Então o dr. Getúlio pediu que eu suspendesse isso e eu disse ao dr. Getúlio: "Olha dr. Getúlio, eu estou mesmo preocupado com uma série de problemas na Câmara, e eu prefiro nesse caso não continuar na presidência. Eu prefiro que o senhor veja quem o senhor acha..." "Não. Mas eu quero que você continue." "Não. Eu prefiro que o senhor nomeie quem o senhor quer que continue, e lá eu tenho a estrutura da maioria, assim indique quem o senhor quiser. Eu compreendo perfeitamente essa dificuldade que o senhor está enfrentando." Aí ele virou-se e disse que seria o Marcondes. Eu compreendi logo que ele estava querendo tranquilizar os setores conservadores de São Paulo. Então eu não vou criar dificuldades, não é?

M.C.- E disso o Danton reclama.

E.R. - Eu indiquei o Marcondes na reunião do diretório e cumpri uma surpresa em São Paulo: pela primeira vez um presidente passava a outro presidente a direção do partido. Porque até então era na base de urnas que sumiam e pessoas que desapareciam na hora da votação. [risos]

A.G. - Aproveitando a dica e retornando mais ou menos ao fio da conversa, um desses momentos difíceis, graves, é a crise que se segue ao momento das eleições de 47 - a derrota do Cirilo para o Novelli. Eu acho que foi um momento, assim, tipo grande queda e grande movimentação. Eu queria então conversar um pouquinho sobre esse período das eleições do Cirilo com o Novelli.

E.R. - Eu tenho a impressão que essa foi uma das manifestações geniais do dr. Getúlio. Ele imediatamente compreendeu o erro que o Ademar praticava ao tentar cortejar o Dutra e colocar o seu genro na vice-governança de São Paulo. O Getúlio percebeu que os homens são tão bons e tão puros e tão santos, mas são tão ambiciosos... E ele percebeu imediatamente que no momento que o Novelli fosse eleito, evidentemente ele ia começar a fazer tudo para assumir o governo de São Paulo. E nessa ocasião ele apoia exatamente quem? O Cirilo Júnior, do PSD. Ele começa então já a atrair mais ainda o

PSD para a sua área. Veja que é realmente nessa parte uma colocação de pedras com a precisão tremenda.

No momento em que o Novelli foi eleito, o Ademar ficou preso ao Getúlio, porque o Novelli iniciou um processo de intervenção em São Paulo liderado pela Conceição e por outros setores. Imediatamente eu fiquei contra. Há até um trabalho meu muito interessante sobre crise financeira de São Paulo, contra a intervenção em São Paulo. Um dia eu converso com vocês sobre isso, e renderia muitas horas, valeria a pena. Mas, o que é que ele fez? Há a tentativa de intervenção. Eu fico contra a intervenção em São Paulo e ao lado do Ademar. E no discurso eu digo: "Não contribuí para a eleição do sr. Ademar de Barros, mas respeito a vontade do povo de São Paulo. São Paulo elegeu, ele deve governar." E o dr. Getúlio acha realmente muito segura e certa a posição que nós tomamos nesse sentido.

M.C. - Dr. Eusébio, eu quero registrar que foi o melhor depoimento que eu já ouvi sobre a lógica dessa aliança. [risos] É um toque político perfeito, é a coisa mais clara que eu já ouvi. Parabéns.

E.R. - Obrigado, isso me honra muito. E foi realmente o que aconteceu. Seguiu-se mais tarde, a aliança Getúlio e Ademar, essa coisa toda em que o Getúlio colocou: "Você vai ser o candidato, pode ser o candidato." Até que chega o momento em que o Ademar vê que, se ele fosse candidato, perdia São Paulo, o Novelli assumia. Só podia ser o Getúlio. [risos]

A.G. - Aí eles fazem a aliança, ou seja, ele é forçado a fazer a aliança. É, realmente.

E.R. - Pena que eu não posso contar a você e não contarei a ninguém as expressões do Ademar conversando internamente com o Danton e comigo no dia que ele teve que aderir ao Getúlio. [risos]

A.G. - Ele descobriu que não tinha escolha.

E.R. - Foi uma delícia! [risos]

P.R. - Ele descobriu que tinha sido golpeado?

E.R. - Não, eu não diria isso. Mas foi muito interessante. Você conhecia o Ademar e as expressões que ele usava, então você pode calcular.

M.C. - Vamos exigir um pouco da sua memória a ver se o senhor consegue contar um pouquinho dessa história, talvez até meio chata, de como é que ficam as direções do PTB. O senhor falou que havia eleição, sumia urna, sumia o candidato... Parece que há umas três comissões: tem a comissão provisória, tem a comissão do Getúlio, tem comissão...

A.G. - Privilegiava-se a comissão...

M.C. - A gente confessa que a gente é incompetente para entender, saber como é que era, como é que funcionava... Era cacique demais, não é?

A.G. - Ou de menos.

E.R. - Não era bem cacique demais. O que acontecia era o seguinte: os partidos no Brasil jamais tiveram uma formação ideológica e doutrinária perfeita; e muitos até que dizem que têm formação partidária ideológica perfeita você vê que vão se dividindo, se dividindo... É o que acontece com a esquerda. Vão se dividindo até que acaba um sendo chefe e dono de um partido só, de um segmento só. Em São Paulo não havia um líder como Getúlio Vargas, que todos estivessem ligados a ele. Nós tentamos fazer um partido que se desenvolvesse dentro de uma estrutura de equipe e de propósitos programáticos ideológicos. Mas não raramente isso era quebrado pelos inúmeros interesses que se compunham. Evidentemente, determinados grupos eram favorecidos, eram beneficiados e aspiravam ao poder. Então começava a surgir uma estrutura de vários grupos se digladiando, o que era manipulado, utilizado e estimulado pelo poder central do partido. Quer dizer, o poder central jamais tentou criar uma condição de perceber: bom, esse grupo programático, ideológico, que pode realmente conduzir o partido e tal; vamos fortalecer esse grupo. Não ao contrário. Eles realmente procuravam dividir os grupos, jogar uns contra os outros. Então havia em São Paulo vários segmentos, e não raramente um segmento desses chegava na convenção, e ganhava na convenção. Vinte, trinta dias depois havia uma intervenção, dizendo que a convenção não valera porque esqueceu-se de fazer isso, esqueceu-se de fazer aquilo, deixou-se de obedecer a tal norma. Era feito assim.

M.C. - Até quando isso vai ser uma constante para o PTB de São Paulo?

E.R. - Isso sempre foi uma constante no PTB de São Paulo, eu diria que até a queda do dr. Getúlio.

M.C. - Era o que eu imaginava.

E.R. - Depois da queda do dr. Getúlio não houve mais PTB de São Paulo, porque o Juscelino passou a apoiar 100% a Ivete. Ele era do PDS⁴ e a Ivete entrou naquele segmento de favoritismos, de vantagens, quer dizer, ela era uma criatura muito inteligente, mas perdeu completamente o sentido de um partido como instrumento de luta nacional e como instrumento de luta dos trabalhadores. Ela não se preocupou absolutamente com isso. Você veja a última bancada do partido: tem deputado eleito por Delfim Neto, tem deputado eleito por vários elementos desse tipo. E o que é que acontece? O senhor Jânio Quadros declara na campanha, com o endosso dela, o seguinte: "Sou candidato para derrubar esse sistema de opressão que está aí, pelo voto, se possível, com sangue, se necessário!"⁵ Nunca ninguém foi tão violento quanto o senhor Jânio Quadros numa declaração dessas e com o endosso de Ivete. O que é que acontece com o partido imediatamente terminadas as eleições? Cede às pressões do governo central e vota contra o salário dos trabalhadores. Então, o PTB realmente desapareceu nessa fase. Passou a ser um partido "Sloper" como era o PTN, o PST, o PTS, essa coisa toda. Partidos que negociavam a legenda. Ressurgiu...

M.C. - Só uma curiosidade: segundo o senador Amaral Peixoto, a Ivete Vargas foi quem mais nomeou no governo Juscelino. Foi quem fez mais nomeação.

⁴ Engano do entrevistado; a sigla correta é PSD.

⁵ O entrevistado imita a voz de Jânio Quadros.

E.R. - É possível. Eu acho que ele tem razão. Pena que eu não possa contar a você o que Juscelino me contou sobre as decepções dele com a Ivete. Ela já morreu, eu não quero ser deselegante. Mas é traumatizante.

M.C. - Eu queria falar uma coisa para a gente retomar de novo esse período inicial do PTB: uma figura da maior importância nesse período, ao que tudo indica, é d. Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Era a chamada babá do PTB, não é? Deram esse nome a ela, isso consta da correspondência do arquivo dela. Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre a presença de dona Alzira nesse contexto de articulação do partido...

E.R. - Eu devo dizer que eu tive em certo momento assim muita afinidade com a Alzirinha, e tive muito diálogo com a Alzirinha, principalmente quando o dr. Getúlio estava no edifício Uruguai e que ela morava lá também. De modo que eu tenho muita ternura pela Alzirinha e quero muito bem à Alzirinha. Mas a idéia de ela ser babá do PTB... Eu diria que ela foi sempre babá do PSD. Ela foi sempre babá do PSD. Ela serviu sempre ao PSD. Era uma criatura extraordinariamente inteligente, e por isso mesmo ela serviu sempre ao PSD. Jamais ela serviu ao PTB. Ela jamais foi membro do PTB e jamais se identificou com o PTB. Ela representou realmente a grande babá do PSD, dentro das estruturas do PTB, para manter a hegemonia do PSD.

M.C. - Como ela fazia isso?

E.R. - É fácil você calcular: uma criatura a quem realmente o dr. Getúlio Vargas queria muito bem, que sempre esteve dentro das estruturas de poder, e você sabe que quem tem estrutura de poder tem estrutura de realizar muita coisa em política. Eu costumava a dizer que o palácio do governo em São Paulo, com o governo mais inábil que se pudesse pensar, valeria sempre milhares e milhares e milhares de votos. De modo que em política, não se entende política se não se entender as estruturas de poder. E ela teve essa estrutura de poder, ela pôde durante muito tempo influenciar o PTB, os segmentos do PTB, os setores do PTB, mas eu acho que sempre como babá do PSD.

M.C. - Mas aí fica contraditório porque, no caso, o Amaral Peixoto é PSD, é uma liderança do PSD. Você até entende que por esse lado, que é o lado do marido, do interesse, ela tenda um pouco a privilegiar esse partido. Mas, por outro lado, é filha do Getúlio Vargas, que é o presidente, o grande ídolo do PTB. Para mim fica difícil entender como é que ela se locomove...

E.R. - Eu talvez possa dar a você um depoimento muito valioso, modestia à parte, e que talvez você entenda. Quando nós queríamos que o dr. Getúlio Vargas fosse candidato, eu conversei longamente com a Alzirinha nesse sentido e disse: "Alzira, não há outra solução. A única força aglutinadora é o dr. Getúlio. Ele deve ser candidato de qualquer maneira!" Ela virou-se e disse: "É, Eusébio, mas pai eu tenho um só, e é por isso que eu não quero que ele seja candidato." Com isso você pode compreender perfeitamente o posicionamento da Alzira; ela sentia que se o dr. Getúlio viesse dentro de uma estrutura de transformações que nós proclamávamos, não nos interessaria muito se ele fosse sacrificado ou se não fosse sacrificado, porque nós outros estávamos muito mais interessados em libertar esse país das dependências externas e fazer dele uma nação. Quer dizer, nós somos acima de tudo brasileiros, nós não estávamos dispostos a servir nem ao bloco hegemônico da União Soviética nem ao bloco hegemônico dos Estados Unidos. Nós queríamos realmente que acabasse essa miséria no país; que acabasse essa

mortalidade infantil; que acabasse essa estrutura que nós não suportávamos mais. Então qualquer pessoa que a gente tivesse que sacrificar nessa luta, a gente sacrificaria friamente, tranqüilamente.

Mas ela era filha dele, e ela era afetiva. Ela tinha ternura pelo pai. Então ela quis sobretudo conduzir o pai a não chegar a um confronto, porque ela sabia que esse confronto ia terminar, ou o matavam, ou ele se matava. Talvez venha daí essa posição dela de achar que era muito mais negócio afastar um Estillac, afastar um Danton, afastar todos os elementos que eram a favor de uma estrutura de transformação nacionalista e que olhavam os Estados Unidos da seguinte maneira: "Podemos fazer acordo, mas não seguir tal. Podemos realmente fazer o jogo de outra potência mas não concordar que sejamos simples vagão. Nós temos que ser atendidos no mínimo necessário." Então esse é o grande choque que se dá hoje em dia e pelo qual eu acho que a Alzirinha foi dominada. Ela, dominada pela ternura do pai, sabia que levar o PTB a tornar-se um partido-instrumento dessa luta nacionalista, da qual Vargas se tornou o grande intérprete, era realmente levar o pai ao sacrifício. E ela não queria. Nessa frase que ela me disse muito antes de ele morrer, antes de ele ser candidato - "Pai eu tenho um só" -, ela deixou clara a sua ternura pelo dr. Getúlio e talvez a razão até inconsciente, subliminar ou inconsciente, não sei, de ela querer evitar que surgisse um partido que fosse instrumento dessa grande revolução social e nacional. Desculpe o empolgação.

M.C. - É bonito. Foi bonito e até emocionante. Porque o senhor falando me deu uma certeza de que realmente havia, para as pessoas que como o senhor estavam militando naquela época, a idéia de querer mudar, e que se acreditava que havia uma pessoa que pudesse fazer isso. Era uma coisa muito mais de princípios do que a gente possa imaginar hoje.

E.R. - E eu posso dizer a você que homens que pensavam realmente assim eram homens como Danton Coelho, como Estillac Leal e outros tantos.

M.C. - Esquecidos, não é?

E.R. - Esquecidos. Esses são sempre os esquecidos. Os grandes notáveis são os Robertos Campos da vida - que o Juscelino afastou dos entendimentos com o FMI porque chegou à conclusão de que se fosse ao FMI traumatizaria o país. Então afastou o Roberto Campos e rompeu com FMI.

A.G. - Outra coisa que eu achei muito rica no que o senhor acabou de falar foi a questão da presença do instrumental partidário para fazer algum tipo de transformação maior, e a questão do risco que esse tipo de instrumental partidário oferece. Nesse sentido, eu acho que isso ilustra o problema de se governar com partidos, e sobretudo com partidos que se propõem a transformações. Quando o senhor estava falando que a Alzira foi sobretudo a babá do PSD e a Maria Celina colocou a questão de ela ter sido a babá do PTB, vocês estavam falando sobretudo da posição que os partidos devem gozar para manter determinado tipo de situações políticas nacionais. Realmente aí eu acho que as questões das relações entre o PSD e PTB são um ponto importante. Se elas nunca foram muito amistosas, como às vezes a literatura passa que as alianças PTB-PSD são muito tranqüilas, e na verdade elas nunca foram tranqüilas, o que significa politicamente esse tipo de intranqüilidade por quem está vivendo, pelo menos até um determinado momento. Eu acho que essa intranqüilidade, se tem uma parte de luta por poder, por situações de poder, tem alguma coisa que excede a isso, como o seu depoimento está

colocando, não é? Nesse sentido, que tipo de aliança vai existir entre PSD e PTB e que tipo de partido vai estar à frente é muito importante. Isso me recorda a situação de que, em determinado momento, o PSD vai escolher realmente a UDN para fazer alianças, colocando-se nesse caso contra o PTB. E se colocando, significativamente contra o PTB dentro da ótica que o senhor postulou agora, isto é, contra um partido que, com todos os problemas internos e limitações possíveis, ainda tem uma plataforma, ainda tem um tipo de intenção política, pelo menos por parte de alguns de seus homens, e que ainda continua esse tipo de luta. Eu acho que isso também deve ser registrado em termos das dificuldades da vida partidária da gente.

M.C. - Agora, de qualquer forma Angela, eu acho que o que passou para a história em termos de PTB não foi o lado que é usado por Eusébio Rocha, não é?

A.G. - Eu acho que não.

M.C. - Não foi o seu lado, não foi esse lado tão bonito que o senhor está falando para a gente. Eu acho que passou muito a idéia do partido peleguista, do partido eleitoral, do partido oportunista. Eu acho que a Ivete teve um papel grande nisso e outras figuras também. E havia uma briga muito grande...

A.G. - O Segadas e o Baeta, daí em diante.

M.C. - Como é que essas coisas correriam dentro do partido?

E.R. - Você nota que eu acabei de distinguir um PTB até a morte do Getúlio. Depois não houve mais PTB. É evidente que não.

[FINAL DA FITA 3-A]

E.R. - O PTB desapareceu praticamente depois da morte do Getúlio. Foi desaparecendo como esse instrumento, porque realmente a idéia de São Paulo - agora mesmo eu pensava nisso: eu penso no poder como um instrumento de realizar determinados objetivos programáticos, determinados objetivos nacionais, determinados objetivos sociais. O usuário, por exemplo, pensa no dinheiro pelo dinheiro. Ele se empolga pelo dinheiro, e não pelo o que o dinheiro possa representar de instrumentalização. Há pessoas que querem o poder pelo poder, simplesmente pela expressão do poder. E serão capazes de se renderem, de corromperem, de fazer qualquer coisa para se manterem no poder. Eu acho que nós só podemos entender o PTB realmente dentro desse esquema. Então nós temos um PTB que surge em 45, um PTB que vai se afirmando em seguida, em 50 o PTB cresce impressionantemente. Em que pese ter seus problemas internos, as grandes resultantes são realmente no sentido nacional.

Quando eu apresentei o substitutivo criando o monopólio estatal do petróleo, tal qual devia ser, isso com a manifestação favorável do dr. Getúlio, porque o projeto que o Rômulo de Almeida mandou não correspondia aos interesses nacionais por permitir no seu artigo 13 a participação de empresas organizadas no Brasil - então a Standard, a Shell, todas elas podiam participar -, eu fui ao dr. Getúlio e disse: "Não, presidente, isso aqui não corresponde absolutamente à sua tradição de luta." Ele então chamou o Rômulo na minha presença e perguntou porque o Rômulo tinha mandado o projeto sem

me ouvir antes - porque ele tinha determinado que ele me ouvisse antes. O Rômulo disse: "Eu o procurei várias vezes e não o encontrei." Ele disse: "Então o senhor vá segunda-feira conversar com ele" - eu conversei com o dr. Getúlio em Petrópolis. Então ele mandou o Rômulo conversar comigo. Eu reuni nesse dia o general Horta Barbosa, o general Leitão de Carvalho, e eu; e o Rômulo reuniu, ele, o Jesus e um outro, que eu me esqueci o nome, Figueira, Figueiredo, qualquer coisa assim.

P.R. - Neiva Figueiredo.

E.R. - O Neiva Figueiredo. Houve um debate, que foi uma manhã toda até de tarde - ficamos até quatro horas da tarde e não chegamos a um acordo. Eu então disse ao dr. Getúlio que ia fazer um substitutivo e o Getúlio achou que estava muito bom. Disse: "Quanto mais nacionalista for, mais corresponde ao meu desejo." E eu disse isso na Câmara diante do líder, essa questão toda. Quando nós reunimos a bancada, a Ivete compareceu e disse: "Não. O que deve prevalecer é o projeto do titio."⁶ Eu disse: "Bom, mas o titio concordou comigo e eu disse isso à Câmara e o líder da maioria ouviu, todo mundo ouviu, você ouviu e não me disse nada. De modo que o substitutivo que está aqui em votação na bancada para saber o que ela vai preferir é realmente aquele que encarna o pensamento nacionalista do dr. Getúlio Vargas, não só pelo que ele me disse, mas pela sua tradição passada: ele é pelo monopólio estatal do petróleo e sempre foi." O Lúcio tomou posição ao meu lado e a Ivete não conseguiu nada.

Então você vê que dentro de um partido não é uma coisa unidinha que todo mundo está concordando. Ao contrário. A Ivete foi derrotada nessa questão, em outros casos ela conseguiu êxito. A dinâmica de um partido é uma constante dialética de tese, antítese e síntese, em que você às vezes leva a melhor, em outras consegue e não leva, e no partido houve isso. Mas se você examinar a posição do partido durante todo esse período, mesmo depois do Getúlio, o partido tem posições na Câmara absolutamente identificadas com o seu programa, nas grandes resultantes. Se você se perder na análise individual, você encontra coisas horrorosas! Se você for examinar o que se fez com a Ivete em matéria de INPS ou coisa parecida, dá bolor, dá rato, dá o diabo a quatro. Mas se você examinar as grandes resultantes históricas do partido... Tanto que no golpe de Estado, em que a primeira preocupação foi realmente revogar a lei de remessas de lucro, quem foi mais perseguido foram os trabalhistas, mais do que os comunistas. Observem bem. Na perseguição existente os trabalhistas foram muito mais perseguidos até que os comunistas. Por quê? Porque a idéia do nacional e do nacionalismo preocupa mais. É muito fácil combater o comunista, mas querer que o brasileiro concorde em ser quintal de uma outra potência, isso vai ser difícil convencer o Brasil. E o PTB sempre encarnou essa proposta. Não é uma proposta contra os Estados Unidos, não temos animosidade, e não temos nenhum interesse de nos aliar à União Soviética, mas estamos convencidos de que essa posição da bipolaridade interessa à Rússia e aos Estados Unidos, interessa aos dois. Tanto assim que na última guerra ficaram juntos; tanto assim que no acordo nuclear os dois fizeram um complô para impedir que as nações absorvessem a tecnologia nuclear. Então hoje essa bipolaridade interessa muito aos dois, mas não a nós do Terceiro Mundo, que estamos sendo esmagados por uma política monstruosa. Uma política que agora, em menos de um mês, fez com que o Brasil perdesse quase um bilhão de dólares. Então toda a nossa exportação de setores de sacrifício foi embora num simples golpe de manipulação de juros.

Então o PTB é isso. Para entender o PTB, você tem que entender o PTB nas grandes decisões, nas grandes posições tomadas. Agora, evidentemente que, depois da

⁶ O entrevistado imita a voz da deputada.

Revolução de 64, isso que surgiu aí não é PTB. PTB que deputados foram eleitos, como aquele sujeito, como é o nome dele? Aquele que era do esporte - quando não gosto das pessoas, eu esqueço...

P.R. - O Mendonça Falcão.

E.R. - O Mendonça Falcão foi eleito por Delfim Neto dentro do PTB.

A.G. - Dr. Eusébio, nessas grandes questões...

E.R. - Você veja a gravidade de eu fazer depoimentos aqui e dizer as verdades como essa que eu estou dizendo.

A.G. - E a qualidade de o senhor fazer isso.

E.R. - Muito obrigado.

A.G. - O senhor estava falando em pensar o PTB em termos das grandes questões, e eu estava pensando em função do PTB organização partidária, com os seus problemas internos, e do PTB manifestando-se parlamentarmente e de uma forma mais unida. Nos momentos das grandes questões, a questão dos diretórios regionais ficava mais fácil? Eu não quero dizer se era mais fácil a superação de posições, mas se era mais fácil a questão das ambições regionais?

E.R. - Eu diria a você que, em virtude da proposta programática do PTB, ele acabou tendo no Parlamento uma maioria de tendências identificadas com essas propostas. Então na hora dessas decisões, geralmente nós conseguíamos a maioria. Eu me lembro, logo em 50, quando a Ivete foi eleita a primeira vez - você deve se lembrar disso - e que nós criamos a Comissão Parlamentar de Inquérito do Vidro Plano, nós obtivemos imediatamente a maioria para criar a comissão. Quarenta e oito horas depois várias pessoas começaram a tirar o nome, inclusive a Ivete foi das primeiras a tirar. Aí ela foi expulsa da bancada nacionalista. Então você veja que era uma luta difícil, mas nessa luta, quer dizer, nos grandes momentos, o PTB mantinha a sua imagem programática pela maioria. Não é que não houvesse o seu ratinho lá dentro, é lógico que havia. Tinha. O Barreto Pinto deixou descendentes. Mas realmente sua imagem é essa. Agora, desse PTB de hoje, por favor, nem me perguntem, porque eu já o defini como a mariposa do poder.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.G. - Eu vou retomar aqui uma questão que eu acho muito importante em termos da atuação do PTB e que diz respeito à política sindical desenvolvida nesse período do Dutra e depois do Getúlio. Coisas que envolvem uma série de problemas, mas que eu acho de grande impacto. Primeiro, em relação ao governo Dutra, a questão das intervenções nos sindicatos, a adoção de uma política altamente repressiva, e utilizando, principalmente depois da cassação do Partido Comunista, utilizando efetiva e violentamente a questão dos comunistas para atingir uma estrutura sindical que vinha-se desenvolvendo, e que vinha, a meu ver, com uma tendência a lutar por certos níveis de

separação pelo menos do Ministério do Trabalho. Uma política dura do ponto de vista salarial, uma política de congelamento, e do ponto de vista ideológico consagrando o atestado de ideologia. Ou seja, esse período do governo Dutra é um período muito repressivo em termos de política sindical. Eu queria pedir o depoimento do senhor em relação a esse período em São Paulo e em relação à postura do PTB paulista face a esse tipo de acontecimentos. Porque eu não conheço muito bem como é que esse tipo de política se desenvolve em São Paulo. Sei que em outros estados há o afastamento de uma série de pessoas, há inclusive alianças com a Igreja para a execução desse tipo de política, e há muitas prisões mesmo, uma série de acontecimentos desse tipo. Eu queria que o senhor contasse um pouco para a gente...

P.R. - Só para complementar o seu pensamento que é o seguinte: São Paulo tinha uma particularidade, porque os ministros do Trabalho do governo do Dutra - que foram o Honório Monteiro e o irmão do Nadir, o Morvan Dias Figueiredo - eram retirados de dentro da Federação das Indústrias.

A.G. - O Morvan Dias Figueiredo, já desde o período do Estado Novo, é um elemento muito ligado a pessoas do Ministério do Trabalho, quer dizer, é um elemento que vem de um determinado tipo de formação nitidamente conservadora mesmo.

P.R. - Exato. E isso tinha relação com a política trabalhista em São Paulo? Deve ter tido, evidentemente, não é?

E.R. - É evidente que alguns setores do PTB estavam identificados com aquilo que chamavam política do peleguismo. Esses setores evidentemente procuravam contemporizar e equilibrar uma situação junto à massa sindical e junto aos interesses conservadores. Eu tenho a impressão que uma coisa é marcada; o governo Dutra é tipicamente um governo reacionário - nem conservador - é um governo reacionário. É o governo, se eu não me engano, com o Eugênio Gudim no Ministério da Fazenda.

P.R. - Não. Esse foi do Café.

E.R. - Não, o anterior... Mas o dele era outro entreguista também. Quem era?

P.R. - O ministro da Fazenda? Era o Guilherme da Silveira. Quem mais? Teve o Gastão Vidigal, foi o primeiro deles, não é?

E.R. - O Raul Fernandes estava no exterior. O ministério do Dutra era um ministério extremamente reacionário, e com uma formação doutrinária inspirada nos livros econômicos dos países ricos, o que talvez seja um dos aspectos mais graves para nós e que constantemente nos inibe de compreender o problema econômico e político do país. Porque a posição tomada por esse grupo foi aquela de que a melhor maneira de maximização de lucro é realmente diminuir os salários. Nós vamos encontrar nos livros econômicos dos países ricos sempre essa idéia de maximização de lucros que eu, hoje em dia, como economista, como professor de economia da Faculdade de Direito, tenho repellido.

A idéia deve ser de justo lucro e justo salário. Porque o justo lucro compreende a renda adequada ao empresário e à sua capacidade de poupança para reinvestir. Mas a maximização do lucro, não. Então eu costumo sustentar a tese de que bons salários compatibilizam bons lucros, que é realmente uma doutrina que eles não aceitam e que

realmente foi vendida a nós. E nós verificamos que homens como o Dutra e outros foram todos eles dominados por esse pensamento econômico, por esses *scholars*. De tal ordem que o pensamento deles é esse, sem se aperceberem que atrás disso está uma política internacional da maior importância, que é a seguinte: a diminuição do poder de compra interno é a melhor maneira de diminuir o mercado interno; e a melhor maneira de diminuir o mercado interno é a maneira mais eficiente de tornar o país dependente externamente. De forma que você tem numa doutrina econômica aparentemente ingênua a estrutura de dominação externa que caracterizou o governo Dutra pelos elementos que o integravam.

Ora, não há dúvida de que o governo Dutra foi um governo de intervenção nos sindicatos, de prisão dos elementos mais reativos, sob aquele velho pretexto, porque desgraçadamente para nós os comunistas não nascem com a foice e o martelo no peito porque, se nascessem, de repente o Exército brasileiro ia ficar surpreso em verificar o pequeno número de comunistas que existe no Brasil e que não ameaça coisa nenhuma. Então procura-se generalizar sempre o perigo comunista dentro da teoria internacional da bipolaridade e dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos como potência dominante. O governo do Dutra realmente agiu dessa maneira.

É lógico que dentro do PTB havia sempre um choque violento, havia um choque violento. Havia um grupo que se rebelava contra isso, que lutava contra isso, e havia um grupo peleguista, que evidentemente procurava se acomodar dentro dessa formação. De modo que na fase do Dutra, o que explica o crescimento posterior do PTB foram as reações que surgiram dentro do partido, mormente a partir do momento da ruptura do Dutra com o Getúlio. No momento da ruptura do Dutra com o Getúlio, fortaleceu-se o grupo ativista e que tinha uma concepção nova, que já não aceitava mais a idéia do populismo como a estrutura de melhor encaminhamento da solução - quer dizer, a idéia do homem bom que cria o Hospital das Clínicas, do homem bom que procura pela bondade salvar o trabalhador - mas tinha uma outra concepção: de organizar o trabalhador numa estrutura de poder, de tal maneira que a capacidade de equilíbrio entre o interesse do empresariado e do trabalhador fosse também uma expressão de poder. Porque não há reivindicação social que possa ser vitoriosa sem um poder que a sustente.

De modo que eu explico a posição do Dutra exatamente por isso. Ele foi dominado por um grupo reacionário, basta ver a composição do seu ministério; todo ele um ministério reacionário, um ministério formado de uma concepção externa, isto é, identificada com interesses externos. O Banco do Brasil, o Guilherme da Silveira... O Guilherme da Silveira mereceu uma homenagem minha; quando eu fiz o discurso contra a intervenção em São Paulo eu juntei um pedaço de pano, porque em certo momento o Guilherme da Silveira, no tempo da ditadura, ele imprimia nas suas fábricas o tecido, e no fim do tecido imprimia o retrato do dr. Getúlio. Então eu disse nesse discurso: "E aí está o Sr. Guilherme da Silveira a conspirar contra os interesses de São Paulo, um homem que com sua bajulação contaminava até as máquinas de tecido. Eu gostaria de pedir a transcrição desse documento nos Anais." Então houve quem se opusesse, porque dizia que no *Diário do Congresso* não podia haver retratos. Eu disse: "Mas eu não quero o retrato do dr. Getúlio aí. Eu quero o documento da bajulação, porque o Sr. Guilherme da Silveira não compreendeu que, quando ele reduziu os empréstimos da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, a ponto de cinco anos depois São Paulo estar recebendo o que recebia há cinco anos atrás, ele não o fez contra São Paulo, porque metade da produção sai de São Paulo, e se essa metade não funcionar direito o todo também não funciona. Então o que se está fazendo não é contra São Paulo, é contra o Brasil." Eu denunciei exatamente o Guilherme da Silveira, que se transformou no homem que facilitou as importações norte-americanas para o país, liquidando os nossos créditos

externos. O que nós vimos, portanto, foi a política antinacional, antitrabalhista e antitrabalhador que caracterizou o governo do Dutra.

A.G. - Dr. Eusébio, que elementos do PTB em São Paulo faziam parte desse grupo que defendia a possibilidade de uma organização trabalhista mais forte, mais presente?

E.R. - Olha, dentro do PTB eu tenho a impressão que nós tínhamos lutando nesse sentido... O Berto Condé tinha uma posição boa nesse sentido. O Berto Condé tinha uma posição muito boa nesse sentido, indiscutivelmente. Se vocês não levam a mal, eu também tinha.

A.G. - Além do senhor. [risos] O Frota Moreira era uma pessoa que...

E.R. - O Frota Moreira. O Frota Moreira tinha uma posição muito boa, tinha uma posição realmente de vanguarda, uma posição de luta. E o resto nos acompanhava.

A.G. - Também havia evidentemente aqueles que mais seguiam do que propugnavam.

E.R. - É, exatamente.

A.G. - Forçando um pouco a memória do senhor, do ponto de vista da estrutura sindical havia elementos que encarnavam esse tipo?

E.R. - Havia. Agora, eu devo dizer a você... Você vê 48, 50, mais de 30 anos, eram elementos assim da massa. É aquilo que eu digo sempre: a maior homenagem que se fez foi criar uma estátua ao soldado desconhecido. Nós devíamos criar uma homenagem aos homens que têm lutado desconhecidamente para a grandeza desse país, como na luta do petróleo e na luta sindical. Porque são pessoas absolutamente simples, e eu me lembro que em determinado momento capitaneavam uma greve, consolidavam uma resistência. Mas se eu tivesse que lembrar agora... Eles não resistiriam durante muito tempo.

A.G. - Mas houve repressão efetiva?

E.R. - Ah, houve! Repressão violenta. O DOPS era...

A.G. - Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre a repressão nesse momento.

E.R. - Eu me lembro de uma muito boa: quando o Carvalho Pinto estava no governo de São Paulo, foi secretário de Segurança um amigo meu, que era procurador-geral, que tinha sido procurador-geral, eu me esqueci agora o nome dele. E ele, brincando comigo, disse: "Eu hoje peguei as suas fichas aqui no DOPS. Olha que barbaridade! Quantas fichas você tem aqui! Eu trouxe porque... Vamos acabar com isso?" Eu digo: "Não. Guarda que isso é a lembrança das minhas lutas históricas." E eu me lembro que havia uma porção de fichas acusando o seguinte: "Coordenou a greve geral no vale do Paraíba, criando subversão e provocando..." Uma porção de coisas desse tipo. Mas eu simplesmente tinha ido aos trabalhadores e mostrado que era necessária a revisão salarial que não se fazia há mais de dois anos. E realmente eu emprestava um pouco a minha presença, porque com ela a reação sempre pensava duas vezes antes, naquele tempo um deputado tinha certo valor. Não é como hoje que qualquer cassetete quebra a cabeça de um deputado.

A.G. - Quer dizer que nesse momento, principalmente após o rompimento de Getúlio com Dutra, os parlamentares que permaneciam nessa posição e que insistiam na possibilidade da continuação de lutas, tinham um espaço razoável para atuar?

E.R. - Como deputados tinham. Tinham espaço para atuar.

A.G. - Sim, mas na medida em que iam, conforme o senhor mencionou, ao local onde estava havendo um movimento de protesto... Porque esse período, pelo menos no início, foi um período conturbado. Quer dizer, o ano de 47 é um ano em que assiste ainda a manifestações de protesto, greves, não é?

E.R. - É, mas tinha. De um modo geral a presença do deputado era respeitada. Nessa parte parece que o Dutra dava ordem para manter um aspecto democrático. Ele não ia ao extremo de liquidar o deputado, de não dar bola de prender, essa coisa toda. Havia um certo espaço em que o deputado era realmente considerado um elemento representativo. Tinha realmente um espaço para o deputado.

A.G. - E as relações?...

E.R. - Diziam que o Dutra tinha uma mania, que ele pegava a Constituição e dizia: "Essa é a leizinha que eu obedeço", essa coisa toda. Quer dizer, ele tinha um certo conteúdo legalista de formação, mas era um homem que evidentemente não entendia de economia, e foi absorvido pelo seu grupo conservador e reacionário.

A.G. - E o papel da Igreja nesse momento em São Paulo?

E.R. - Era conservador. Nessa fase a Igreja era muito conservadora.

A.G. - Havia choques com os trabalhistas?

E.R. - Havia. Mas a Igreja era muito conservadora. A Igreja nessa fase não tomava absolutamente a defesa dos trabalhadores, ela era a Igreja da salvação da alma. A exceção de um homem que foi maravilhoso, mas que agia muito mineiramente, com muita prudência, que foi dom Carlos Carmelo Mota. A esse homem o Brasil deve relevantes serviços, sobretudo na defesa de suas riquezas, como o caso da Amazônia. Eu me recorde que ele foi de uma atuação maravilhosa, porque o velho Bernardes lutava nesse sentido e eu também, mas não conseguíamos sensibilizar muito a Câmara. Eu então fui conversar com ele sobre a necessidade de ele fazer um pronunciamento, e ele disse: "Olhe, deputado, para eu fazer um pronunciamento só não convém, mas eu vou inaugurar tal igreja em Santos e você mande um jornalista lá que eu falarei sobre o assunto." Ele deu uma bela entrevista mostrando que a hiléia amazônica era um atentado aos interesses do país, eu transcrevi nos *Anais* da Câmara e teve um resultado maravilhoso; o velho Bernardes conseguiu acabar com aquela proposta da hiléia amazônica. Mas ele mesmo teve que agir com muita prudência, porque você sabe que os bispos exercem muita força e muita influência, e a imensa maioria era absolutamente conservadora. A Igreja não podia se meter com os trabalhadores, essa coisa toda, isso era um problema temporal e não espiritual.

M.C. - Voltando para a questão dos sindicatos, o senhor lembra como é que se davam as relações do PTB com os sindicatos? Conta para a gente. Como é que se fazia o contato? O PTB entrava no sindicato para formar uma chapa, ganhar determinado sindicato? Como é que era essa miudeza da coisa?

A.G. - Em época de eleição sindical, principalmente.

E.R. - O PTB não tinha realmente uma grande estrutura sindical a ponto de influenciar muito nesses setores. A presença do PTB era mais política.

M.C. - É mesmo?

E.R. - É. Não tinha, assim, uma grande influência. Até porque a influência que tinha era daqueles elementos que eram chamados mais peleguistas. A grande presença do partido se dava através desses elementos, e alguns até eram positivos, porque dentro do pouco que podiam fazer, eles faziam alguma coisa. A gente olha o peleguismo assim com muito horror, mas no fundo, no fundo... Eles faziam a manobra entre um poder esmagador e o que eles conseguiam retirar dentro da falta de uma estrutura de poder. Porque quando você não tem poder para exigir, é a velha frase do Vieira: "Quem quer o que não pode, corre o risco de perder o que pode sem conseguir o que quer." É realmente esse o grande problema. Então eles transigiam e conseguiam alguma coisa. Mas não há dúvida de que havia muita ligação desse setor peleguista com o PTB eu não daria um depoimento sincero... [risos] É um lado para mim negativo porque eu tinha assim muitas restrições, mas compreendia que havia alguns sujeitos que ainda conseguiam alguma coisa nessa base.

M.C. - E com a Justiça do Trabalho? Por que a gente estava falando há pouco que foi um lado fundamental na criação do PTB. Durante o governo Dutra, como é que fica essa questão com as delegacias?...

E.R. - É interessante. Na Justiça do Trabalho muitos juízes tinham uma posição visivelmente pró-trabalhador; a Justiça do Trabalho continuou a exercer uma influência paternalista; a tendência era normalmente defender o trabalhador. Muito mais do que agora, que a gente vê que a tendência da Justiça é constantemente considerar a greve ilegal, isso no Brasil todo. E na Justiça, nas questões individuais sobretudo, havia sempre um sentido de proteção do trabalhador, de resguardar o cumprimento da legislação do trabalhador.

M.C. - E havia também uma colaboração no sentido de facilitar alguma coisa para o partido?

E.R. - Não. Nessa parte, não. Essa parte foi tirada completamente.

M.C. - Foi um episódio de 45.

E.R. - É. Como também na Delegacia do Trabalho perdemos completamente essa situação. O partido não tinha realmente ascendência, a não ser aqueles chegados ao ministro, essa coisa toda.

[FINAL DA FITA 3-B]

M.C. - Dr. Eusébio, a gente gostaria de falar um pouco sobre o segundo governo Vargas, mas antes a gente gostaria que o senhor falasse um pouco como é que o senhor viveu a experiência do acordo interpartidário de 48. O que é que isso significou em termos da relação do PTB dentro da estrutura partidária? Como é que foi vivenciado na época o acordo da UDN, PSD e PR, os três *big*s? Por que o PTB não entrou? Quais os problemas para que isso acontecesse?

E.R. - É evidente que o acordo interpartidário traduzia uma consolidação da base para um governo de conservador a reacionário. As estruturas políticas que entraram nesse acordo revelam bem a preocupação daqueles partidos que estavam mais identificados com uma proposta conservadora, muito mais voltada para os interesses do velho grupo rural, da aristocracia rural, daqueles elementos mais conservadores do setor comercial e até mesmo de alguns elementos do setor industrial. De modo que o que se procurava era dar ao presidente Dutra uma base no Congresso, de tal maneira que ele pudesse se sentir tranqüilo quanto à sua ação de poder presidencial. E ela se fez visivelmente voltada para o restabelecimento daquela posição acomodada no país em face a interesses internacionais. Tanto que nós vamos verificar que há uma política de liberação total das importações, quer dizer, ao invés de se cuidar das reservas que estavam no exterior e que poderiam trazer uma grande capitalização, elas foram-se esvaindo.

É verdade que houve algumas reações. Eu me recorro que, na grande luta que nós fizemos quanto ao Estatuto do Petróleo, que foi o primeiro momento que eu mesmo tive um desligamento do presidente Dutra, quando ele mandou o projeto do Estatuto do Petróleo, evidentemente eu fiz um pronunciamento contra o presidente Dutra mostrando o erro disso... Me lembro que o Gabriel Monteiro da Silva, que era o chefe da Casa Civil, conversou muito comigo e disse: "Ah, o presidente ficou muito aborrecido porque ele é seu amigo e você inopinadamente faz um discurso contra ele, um discurso violento contra ele..." E nessa fase, entretanto, essa parte conseguiu ser positiva, graças sobretudo à intervenção do Mário Bittencourt Sampaio, que teve uma posição de destaque. Para vocês terem idéia da importância desse fato, basta verificar que o Mário Bittencourt Sampaio foi à França para complementar a negociação com o Banco de *Pays Bas et Lyon* para o empréstimo da construção da refinaria de Cubatão, - porque nós tínhamos conseguido pôr abaixo a proposta do Estatuto do Petróleo, o presidente Dutra acabou deixando ele ser arquivado, e dentro do Plano Salte, que foi coordenado por Mário Bittencourt Sampaio, surgiu a construção da refinaria de Cubatão. Ele então foi para França. E contou-me o Mário Bittencourt Sampaio que ao chegar à França, ficou surpreendido, porque o ministro da França encarregado do setor disse a ele que não era mais possível financiar a refinaria de Cubatão. Porque o embaixador americano tinha dito a ele que, se a França já tinha crescido tanto que não precisava mais do Plano Marshall, a ponto de financiar um país na América Latina para concorrer com os interesses das empresas norte-americanas, fornecendo a esse país a construção de uma refinaria que iria banir em grande parte do mercado brasileiro as atividades das empresas americanas, o governo americano não continuaria a ajudar o governo americano⁷ com o Plano Marshall. Houve então uma situação séria. O Mário Bittencourt me contou que pediu ao nosso embaixador para fazer um coquetel de despedida, ao qual

⁷ Engano do entrevistado; a referência é ao governo francês, e não ao governo americano.

ele foi. Nesse coquetel de despedida, o próprio embaixador americano perguntou a ele: "Ministro, V.Ex.a. vai, então, amanhã para o Brasil?" Ele disse: "Não. Não vou para o Brasil. Eu tenho ordens do presidente para ir a outro país, a Checoslováquia, para tentar financiar a construção da refinaria de petróleo." Isso causou um grande espanto, um grande impacto, porque o ministro francês tinha oferecido saldar os déficits da França com o Brasil através da venda de locomotivas, e não mais financiando a refinaria de petróleo. Diante disso houve um novo impacto. Contou-me o Mário Bittencourt Sampaio que no dia seguinte, logo cedo, ele recebeu um telefonema do ministro francês dizendo que a questão estava liberada para o financiamento de Cubatão.

De modo que você vê como os governos são contraditórios: em um governo extremamente conservador e reacionário, que comprometeu muito os interesses do país, foi possível, entretanto, em face da pressão popular, em face da consciência nacional que se tinha criado no campo civil e militar, estabelecer uma resistência que atendeu fundamentalmente ao interesse do país. Assim, foi possível construir a refinaria de Cubatão, que foi a primeira grande refinaria, cuja luta inicial se deu através da pequena refinaria de Mataripe, que nós conseguimos provar que era auto-suficiente. Então houve essa luta toda e, dentro desse governo, mesmo conservador, esse aspecto pôde ser ressalvado e pôde ser realmente restabelecido. Existiram contradições internas. Houve incidentes violentos, inclusive na questão da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, na questão do Plano Salte, houve incidentes grandes. Mas realmente o que me parece que mais marcou o governo Dutra foi aquela política de contenção salarial, aquela política de esmagamento dos movimentos políticos dos sindicatos, e uma política injustificável do ponto de vista do interesse nacional, de portas abertas às importações, que acabou comprometendo os grandes saldos que nós tínhamos no mundo, inclusive nos Estados Unidos. E aí passamos, segundo os interesses americanos, a importar bugigangas, matéria plástica etc. De modo que a imagem geral que eu poderia dar dessa fase eu acho que se sintetiza nisso, estabelecendo uma contradição para mostrar que muitas vezes as coisas são um mosaico, a gente tem um mosaico e não uma contiguidade de soluções.

M.C. - Fechando com essas colocações do senhor, eu acho que o acordo interpartidário visava não só esse apoio parlamentar ao governo Dutra, às iniciativas do presidente, mas também à solução sucessória. Talvez a questão mais forte do acordo interpartidário fosse no sentido de encaminhar a questão sucessória de uma forma conservadora, de uma forma que mais atendesse a esses interesses dominantes. Isso era percebido?

E.R. - É fácil prever que o objetivo das lideranças conservadoras deveria ser o de manter a estrutura de poder ao nível dos partidos conservadores, é lógico. Mas os fatos se sucederam de uma forma bastante inversa. Primeiro, porque o presidente Getúlio Vargas manifestou-se de maneira clara como não sendo candidato. Ele desejava uma união nacional que pudesse comportar interesses os mais gerais. E se não me falha a memória, o primeiro lançamento que ele fez como uma solução para se chegar a um acordo foi em torno do Salgado Filho. A segunda parte o presidente concordava em que fosse o Osvaldo Aranha o candidato a presidente; lançou o Osvaldo Aranha candidato a presidente, e o vice seria o Salgado. Quer dizer, o PTB daria o vice e o Osvaldo Aranha seria o candidato de unidade nacional. E nisso a gente vê a genialidade do Getúlio; nos entendimentos iniciais ele apresenta o Salgado, mostrando que ele próprio não era candidato, era apenas um elemento do partido. Mas ele transige e recua; lançando quem? O Osvaldo Aranha. Um homem de profunda influência e trânsito na UDN que, evidentemente, a partir daí, não podia deixar de sentir que o velho companheiro de 30 tinha restabelecido toda a identidade. Isso provocou uma fissão na UDN, porque todo o

grupo do Osvaldo Aranha viu que o Getúlio queria encontrar realmente uma solução de unidade nacional. Posteriormente, já que não foi possível, ele propôs quem? Nereu Ramos, que o Dutra não aceitava, não aceitou de jeito nenhum. Ele propôs o Nereu Ramos. Então você veja como a coisa foi se desencadeando.

Em São Paulo, eu já expliquei o que aconteceu. E houve o que era de se esperar: uma parte da UDN, relativamente pequena, se cindiu, se desinteressou com a questão do Osvaldo Aranha, e o maior grupo se aglutinou em torno do Eduardo Gomes. O PSD ficou desiludido, porque o Nereu Ramos era a grande figura do PSD, era o homem partidário, o homem leal, o homem decente, o homem honrado, essa coisa toda. Com o veto do Dutra ao nome dele, jogou-se grande parte do PSD nas mãos do dr. Getúlio. E o Ademar não pôde ser candidato em São Paulo por causa do Novelli. Você veja então como se encaminhou o equacionamento sucessório; acabou desembocando exatamente no Getúlio como única solução.

M.C. - Deixe só eu esclarecer uma coisa: o senhor falou que o Getúlio Vargas indicou Osvaldo, Salgado Filho... Ele indicava como? Porque no arquivo dele não dá para a gente sentir. Como é que ele fazia essas indicações?

E.R. - É o seguinte: quando ele estava em São Borja, que começou a abrir o problema sucessório, ele imediatamente começou a ser ouvido, porque ninguém tinha dúvida de que ele era o grande eleitor do país. Então São Borja começou a ser a Meca de todos os políticos; todos eles iam para lá conversar com dr. Getúlio e encontrar soluções. E ele reafirmava que não era candidato, que aquela fase que o país ia atravessar era muito difícil e que era uma fase em que seria bom haver uma unidade nacional em torno de candidaturas. Então ele começou a inventar várias candidaturas. Eu me lembro que ele inventou o Salgado, depois inventou o Osvaldo Aranha, depois surgiu o Nereu Ramos - todas foram vetadas. Acabou o PSD saindo com o Cristiano, que foi cristianizado, você sabe disso, e a UDN com o Eduardo Gomes. E o Getúlio realmente se elegeu.

M.C. - Mas, por outro lado, pelo que eu lembro desse período, o Getúlio Vargas mantinha a posição pública de que ele não discutia nomes; ele discutia programas.

E.R. - É verdade, é verdade.

M.C. - Então, publicamente, essa questão de indicações de nomes não aparecia, não é?

E.R. - É verdade. Realmente ele sempre afirmou que deveria haver um programa de unidade nacional. Mas eu me lembro que, além dos programas, o problema desceu ao exame de nomes.

M.C. - O senhor participou de reuniões em que isso tenha sido discutido?

E.R. - Não, dessas reuniões eu não participei. Conversei com o dr. Getúlio sobre a situação. Isso, muitas vezes.

M.C. - Quem é que participava dessas reuniões que se faziam?

E.R. - Dessas reuniões, normalmente quem participava era o Osvaldo Aranha, era o Salgado Filho, que era na ocasião o grande porta-voz do Getúlio, o grande porta-voz do Getúlio.

M.C. - E do lado do PSD quem é que participava?

E.R. - Do lado do PSD as conversações se realizavam diretamente com Nereu Ramos. Eu me lembro que o Nereu Ramos estava muito com ele.

P.R. - O Valadares?

E.R. - Realizavam-se com o Valadares... Eu estou querendo me lembrar... o próprio Agamenon Magalhães teve entendimentos nesse sentido com o dr. Getúlio, eu me recordo que teve. E vários outros elementos.

M.C. - O senhor, que militava na época, que estava por dentro da coisa, como é que o senhor avaliava o papel do senador Amaral Peixoto? Ele era uma grande eminência do PSD, estava à beira de ser o presidente do PSD, com uma ligação muito próxima com Getúlio Vargas. O senhor tem uma idéia de como é que circulava a liderança dele, que posições?...

E.R. - Eu tenho a impressão que o Amaral Peixoto era muito ouvido. Ele evidentemente participava muito desses entendimentos, era um homem de total trânsito com o dr. Getúlio. Mas o dr. Getúlio era um homem a quem realmente ninguém controlava nem comandava. Ele era um homem de diálogo com todos, mas dentro das suas estruturas políticas próprias, indiscutivelmente. Não era um autoritário, de jeito nenhum. Ao contrário. Nas conversações a gente sentia, assim, o espírito de um homem aberto à conversação, aberto ao diálogo, aberto à aceitação de idéias.

Mas eu tenho a impressão de que o Amaral deve ter representado um papel muito importante. Não há dúvida que, na reta final, o Getúlio se afastou desse esquema conservador e assumiu a posição de um grande líder. E quem lê os discursos do Getúlio fica impressionado, porque ele não só foi um homem que se antecipou à sua época, dentro de um certo pragmatismo político, como trouxe contribuições que surpreendem até hoje em dia. Se examinarmos alguns discursos do dr. Getúlio, como por exemplo, se eu não me engano, o discurso feito em Volta Redonda... Não importa, eu não posso precisar, mas pronunciamento dele é fácil ver. Na campanha presidencial ele tem frases extraordinárias em que ele afirma o seguinte: "Hoje eu recebo o apoio dos trabalhadores, mas amanhã serão os próprios trabalhadores que estarão no poder." Então ele já tinha essa idéia de uma dinâmica de transformação social em que a classe trabalhadora deveria ser também uma expressão de poder, e não simplesmente uma expressão de manipulação para o poder de outras classes. Acho que nessa visão de liderança de Getúlio Vargas está um dos aspectos mais importantes para uma analista política apreender realmente o sentido que ele representou conscientemente.

M.C. - Nesse ponto o senhor, que partilhava de uma certa intimidade com o presidente Vargas, como é que definiria para gente o homem de idéias, não o homem público, o homem na intimidade? Quer dizer, essas coisas que o senhor está falando, defesa do trabalhador etc... Isso fazia parte do discurso, das conversas que ele tinha com os amigos? Como é que era?

E.R. - Você usou uma expressão que a gente deveria analisar: intimidade do Getúlio. A gente sentia que o Getúlio era extremamente afável, que ele era um homem extremamente simpático. Em São Borja, por exemplo, ele ficava tomando chimarrão naquela agradável intimidade. Agora, eu tenho a impressão que na expressão intimidade plena, eu acho que o Getúlio era um homem que nunca tinha intimidade com ninguém. Ele era um homem que realmente mantinha uma conversa maravilhosa, agradável, chimarrão, até contando certas piadas, certas coisas, mas não essa intimidade que vulgariza. Eu nunca vi o dr. Getúlio vulgarizando-se na intimidade. Ao contrário, na intimidade ele conversava assuntos às vezes gerais, até assuntos de fazenda. Agora, o discurso dele na intimidade era um discurso preocupado com o problema nacional, sem afetação, e vivendo sempre esses problemas. Porque ele estava isolado, então ele se valia de muito dos amigos para fazerem levantamentos, dados econômicos, informações, estatísticas, e ele se interessava profundamente por isso. De modo que ele me deu a impressão de ser realmente o que você poderia dizer, um estadista. Um homem para o qual a política não é um instrumento de poder, mas o poder é o instrumento da política a serviço de uma idéia e de uma ideologia. Essa é a impressão marcante que o dr. Getúlio Vargas me deu.

Eu me recordo até, você pode calcular, eu, com 26 anos, saindo de ser professor de matemática e diretor da Justiça do Trabalho, para de repente me sentir constituinte e deputado federal, diante de um homem que pertencia à história. Então eu fui sempre muito prudente, sobretudo no início, nas conversações com ele. E havia uma coisa que me seduzia demais, mas que era constrangedora perguntar, e eu o fiz. Eu disse: "Olha, dr. Getúlio, o senhor sabe que nós jovens normalmente somos irreverentes, mas não veja irreverência da minha parte, somente sede de compreender a política - e o senhor estará me ajudando a entender aquilo que talvez a prática me levasse muito tempo para explicar. Como foi possível, presidente, o senhor ser deposto, se o senhor tinha todo o poder na mão? Todas as fontes de informação, o DIP..." Ele disse: "É, mas com o DIP e essas fontes controladas pelos segmentos intermediários, eu acabei sendo o homem mais mal informado do Brasil". Veja que lição há nisso para a importância da informação e da democracia na formação do homem público. Esta é uma resposta dele assim muito peculiar. E é isso que eu tenho a dizer a você; mesmo na intimidade, mesmo numa conversa simples, ele era um homem que trazia uma soma de ensinamentos que o engrandecia muito como líder político.

E daí você viu que o esquema... Se ele prestabeleceu esse esquema, não se poderá nunca dizer, mas que se sente que, como numa grande partida de xadrez, ele foi colocando as pedras exatamente como deviam ser colocadas, não há dúvida. Você veja: no momento em que ele lança o Osvaldo Aranha em nome da unidade nacional, ele cria realmente um problema-impacto para a UDN; no momento em que ele lança Nereu Ramos, o presidente do PSD - é verdade que todos sabiam que o Dutra não gostava do Nereu Ramos, mas ele lança -, ele cria a situação.

M.C. - Do jeito que o senhor fala dá a impressão de que havia por parte de Getúlio Vargas um plano deliberado de voltar ao poder. A gente pode fazer essa leitura do que o senhor está falando?

E.R. - Pode. Eu creio que sim. Se você me perguntasse se essa é a minha convicção, eu tenho a impressão que sim, que ele tinha um plano de voltar ao poder. Porque um homem como ele não é um homem que renuncie ao poder, traíndo as suas idéias e os seus ideais para com o país. Eu acho que o homem que realmente assume certos

compromissos com o seu país não tem o direito de se omitir, a não ser quando ele sinta que não é mais necessário.

Mas, naquele quadro, ele era a única opção. Não havia outro nome que pudesse realmente representar o que ele representou. E o avanço que ele conseguiu! Você já se deu conta do que seria o Brasil sem Volta Redonda? Do que seria o Brasil sem a Petrobrás, com o dólar a Cr\$1.300,00, Cr\$1.400,00, importando asfalto, importando gasolina, importando óleo diesel, importando combustível? E em tudo isso nós somos auto-suficientes. O que seria o quadro desse país? A própria Eletrobrás foi proposta pelo dr. Getúlio, entende? Um país sem energia...

Eu me preocupei muito no Parlamento com a instrução não só da Petrobrás, como da questão nuclear e do setor de eletricidade. Por que? Porque por volta de 1950 a lenha, o mais antieconômico dos combustíveis, representava mais ou menos oitenta e tantos por cento da fonte energética do país. Isso é uma loucura! Um país que baseia na lenha suas fontes energéticas não tem nenhuma condição de desenvolvimento. De modo que toda essa estrutura que levou esse país a crescer a ponto de ser hoje a oitava economia do mundo, encontra realmente suas raízes nessa situação. Senão seria um país sem nenhuma condição de resistência às pressões externas, tal a vulnerabilidade que tinha atingido.

Eu acho que o dr. Getúlio era um homem que compreendia essa importância, função de sua liderança política. Eu creio mesmo que ele sentia necessidade de chegar ao poder para continuar, e foi o que ele fez. Quer dizer, ele não chegou ao poder acomodado, transigindo, como fez o presidente Dutra, com os interesses conservadores, com as pressões externas. Ao contrário, ele as enfrentou. Seus últimos discursos, quais são? Mostrando a descapitalização do país. Recordo-me que na sua última mensagem, de 53 - em 54 ele já estava morto, em 24 de agosto - na última mensagem de 53 ele mostrou que, entre 1939 e 1953, para uma saída de 17 bilhões e 600 milhões de cruzeiros tinha havido um entrada de um bilhão e 300 milhões de cruzeiros. Isto significava uma descapitalização violenta do país. Ele denunciou o sub e o super-faturamento; ele não se importou de enfrentar as grandes forças das pressões externas e internas, mas para marcar. E na sua carta ele deixou realmente a grande mensagem. É preciso então compreender que é natural que ele realmente tivesse, dentro da determinação de um programa assumido, o propósito de voltar ao poder.

M.C. - Uma pergunta, não é maldosa, mas é de alguém que não sabe o que é ter sido getulista. A ser verdade que existia um programa nacionalista, que existia essa corrente de opinião, que existiam pessoas de valor como o senhor e outras mais que defendiam isso...

E.R. - Muito obrigado.

M.C. - ... não é possível a gente pensar que o Brasil conseguiria tudo isso mesmo sem Vargas no poder? Por que é que Vargas é condição *sine qua non* para que isso fosse resolvido?

E.R. - Bom, em primeiro lugar eu quero dizer que se você me dissesse que eu sou um getulista, eu diria que não. Absolutamente. Se eu fosse getulista eu não teria chegado perto do dr. Getúlio e teria dito: "Olha, presidente, a mensagem sobre a questão do petróleo me parece que não é essa, é outra." Se eu fosse um getulista seria um homem que seguiria o Getúlio. Não. Eu era um homem cujos ideais se identificavam com os ideais de Getúlio Vargas. Você me faz uma pergunta sobre uma questão hipotética.

Quem sabe? Se surgisse um homem que tivesse a mesma sensibilidade e que fosse capaz de entender os problemas dessa maneira, é possível que conduzisse os acontecimentos. Mas a verdade é que a sua presença foi um fator nesse sentido, porque ele foi um grande aglutinador dessas forças. Então fica difícil responder sobre hipóteses, mas posso responder sobre a realidade histórica; em face da realidade histórica ele foi o homem que correspondeu aos anseios da nação e aos anseios dos trabalhadores.

A.G. - Eu queria continuar ainda na questão da sucessão presidencial, mas centrar um pouco na questão do PTB. Uma coisa que eu acho interessante é que me parece que, de início, a questão sucessória fica sendo articulada e manipulada basicamente pelo PSD e pela UDN. O PTB, portanto, está assistindo a esse tipo de articulações. Mas, com o decorrer dos acontecimentos, fica evidente que o PTB é absolutamente crucial para isso. Eu queria saber do senhor, que está dentro do PTB em São Paulo, como é que o PTB assiste a isso? Porque eu também acho que certamente os petebistas, com uma certa argúcia já daquele momento político, sentiam o tipo de encaminhamento que as coisas vinham tomando. Até mesmo ouvindo o depoimento que o senhor agora vem fazendo. Como é que o PTB se posicionava nesse momento? Não é o PTB, não. Como é que os petebistas assistiam a essa jornada sucessória?

E.R. - Você sabe que uma candidatura à presidência da República implica uma estrutura de poder muito grande.

A.G. - Estamos vendo, estamos vendo.

E.R. - É uma estrutura de poder muito grande. Quer dizer, você não pode, com razoável possibilidade de êxito, fazer um candidato sem condições básicas mínimas para essa candidatura. Então, enquanto a questão ficou nessas conversações, nós do PTB achávamos que a solução era Getúlio Vargas.

A.G. - Já achavam?

E.R. - Já achávamos que a solução era Getúlio Vargas.

[FINAL DA FITA 4-A]

E.R. - Mas sentíamos que não havia condições de ele ser candidato. Não havia condições de ele ser candidato. Entretanto, quando os acontecimentos... Nós já falávamos. "A solução é Vargas, a solução é Getúlio." E éramos olhados muito pouco a sério com essas primeiras manifestações, que não deixaram de ser um pouco quixotescas, porque de fato naquela circunstância inicial era quase absurdo pensar na candidatura do dr. Getúlio, não é? Mas esse fato de nós acharmos que essa era a solução foi crescendo. E no momento que ficou marcada a impossibilidade de Ademar ser candidato, que Ademar foi a São Borja... Antes disso eu tinha estado lá com o Danton Coelho, que é uma grande figura, também muito omitida na nossa história, e que nessa fase merece um realce especial. Danton foi realmente um grande articulador da candidatura de Getúlio Vargas e era muito meu amigo, nós estávamos sempre juntos. No momento, entretanto, que o Ademar sentiu que não havia mais nenhuma possibilidade de ele ser candidato...

A.G. - Ele esperava ser candidato, não é?

E.R. - Esperava.

A.G. - Certamente ele esperava.

E.R. - O próprio dr. Getúlio disse ao Ademar que, em face dos desentendimentos havidos, estaria pronto a apoiá-lo. Disse isso a ele. Mas, com a evolução dos acontecimentos, chegou um momento... Eu estive com o Danton e nós conversamos com o Ademar nesse sentido, quando eu disse: "Ademar, se você sai do governo, o Novelli assume. E a única base que nós temos para vencer o resto é o estado de São Paulo. É a única condição que nós temos. O Getúlio, com grande nome e grande voto, será inegavelmente uma expressão de votação que ninguém tem dúvida a respeito, pois ele foi eleito por mais de seis estados e fez-se senador por dois. E não se desgastou naquele tempo todo, ao contrário, o nome dele continuou a crescer em face das crises surgidas, em face da falta de revisão salarial, de tudo. Ele é olhado como o homem que realizou, que fez." Aí o Ademar chegou à conclusão histórica de que a solução era apoiar o Getúlio e foi a São Borja. Eu tenho até a fotografia dos dois juntos, com uma mensagem no verso escrita pelo Ademar unindo os dois partidos; tá, tá, tá, essa coisa toda. Tem todos esses elementos. A partir desse momento é que saem realmente a grande aglutinação e a cristalização da candidatura de Getúlio Vargas.

A.G. - Eu queria fazer uma pergunta ao senhor sobre esse acordo - que o livro da Maria Celina sobre o qual a gente conversou anteriormente transcreve o documento - porque uma das coisas mais incríveis é que nesse acordo está situada a possibilidade de o candidato Getúlio Vargas eleito renunciar para o Ademar poder assumir a presidência da República. Eu acho isso uma coisa tão incrível!

E.R. - Mas isso não tem nenhum fundamento, porque se o Getúlio renunciasse o Ademar não seria o... que iria ocupar a presidência da República. Seria o Café Filho.

A.G. - Mas no acordo está assim.

E.R. - Eu tenho a impressão que deve haver um equívoco nisso. Porque eu tenho a fotografia do Getúlio com o Ademar, com escrito no verso, mas não tem nada disso nesse pronunciamento. Não tem. Está à disposição de vocês, porque está nos meus arquivos a fotografia do Getúlio e do Ademar e a assinatura dele.

M.C. - Não, esse documento que a gente está falando consta do arquivo de Getúlio Vargas. Depois a gente conversa sobre ele. É muito esquisito, sim.

A.G. - É muito esquisito. Por isso é que eu só quis...

E.R. - Mas a letra é de quem?

M.C. - Está datilografado e assinado por...

E.R. - Não foi assinado pelo Getúlio.

M.C. - Não. São representantes do PTB e do PSP.

E.R. - Deve ter sido o Danton, de um lado, e o... Eu sei quem foi, foi o vice-governador, o candidato a vice-governador.

A.G. - Eu não estou me lembrando também agora.

P.R. - É o Salzano, não?

E.R. - Salzano, o Erlindo Salzano, entende? Certamente deve ter sido isso: os intérpretes colocaram no documento a hipótese de que, se houvesse uma renúncia, o Ademar seria o candidato apoiado pelo Getúlio. Deve ter sido essa a redação.

A.G. - É uma compreensão. E ainda nesse clima da situação do PTB e do acordo com o PSP, eu queria que o senhor falasse um pouco para a gente, nesse momento da sucessão, sobre a rearticulação de um movimento que me parece absolutamente marcante para a história do PTB, que é a questão do quererismo. Quer dizer, nesse momento, mais uma vez se articula um movimento que evidentemente não é o quererismo do "Queremos Getúlio com a Constituinte" de 45, mas é um "Queremos Getúlio".

E.R. - Bom. O quererismo não teve, a meu ver, um aspecto de "Queremos Getúlio", porque foi um movimento totalmente desarticulado, como eu contei a vocês. Era um movimento de aglutinação desordenada! Não tinha nenhuma estrutura, não tinha nenhum esqueleto! Era realmente um movimento de aglutinação feito muito desordenadamente. Ao passo que, na candidatura do dr. Getúlio, o partido já estava organizado em base nacional. Além de o partido estar organizado em base nacional o que era fundamental, havia realmente uma dissidência manifesta. Grande parte do PSD votou no dr. Getúlio. Diretórios inteiros do PSD votaram no dr. Getúlio. [risos] Você sabe que o pobre lá foi apelidado, até foi cristianizado, não é? Diziam que o candidato do PSD tinha sido cristianizado. Realmente grandes correntes do PSD lutaram pelo dr. Getúlio. De modo que aí já não era movimento trabalhista, aglutinando vários outros setores, sobretudo do PSD e do PSP, porque o Partido Social Progressista do Ademar também ajudou muito. Quer dizer, sem o governo de São Paulo montar a estrutura, seria muito difícil que o dr. Getúlio fosse candidato.

M.C. - Pois é, mas de qualquer forma eu estou entendendo o que a Angela está falando; antes mesmo de o dr. Getúlio Vargas se apresentar como candidato, há notícias em várias fontes, principalmente em arquivos, de que havia um tal de "O Getúlio", "Queremos Getúlio", isto é, que havia uma mobilização popular dispersa, não organizada, mas que havia uma manifestação popular pedindo a volta de Vargas. O João Neves da Fontoura disse o seguinte: "O 'Queremos' anda solto." Eu acho que a idéia é muito essa mesmo, é uma coisa solta, um tipo de demanda desorganizada, mas que marca o prestígio que o Vargas tinha. Essa manifestação pró-Getúlio antes mesmo de ele ser candidato, é uma coisa espontânea, ou o PTB, que já queria Getúlio desde antes, está articulando essa manifestação?

E.R. - Não tenham dúvida de que o PTB articulou essa manifestação, não tenham dúvida quanto a isso; O PTB articulou. Agora é aquilo que eu digo: é muito fácil você articular uma coisa quando a comunidade está a favor dela.

M.C. - Ah, é claro. Está certo.

A.G. - Basta empurrar, não é? Ela vai andando.

E.R. - É só... [inaudível] e acabou. Era realmente o que havia. O PTB, nessa altura, já era realmente um partido organizado em nível nacional.

A.G. - Nesse momento, vamos dizer assim, o trabalhismo está utilizando o partido, utilizando no sentido que ele tem o controle desse movimento, inversamente do que se dava em 45, quando o queremismo, de certa forma, era quem estava empurrando e possibilitando a organização política trabalhista.

E.R. - Exatamente. Exatamente isso. O movimento queremista foi o Demiurgo, o originador do movimento trabalhista inicialmente.

A.G. - Enquanto mobilizador, não é?

E.R. - Agora, já na outra fase o trabalhismo é que pôde colocar à sua disposição e movimentar a ruassa de...

A.G. - Eu queria desenvolver essa reflexão em torno da relação trabalhismo-queremismo, entendendo o trabalhismo como alguma coisa mais estruturada em uma dimensão organizacional mesmo, partidária etc., e a questão do queremismo enquanto alguma coisa espontânea. Eu acho essa relação absolutamente crucial para se entender o PTB, e também muito complexa. O senhor está desenvolvendo o seu depoimento muito em termos de mostrar como a figura de Getúlio é central para se chegar a atingir determinado tipo de propostas trabalhistas. Mas eu queria fazer uma pergunta para o senhor: o Getúlio, também, por outro lado, não era alguma coisa problemática para a estruturação do trabalhismo como partido? Problemática porque ele era alguma coisa que, de certa forma, excedia ao próprio partido, que não cabia toda dentro do partido, pelo menos, e a qual o partido... Eu quero dizer o seguinte: Getúlio literalmente não é um homem do PTB, porque não é um homem de partido. Ele é um homem que excede nesse sentido. Como que isso é vivenciado dentro do partido? Porque eu acho que nesse momento isso deve ser uma coisa muito forte, muito viva para as pessoas que estão no trabalho, na militância. Eu não estou dizendo a reflexão, mas estou dizendo a presença. Eu estou pedindo uma reflexão a posteriori, mas eu digo: essa presença é muito viva, não é?

E.R. - É evidente que eu acho que você utiliza a figura de Getúlio Vargas, nela integrada a sua obra.

A.G. - Sim. Aliás eu acho que a figura do Getúlio Vargas é desenhada exatamente em termos disso, em termos das duas grandes temáticas que o senhor está levantando: a questão do trabalhismo propriamente dito, lido, vamos dizer, em termos de política social, e a questão do nacionalismo, lido enquanto uma linha de política econômica.

E.R. - Você coloca realmente um problema empolgante e complexo. Eu creio que até hoje nós ainda não conseguimos organizar um partido como seria talvez do desejo de muitas lideranças trabalhistas de então. Quer dizer, um partido que tivesse a sua proposta programática identificada com todos os componentes do partido e a sua

ideologia como rumo a se seguir no campo político. Realmente nesse sentido não se pode dizer que o dr. Getúlio era um homem contido dentro do PTB porque a imagem das suas lutas, a Revolução de 30 e toda a sua posição anterior, o dimensionaram de tal forma que, aí está no resultado da votação. Ele é o presidente mais votado, e o seu partido fundamental, que era o PTB, é a terceira bancada. E isso foi um fato muito grave porque não deu ao presidente a base partidária para ele pôr em execução o seu programa de governo.

A.G. - Vou fazer uma pergunta tecnicamente não muito correta, porque eu estou cortando o entrevistado. Mas eu queria fazer uma pergunta assim: o senhor acha que o PTB era o partido do coração de Getúlio? Ou era o PSD?

E.R. - Não! Você não tenha dúvida de que o PTB era o partido da opção de Getúlio Vargas. Se você cometer o erro de dizer que a consciência está no coração e não na cabeça,...

A.G. - Essa é ótima! [risos]

E.R. - ... não há dúvida que era o partido da consciência de Getúlio Vargas. É só você ler os pronunciamentos dele, sobretudo os de Porto Alegre. Você vai encontrar o PTB identificado. Porque ele percebe que na dinâmica das transformações sociais a classe trabalhadora vai passar a exercer uma expressão política muito séria, e só baseadas no povo serão possíveis as transformações nacionalistas no país. Lendo os discursos dele você vai sentir que era o partido da consciência dele e da opção dele. [risos]

P.R. - Eusébio, a minha pergunta é a seguinte: o segundo governo Vargas não chegou a completar quatro anos, não é?

E.R. - 24 de agosto de 54.

P.R. - É exato. Mas nesses três anos e meio de duração ele foi muito mais rico em realizações, muito mais do que em 15 anos de regime autoritário. O que foi feito em matéria de realização, em matéria de obras administrativas nesses três anos é infinitamente superior ao que ocorreu de 30 a 1945. Eu gostaria que você me explicasse esse fenômeno.

E.R. - Eu gostaria de explicá-lo dizendo o seguinte: que a democracia é o melhor regime para resolver as dificuldades de um povo. Eu gostaria porque isso me identificaria com a minha própria formação. Mas eu acredito que não foi bem isso. O que aconteceu foi que a existência de Volta Redonda tinha permitido um desenvolvimento, porque Volta Redonda foi tipicamente como a Petrobrás, como a Eletrobrás, empresas estatais não-estatizantes. Elas abriram uma perspectiva incrível para o desenvolvimento interno, porque foi possível você montar uma porção de empresas que dependiam do aço, construções que dependiam do aço, fábricas de cimento que se desenvolveram, e uma estrutura de um proletariado que realmente tinha aumentado muito nesse ciclo.

Então você vai conseguir explicar realmente o grande êxito de Vargas, além da sua grande experiência, à decisão de um homem que, quando chega a uma certa idade, está disposto a aproveitar todos os anos para realizar a sua obra, porque sabe que essa questão de morrer, a gente morre hoje ou amanhã, e só fica a obra que se defende. Então Getúlio Vargas deu realmente todo o desenvolvimento a isso, disposto a enfrentar todas

as pressões externas. Daí o problema da Petrobrás, daí as atividades que ele desenvolveu, daí os financiamentos que ele fez e daí a atividade que ele desenvolveu, tentando realmente ganhar. Eu tenho a impressão que a dinamização do seu governo foi uma espécie de somatório de tudo isso, porque a essa altura Volta Redonda já fornecia o aço para o país. Então pôde ampliar a infra... Porque, imagine você, um país sem aço e sem energia! Se o Getúlio, em 50, fosse eleitor e não tivesse o aço de Volta Redonda e a dinamização do cimento e de tudo, ele não podia fazer milagre! Quer dizer, ele tinha preparado uma estrutura que estava pedindo um governo realmente desse impacto. Então eu acho que, além da grande experiência que ele adquiriu, as condições mesológicas permitiam uma dinâmica muito mais desenvolvimentista que no período anterior. Eu tenho a impressão que, em síntese, era isso que eu poderia responder a você. Não sei se pude ser satisfatório.

M.C. - A gente volta depois, isso a gente vai ter que... Dr. Eusébio, uma coisa que preocupa a gente é o seguinte: lançado Getúlio Vargas - e a gente estava conversando há pouco que ele era maior que o partido, mas de qualquer forma era o candidato do PTB, era o candidato do PSP - havia a perspectiva de que o PTB ia ser governo? Essa coisa era sentida como um governo de PTB? O PTB tinha quadros para isso? Se sentia capaz de bancar um governo?

A.G. - O PTB pleiteou ministérios nesse momento?

E.R. - A tese do PTB era exatamente essa: de que o PTB devia assumir o governo. Eu me lembro que, quando estivemos reunidos em São Borja, já para conversar com a bancada do partido e pensar na escolha dos candidatos, lembro-me bem de uma figura que, pelo menos para vocês, vale a pena eu comentar, a do Jaffet, comendo as unhas... Por favor, vocês não falem porque vão me deixar numa situação... [risos] Então havia naquele momento uma corrida total de todos esses elementos para as lideranças do PTB. Eu me lembro que eu dizia ao dr. Getúlio: "Dr. Getúlio, não me assusta nós termos a bancada minoritária, porque eu tenho certeza que os industriais estarão onde estiver o Banco do Brasil. Os homens perigosos são os homens liberais porque, não precisando de empréstimos, eles têm independência de defender as suas idéias. Os outros preferem defender os seus bens às suas idéias. De modo que o nosso grande problema vai ser nós assumirmos a proposta do governo trabalhista." Essa era a minha tese. Não foi vitoriosa. Evidente que o dr. Getúlio preferiu fazer um governo de experiência, um governo de transição, e nesse governo de transição quem é que vai para o Ministério das Relações Exteriores? João Neves da Fontoura. O homem que trocou trigo podre por areias monásticas; o homem contra o qual eu fui obrigado a fazer uma grave denúncia - mas este é um fato que eu comentarei depois sozinho. A verdade é essa. Então, nós vamos ver, quem vai para o Ministério da Fazenda? Lafer. Quem vai para o Banco do Brasil? Jaffet. O velho Getúlio evidentemente achou que era possível estabelecer um governo conservador que ele manipulasse. Aliás, eu acho que o dr. Getúlio tinha muitas vezes essa idéia de contornar as dificuldades de pressões colocando pessoas ligadas a essas pressões, de modo a neutralizar o efeito do choque. E eu digo isso porque o dr. Getúlio, depois de eleito, me chamou a Petrópolis e me honrou em querer me ouvir sobre a indicação do Juraci Magalhães para o Conselho Nacional do Petróleo. Na época, o coronel Barreto...

P.R. - ... João Carlos Barreto.

E.R. - João Carlos Barreto estava terminando o mandato, porque se ele não saísse... Não podia ficar mais de dois anos fora da tropa. E ele queria saber o que eu achava, porque eu sempre tinha estado ligado à campanha do petróleo, às lutas do petróleo, na questão do Estatuto do Petróleo. Então ele queria saber como eu interpretava isso. Eu disse: "Olha, dr. Getúlio, se o senhor me convoca para me ouvir, e depois de um almoço tão agradável, eu não tenho o direito de dizer simplesmente aquilo que o senhor talvez preferisse ouvir. O meu respeito e a minha admiração pelo senhor e os meus deveres para com o meu país me levam a dizer o seguinte: O Juraci Magalhães não é o homem indicado para o Conselho Nacional do Petróleo, porque o Juraci Magalhães é um homem que votou a favor do Estatuto do Petróleo e tem tido sempre posições favoráveis à dependência externa." Ele me disse: "Não. Nós podemos colocá-lo lá e obrigá-lo a fazer o que nós queremos." E eu digo: "Mas eu tenho a impressão que vai haver dificuldades, porque ele tem muitos elementos externos e isso vai fortalecê-lo, enquanto que o atual vice-presidente..." - aquele que foi prefeito de Brasília, como é o nome dele? Meu amigo, seu amigo também, que foi prefeito de Brasília. É engenheiro. Foi prefeito de Brasília depois da Revolução. Plínio...

P.R. - ... Plínio Cantanhede.

E.R. - "Esse Plínio Cantanhede é o vice-presidente do Conselho Nacional do Petróleo, ele é seu amigo e é um homem da nossa linha, que sempre defendeu o monopólio estatal do petróleo. Se ele ficar na vice-presidência, o Juraci pode esperar por muito tempo vir a ser eventualmente o presidente, e o senhor terá tempo de examinar em profundidade os acontecimentos. Pelo seguinte: porque o senhor tomou posse com o apoio do grupo nacionalista do Exército, e o grupo nacionalista do Exército não suporta o Juraci Magalhães, acha que o Juraci Magalhães é entreguista porque acha que o Brasil deve ser cópia fiel dos interesses norte-americanos." "Está bom, então ele não será nomeado." Isso me foi cobrado depois pelo Juraci. Um dia eu estava no Banco do Brasil, tinha que conseguir a transferência de um gerente de Bauru, e ele estava lá, e o Geraldo Rocha também. Ele então virou-se: "Mas Eusébio, porque você vetou o meu nome?" Eu digo: "Onde é que você está agora Juraci?" Ele me disse: "Estou na Vale do Rio Doce." "Você não está satisfeito lá?" Ele disse: "Estou." "Eu sabia que você ia preferir a Vale do que o Conselho." [risos]

Então é isso que me mostra que o Getúlio era um homem que achava que podia colocar estes elementos e através disso realizar a sua política, o que não deu certo. Tanto que, logo depois, dois anos depois, mais ou menos, é afastado o Danton Coelho, é afastado o Estilac Leal. Então você veja como a coisa vai acontecer. Você veja o problema das pressões, porque a pergunta de vocês é muito séria, daí eu ter que me alongar na resposta, entende? Vejam um outro exemplo: na questão do Jango. O Jango faz aquela proposta de revisão salarial; veio a pressão do *Manifesto dos coronéis*, uma pressão violenta dos coronéis. O que fez Getúlio? Afastou o Jango. Veja como ele manipulava o poder! Quer dizer, se as pressões eram fortes ele manipulava o poder. Ele sabia a hora certa de enfrentar a reação, mas ele fez o aumento de 1º de maio. Quer dizer, o objetivo dele de aumentar ele cumpriu, ele não recuou, ele aceitou as pressões e superou, e superou realmente. Depois o próprio Clube identificou-se com ele nessa questão; ele superou aquela crise dos coronéis muito bem.

Mas então a mim me parece que o que realmente aconteceu foi isso. Nós esperávamos um governo trabalhista, nós esperávamos que o Getúlio realmente convocasse aqueles homens que provaram que eram capazes de defendê-lo, de fazer a luta, de chegar ao poder, que pelo menos houvesse uma hegemonia do trabalhismo no governo. E eu

achava que com essa hegemonia não seria difícil nós atingirmos o controle da Câmara. É aquela minha tese: eu não tenho dúvida que os empresários estão onde está o Banco do Brasil, então fica muito fácil controlar a votação da Câmara se você tem o Banco do Brasil.

A.G. - Se faria um acordo...

E.R. - É lógico, então isso seria fácil. Mas infelizmente eles tomaram o poder. E pouco a pouco foram tomando o poder do dr. Getúlio, até que ele chegou ao suicídio.

M.C. - Agora, de qualquer forma eu volto à pergunta do Plínio. Há pouco tempo eu falei que havia de voltar, então eu volto à pergunta do Plínio: não obstante esses problemas de ordem política, uma certa falta de condições para reagir a essas pressões, Vargas teve que fazer concessões nomeando ministros mais entreguistas, mais conservadores e tal, mas de qualquer forma, quando você chega ao final, o saldo é um saldo positivo do ponto de vista de realizações de política econômica pelo menos, não é? Os problemas políticos estão colocados, mas o que para mim nunca ficou muito claro é de onde vem esse suporte, essa força, enfim, a legitimidade, que nome a gente possa dar para que esse tipo de projeto de desenvolvimento fosse levado adiante? Porque ali a gente vai ter uma crise política, porque do ponto de vista econômico, do ponto de vista de modelo econômico não está se questionando. Quer dizer, é diferente de hoje; hoje você questiona tudo, da política à economia. Ali não, ali você tem uma crise política. Quer dizer, o avanço econômico, a política econômica está sendo implementada, ela não está em cheque. Como é que o senhor consegue entender, voltando de novo, como é que essas coisas conseguem se compatibilizar?

E.R. - Eu tenho impressão que o que aconteceu foi exatamente o seguinte: como eu mostrei, o fato de ter surgido Volta Redonda e o fato de a política financeira, numa leitura essencialmente econômica, privilegiar os investimentos prioritários e não os investimentos especulativos, deram uma infra-estrutura de desenvolvimento econômico satisfatório, tanto assim que permitiu revisões salariais de 300%. Agora, não se faz revisão salarial de 300% numa economia cujos investimentos são malbaratados em especulação e em corrupção, como nós vemos agora. Se citar só dois casos - Capemi e Brastel - lá vão mais de um trilhão de cruzeiros.

Então eu acho que a política econômica do dr. Getúlio criou essas condições, mas o dr. Getúlio chegou à conclusão que, ou se estagnava a sangria da descapitalização do país através da remessa de lucros...

[FINAL DA FITA 4-B]

E.R. - ... e de dividendos, e sobretudo de super e sub-faturamento, que ele denuncia na *Carta-testamento*, ou então a obra dele ficaria contida. Aí é que ele realmente choca os interesses internacionais, esses interesses internacionais que manipulam falsamente a opinião pública, dominam os setores de imprensa, seduzem a ambição individualista e criam realmente a crise política, sem fundamento na crise econômica. Então surge a crise política sem fundamento. Dizem as leis que os pequenos imponderáveis decidem grandes acontecimentos. Surge o imponderável do major Vaz, que foi um imponderável

desagradável, porque se o Lacerda morresse não havia nenhum problema, entende? A verdade é esta.

A.G. - Continuava sendo o imponderável, mas não tão desagradável.

E.R. - Não tão desagradável. Mas a verdade é esta. O fato foi manipulado pelo poder externo, foi manipulado pelo poder interno, agravou-se uma situação incrível que redundou naquilo que nós vimos. Aliás, a sensibilidade de vocês e do Plínio foi muito grande ao estabelecer essa dicotomia contraditória entre uma infra-estrutura econômica que se mantém satisfatória, num clima de um processo de crescimento econômico, desenvolvimento econômico, de melhoria salarial, essa questão toda, e a superestrutura política esmagando um governo que realizava esses propósitos e que atendia inclusive a um propósito nacional, que foi a Petrobrás. De modo que me parece que essa dicotomia só pode ser explicada por essa razão.

M.C. - Dr. Eusébio, vamos para o Ministério do Trabalho de novo. Uma pergunta bem objetiva: por que o Danton sai do Ministério do Trabalho? Por que ele tem que sair do Ministério do Trabalho?

E.R. - Eu acho que você não pode entender a saída do Danton se você tentar criar uma análise isolada das estruturas de poder que vinham minando as propostas do governo. O Danton, como o Estillac Leal, representava uma tendência marcada, uma tendência nacionalista, uma tendência profundamente trabalhista; representava realmente uma estrutura nessa linha e com profundidade, porque o Danton estava convencido que era preciso aprofundar todas essas propostas. E essa proposta vem sofrendo um desgaste grande das outras estruturas. Então o problema da saída do Danton é que se procurou minar a posição do Danton, não importam os argumentos que poderia trazer, isso não tem sentido; nós estamos numa análise de macroeconomia e não de microeconomia, de macropolítica e não de micropolítica. De modo que essa é a grande verdade: o que ocorreu com o Danton foi simplesmente parte do esquema: caiu o Estillac, caiu o Danton para tranquilizar.

M.C. - Pois é, dr. Eusébio, a gente está fazendo uma microanálise, mas a gente queria fazer também uma história mais detalhada, e o senhor pode fazer isso com a gente. No caso do Estillac Leal, parece mais ou menos claro que a saída dele se dá exatamente em função das divergências com o João Neves da Fontoura, o Acordo Militar, as areias monásticas, aquela história que a gente conhece bem. No caso do Danton a coisa é mais misteriosa. Os atores que estão dando as cartas, para a gente é menos claro. O senhor podia dar uma luz nesse cenário.

E.R. - Sim, eu poderia descer a detalhes que não foram realmente detalhes importantes, e não vou descer a eles porque não tem sentido...

P.R. - [inaudível]

E.R. - Eu não vou descer realmente... [risos]

A.G. - É! Esse é um ponto importante: a briga do Danton com a Ivete nesse momento é um negócio... não é?

E.R. - Não. Não creio.

A.G. - Por que não, dr. Eusébio?

E.R. - O problema não foi o choque de pessoas, entende?

A.G. - Não propriamente, mas o seguinte: eu acho até muito significativo dentro da lógica toda que o senhor está mostrando para a gente, porque na verdade me parece que o ministro Danton, nesse momento, está realmente significando o aprofundamento de uma possível linha trabalhista e de um possível perfil do PTB como partido - e aí como um partido significativo, porque o PTB em 50 já é efetivamente um partido que tem credibilidade, que tem voto. E a Ivete é justamente outro tipo de coisa. A Ivete é aquele clientelismo, é aquele peleguismo dentro do partido.

E.R. - Não sei se é outro tipo de coisa ou se é alguma coisa. [risos]

A.G. - Pois é. Mas eu estou dizendo que esse confronto Danton-Ivete me parece que está traduzindo uma coisa importante dentro do PTB. Eu não sei, eu realmente não conheço esse... Que força que a Ivete tem nesse negócio? Ela está encarnando o quê?

E.R. - Eu diria a você que a Ivete entra nisso como o espantalho que alguém coloca para o pardal fugir. Poucas pessoas teriam a coragem de fazer o papel ridículo que ela fez, contestando a linha altamente trabalhista, altamente nacional do Danton Coelho. Então ela foi usada exatamente para provocar um desgaste. Mas de fato o problema não era esse na Ivete. Se não fosse a Ivete...

A.G. - ... Seria outra pessoa.

E.R. - Seria outra pessoa.

A.G. - Quer dizer que a Ivete está simbolizando naquele momento...

E.R. - O que a Ivete está simbolizando é exatamente aqueles grupos que estavam assustados com a posição do Estillac Leal, de um lado, e o Danton, do outro. Porque eles sentiam que eram tenazes, que estavam se fechando dentro dos grupos, defendendo realmente... Basta você ver que eu, como presidente do PTB de São Paulo, troquei idéias com o Danton e ele quis que eu conversasse com o dr. Getúlio sobre a mudança de uma política fundamental, que era a seguinte: antigamente quem fazia a fiscalização em São Paulo era a Secretaria do Trabalho por acordo feito com o ministério. E nós tínhamos conseguido logo no início denunciar esse acordo e criar a Delegacia do Trabalho. Com a criação da Delegacia do Trabalho, nós passamos a ter um impacto tremendo em São Paulo e a ter na mão a fiscalização real da indústria paulista.

A.G. - Quer dizer que até esse momento dos anos 50 a fiscalização não dava?...

E.R. - A fiscalização era feita pela Secretaria do Trabalho do governo do estado de São Paulo por convênio. Então era uma mamata!

A.G. - Era feita pelo próprio governo do estado?

E.R. - Pelo próprio governo do estado. Então o governo do estado só nomeava fiscal... E fiscal que se fizesse de besta...

A.G. - Mas isso não acontecia em outros estados, não. Em outros estados já havia a Delegacia que fazia a fiscalização.

E.R. - Já. Em vários estados havia Delegacia, mas em São Paulo não. Era a Secretaria.

A.G. - Eu não sabia disso. É novidade para mim.

E.R. - Diante disso torna-se fácil compreender que eles estavam sentindo que o ministro do Trabalho Danton Coelho estava pondo em execução uma legislação que não era mais brinquedo, que não era uma legislação para ficar no papel como engodo para fazer discurso no 1º de Maio, entende? Que ali estava se começando uma fiscalização real, e com ordem de fiscalizar; não de perseguir, mas de fiscalizar. Mais ainda; de tolerar, porque era o presidente do partido - que era eu - que conversava com o delegado fiscal, com o delegado do trabalho nesse sentido. É preciso compreender que o empresário muitas vezes não tem condições; então dê-se tempo, dê-se prazo, mas não se deixe de fazer, porque não é possível que a lei não seja cumprida. Isso não. Pode-se ter tolerância para cumprir a lei, mas não se pode deixar de cumpri-la.

Então começou a haver em São Paulo um movimento. O partido cresceu incrivelmente em São Paulo. Basta ver que na eleição para a Assembléia Legislativa nós mais que duplicamos a nossa representação. O partido começou a encarar com seriedade uma grande transformação no campo trabalhista.

A.G. - E em termos de política sindical?

E.R. - Em termos de política sindical também. Evidentemente nós começamos a liberalizar os sindicatos para se organizarem de fato. Nós organizamos inclusive o departamento trabalhista do PDT⁸, que passou a ter uma estrutura de organização partidária, não para fazer política do PTB dentro dos sindicatos, mas para defender a unidade e a luta dos trabalhadores. Levar a proposta do partido em matéria sindical, o que não significava fazer sindicatos do PTB mas, ao contrário, fazer sindicatos unidos em torno das reivindicações básicas dos trabalhadores. Era essa a política do PTB.

Ora, é evidente que isso, tanto quanto aquela proposta de cooperativa que eu fiz, começou a assustar os ilustres conservadores, de um lado, que se uniram aos grupos internacionais, aos grupos entreguistas, numa conspiração contra o Estillac e contra o Danton, que representavam realmente aquilo que PTB deixava de ser: uma pequena representação, alguma coisa que não ameaçava as estruturas de poder, e começava a representar uma estrutura de poder. Por outro lado, o dr. Getúlio denunciava a descapitalização do país, como eu mostrei, denunciava o super e subfaturamento, atingindo a milhões e milhões de dólares, mostrava que em vez de o dólar se transformar em cruzeiro, o cruzeiro é que se transformava em dólar... Isso foi criando uma estrutura, e o velho Getúlio achou, tal qual com o Jango, que era melhor contemporizar.

A.G. - E aí botou o Segadas.

⁸ Engano do entrevistado; a sigla correta é PTB

E.R. - Tirou o Estillac, tirou o Danton e botou o Segadas.

A.G. - O Segadas também para...

E.R. - Colocou um tipo mais conservador, como o Marcondes em São Paulo, um tipo menos voluntarioso.

A.G. - ... Que deu marcha à ré a esse tipo de iniciativa do Danton.

E.R. - Exatamente. Deu marcha à ré. Esta é que é a verdade histórica. Então houve um recuo. Eu me lembro - essa passagem é até interessante, quase para concluir -, eu me lembro que eu, muito preocupado com a agitação que se fazia sobretudo nos setores militares, fui ao dr. Getúlio e disse: "Dr. Getúlio, ou nós agimos já, ou será tarde. Nós estamos perdendo toda a estrutura de poder, inclusive nos setores de militares." E me lembro que o Getúlio me disse isso na ocasião: "Tu te recordas como os árabes antigos puniam os criminosos de morte?" Eu disse: "Não." Aí chegou alguém e nós desconversamos. Quando ele suicidou-se é que eu associei a piada que ele havia me contado. Quando ele suicidou-se ele realmente amarrou seu cadáver na UDN e determinou uma reinversão total do quadro político. Uma coisa eu senti: o dr. Getúlio não quis mais pensar em golpe ou reação contra isso. Ele não aceitava de forma alguma.

M.C. - E de certa forma o João Goulart em 64 adota a mesma postura.

E.R. - Exatamente. Adota a mesma postura.

M.C. - Na hora em que o senhor estava falando de uma marcha à ré, quando o Segadas foi para o ministério, a idéia que a gente tem é que também nesse momento está avançando uma outra liderança muito forte, que é a de João Goulart, basicamente junto ao movimento sindical, e que vai gerar um atrito muito forte com o Segadas, não é?

E.R. - Exatamente isso.

M.C. - Eu queria que o senhor falasse como é que se sentia essa presença de João Goulart como um líder que implementava a política trabalhista? Era isso o que se achava de João Goulart?

E.R. - Eu acho que você traduziu perfeitamente a impressão que isto dava. O Jango mostrou desde o início uma grande sensibilidade pelo setor sindical e acreditou na força do setor sindical. O que eu não sei é se ele acreditou com dados exatos, porque haverá realmente poder sindical no Brasil ainda hoje? Até onde esse poder sindical se exerce? Se se tivesse a idéia de se fazer uma greve geral, realmente se faria? Na última tentativa de greve geral, em São Paulo pararam 80%, no Rio parou uma porcentagem que também parece elevada, em Minas alguma coisa, e o resto? Então esse problema de estrutura de poder, nenhum político pode ignorar. Porque se você baseia a sua estrutura de poder em setores que realmente não têm condições de ter poder, você só tem uma situação: é realmente perder o poder. Quer dizer, política não é obra de Deus nem do demônio. É obra dos homens; é obra de quem tem poder. Ou se tem poder e se consegue fazer prevalecer os interesses dessa expressão de poder, ou se é esmagado pelos outros interesses. É realmente isso. E às vezes se consegue algumas vitórias, outras vezes se perde, mas essa é a dinâmica do processo da política. Ninguém entende política sem ter

como fundamento da política a estrutura de poder. É essa realmente a impressão que eu tenho com relação à questão do Jango.

M.C. - Eu não sei se vai dar tempo hoje, mas depois a gente vai querer que o senhor fale um pouco sobre a experiência de João Goulart no Ministério do Trabalho. O que ela significou para o PTB? A impressão que a gente tem é que foi uma coisa muito importante.

E.R. - Foi realmente muito importante. Quanto a isso, não tenha dúvida nenhuma.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

[O LADO B DA FITA 5 NÃO FOI GRAVADO]

2a. Entrevista: 11.07.1984

A.G. - Eu queria aproveitar a oportunidade para pedir ao dr. Eusébio uma terceira entrevista, se possível, porque a de hoje não vai ser muito longa devido aos compromissos que o dr. Eusébio tem. Assim, nós vamos fazer uma espécie de chute na bola, esquentar os motores, para poder possivelmente retornar ainda a alguns assuntos que a gente vai conversar hoje.

Eu queria tentar começar a entrevista voltando ao ponto em que nós terminamos nossa primeira entrevista. Nós estávamos conversando naquela ocasião sobre o segundo governo Vargas e sobre os ministros do Trabalho do segundo governo Vargas. E ficou mais ou menos em aberto um colocação maior sobre o ministério de Jango, sobre o período de Jango como ministro. Eu queria então começar por aí, pedindo ao senhor uma avaliação do que significou a entrada de Jango para o Ministério do Trabalho, não só em termos de política nacional, mas particularmente em termos de impacto sobre o PTB.

E.R. - A entrada de João Goulart para o Ministério do Trabalho trazia implícita a própria proposta do partido no sentido de integrar as amplas massas trabalhadoras em um sistema de governo, ou seja, fazer com que realmente os problemas da comunidade trabalhadora fossem examinados e atendidos dentro de um critério de justiça social proposto pelo partido. É evidente que havia uma premissa fundamental, porque a essa altura já não se tinha mais dentro do PTB a concepção meramente populista de que os grandes e bons governos de sensibilidade são capazes de salvar a comunidade nacional. Já uma nova filosofia de poder inspirava o partido, que era a de que é preciso que os segmentos da sociedade se estruturam de forma a se transformarem em manifestação de poder. Daí a tentativa do Jango, do João Goulart, de dar aos sindicatos maior liberdade, maior organicidade, maior organização e maior participação. Por outro lado, um outro elemento fundamental da postulação trabalhista era a de que a produção depende do nível de consumo e, conseqüentemente, bons salários compatibilizam até bons lucros. Era preciso, então, elevar imediatamente o nível salarial dos trabalhadores para que eles tivessem não só melhores condições de bem estar individual e da família, mas também contribuíssem para a melhoria das condições do mercado interno.

A colocação que vem sendo feita desde a ditadura de 64, de contenção salarial, não atende ao empresariado nacional nem aos trabalhadores, mas atende a um modelo

internacional de dependência externa; porque quanto menor for o nosso mercado, maior será a dependência externa. Ninguém acredita mais que salário seja fator de inflação; todos nós sabemos que, na formação do custo final dos produtos, os salários influem em média 16%. Quer dizer, um aumento de 40% equivale a uma efetiva majoração de 6,4%. Então a inflação brasileira não se explica absolutamente pelo salário. São outros fatores. Daí a posição de João Goulart, de tentar imediatamente estabelecer um aumento de 300% para os trabalhadores, provando assim uma posição trabalhista clara a favor da massa trabalhadora.

A.G. - A que o senhor atribui essa mudança de ministros do Trabalho, isto é, a saída do Segadas Viana e a entrada do Jango, em termos de propostas de uma política naquele momento? Ou seja, a questão trabalhista como um termômetro de uma política nacional maior, e esse termômetro sendo mais ou menos medido pela mudança dos nomes no ministério?

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

E.R. - É evidente que o dr. Getúlio Vargas se elegeu com larga margem, mas essa eleição não trouxe em seu bojo um apoio parlamentar das forças que ele mesmo representava, de tal forma que o Parlamento era absolutamente conservador, dominado ainda pelos partidos conservadores - PSD e UDN. E o presidente começou a sofrer pressões indiscutíveis que se refletiam inclusive na intimidade palaciana, tentando estabelecer reformulações. Eu me recordo bem que o governo se inicia com o Estillac ministro da Guerra, um homem nacionalista, de formação evidentemente adequada, de formação identificada com os interesses nacionais, identificada com a concepção de dar aos trabalhadores condições satisfatórias de vida, e com um modelo nacionalista e nacional. As pressões foram tão sérias e de tal ordem que o Estillac acabou afastado.

Em São Paulo, por exemplo, houve o mesmo fenômeno. Eu presidia o PTB de São Paulo, era o presidente do partido. Aliás, logo que cheguei, o dr. Getúlio sugeriu que eu assumisse a presidência. Entretanto, uma série de pressões começaram a se estabelecer e, exatamente ao deixar a presidência, eu disse ao dr. Getúlio que eu estava mesmo com vontade de voltar à Câmara, porque sentia uma série de problemas de minérios, de petróleo, e gostaria que ele dissesse quem ele gostaria que assumisse o PTB de São Paulo. E ele sugeriu o Marcondes Filho, que era um homem de expressão conservadora. Então, para chegar ao que você me perguntou, eu tenho a impressão que essas pressões foram tão violentas e tão fortes que o dr. Getúlio procurou acalmar os setores conservadores fazendo com que Danton fosse afastado, o Estillac fosse afastado, e fossem afastados aqueles elementos que representavam a linha nacionalista, totalmente identificada com a proposta trabalhista. E o Segadas é também um homem conservador, de modo que é por isso que ele avança. Ora, depois de algum tempo, entretanto, o Segadas foi provocando um grande desgaste dentro do meio trabalhador, um desgaste muito sério dentro do meio trabalhador.

A.G. - A gestão dele foi uma gestão dura, uma gestão até persecutória, de certa forma.

E.R. - Uma gestão dura, conservadora; exatamente. Ele contestou completamente aquela posição estabelecida dentro das manifestações, - embora não ministro, de fora - do Jango, a minha e a de outros, de o partido do governo se voltar realmente para a área

sindical, dando aos sindicatos maior organicidade, maior poder, no desejo de criar mesmo um poder sindical. Porque não há reivindicação social que se realize sem um poder que a sustente. Então a nossa idéia era realizar realmente um grande poder sindical para que fosse um setor dinâmico de equilíbrio com o poder econômico, com o poder financeiro, com o poder militar etc. etc. etc. De modo que eu tenho a impressão que é exatamente por isso que o Segadas assumiu. Agora, você me perguntou também a questão do Jango, por que o Jango teria sido afastado?...

A.G. - Ou seja, como é que vai ser feita essa virada?

E.R. - Exatamente isso: à medida que os desgastes foram-se estabelecendo de maneira muito intensa na classe trabalhadora, o próprio presidente Getúlio Vargas, passado o primeiro instante de pressão, evidentemente, tentou reequilibrar, entregando o ministério ao Jango, que iria fazer uma política pró-trabalhadores, dentro da filosofia geral do partido.

A.G. - Como era a liderança do Jango nesse momento dentro do PTB, o PTB como partido, e o PTB de São Paulo, em particular?

E.R. - Nesse momento o PTB de São Paulo começa evidentemente a sofrer mutações. Quer dizer, com o Marcondes Filho na presidência e o Menotti del Pichia na vice-presidência, o partido perde aquelas características iniciais. Eu, por exemplo, na presidência do partido, havia proposto e conseguido a organização das cooperativas sindicais. Eram cooperativas que estabeleciam a ligação entre os sindicatos e os pequenos e médios produtores do interior, ligados sobretudo à área cerealista, de cereais básicos como o feijão, o arroz - eu lembro que havia uns 12 ou 15 produtos básicos. E através dessa facilidade de financiamento, porque não era difícil conseguir, prioridade e transporte, nós estávamos conseguindo estabelecer uma estrutura de poder entre a organização sindical e as pequenas e médias empresas rurais. O que eu achava que devia ser a infra-estrutura de poder do trabalhismo em São Paulo. Porque nós não poderíamos contar para as lutas futuras com o velho grupo de barões do café, que ainda existia, e com aqueles grupos de pecuaristas, extremamente conservadores. Tinha-se certo trânsito no setor industrial, que recebia melhor a defesa das reivindicações trabalhadoras. Mas no setor do campo nós tínhamos que abrir uma brecha na estrutura de poder. Então me pareceu...

A.G. - Então o pequeno produtor rural seria um elemento que podia compor junto com os trabalhadores as bases de um partido mais bem plantado?

E.R. - É lógico, bem plantado. E tanto isso foi verdade que nós conseguimos fazer cooperativas junto aos bancários, junto aos metalúrgicos, o que deu um incentivo muito grande, porque conseguimos provocar impactos de barateamento de 50 a 60%! O sindicato oferecia esses produtos 50 ou 60% mais baratos, abrindo ainda uma possibilidade de reinvestir dentro de um crescimento natural e criando uma estrutura muito importante, porque alguns produtores passaram a não ficar mais nas mãos dos açambarcadores mas, ao contrário, passaram a ter garantido quem comprasse os seus produtos. Quer dizer, entrou um novo fator importantíssimo na competição junto aos açambarcadores, esses sim, liderados pelo PSD. Eu me lembro que o Cerdeira era um dos elementos que coordenavam os grandes açambarcadores. E as pressões se tornaram muito violentas. Houve inclusive - segundo eu fui informado por um irmão ao dr.

Getúlio - pressões muito sérias do PSD de São Paulo, dizendo que eles não votariam o orçamento se continuasse essa política que estava querendo criar uma república rural sindicalista. Lembro-me bem da expressão, foi essa: "rural sindicalista". Eu expliquei ao dr. Getúlio que não era isso, mas que eu compreendia as dificuldades que o governo enfrentava; e como eu estava querendo mesmo voltar, me absorver no Parlamento, eu, prudentemente, não ia criar dificuldades ao dr. Getúlio. Então aceitei, perguntei a quem ele queria que eu passasse o partido, porque eu tinha total controle do diretório, e ele me disse que era o Marcondes. Pela primeira vez em São Paulo a sucessão se fez dentro de um clima harmonioso. Eu passei a presidência do partido ao Marcondes Filho e ao Menotti del Pichia. Evidente que contra mim nessa ocasião estavam a Conceição Santa Maria e dona Ivete Tatsch.

A.G. - Esse tipo de procedimento dentro do PTB fortalecia as lideranças sindicais do partido?

E.R. - Ao nível do João Goulart, fortalecia; ao nível do Danton Coelho, fortalecia.

A.G. - Eu digo em termos dessa ação das cooperativas.

E.R. - Ah, fortalecia imensamente!

A.G. - Porque eu estou tentando estabelecer uma relação, um elo entre o que o senhor está falando em termos de uma perspectiva do partido que está se voltando para uma organização maior do elemento trabalhador, para uma independência maior...

E.R. - Para você ter uma idéia basta verificar o seguinte: eu tive a honra de, na presidência do partido, mais do que dobrar a representação do partido na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal chegamos a dobrar a representação de São Paulo. Então o efeito de uma política voltada para o povo refletiu-se até no quadro eleitoral.

A.G. - E no quadro interno de composição do partido havia acesso a esse tipo de coisa, havia possibilidade de um maior ascenso de lideranças, ou pelo menos um trânsito maior?

E.R. - É. Nós organizamos o que denominamos Departamento Sindical do partido, que estava absorvendo grandes lideranças sindicais e tentando examinar e desenvolver, dentro de um curso de formação política que nós fizemos na ocasião, toda a teoria e a doutrina política do trabalhismo. Isso estava dando realmente às lideranças uma consciência ideológica, o que eu acho fundamental a um partido programático.

A.G. - O Departamento Sindical do partido é criado nessa ocasião?

E.R. - É criado nessa ocasião. Logo que eu assumi a presidência eu me preocupei em criar o curso de formação política e o Departamento Sindical.

A.G. - O PTB era o único partido que tinha um departamento sindical?

E.R. - Olha, sinceramente eu não tenho condições de garantir.

A.G. - Eu tenho a impressão que sim.

E.R. - Eu sei que o PSD não tinha, a UDN não tinha... Se houvesse qualquer coisa assim, e assim mesmo muito inexpressiva, seria ao nível do PSP. Eu tenho a impressão que havia qualquer coisa assim, mas não propriamente um departamento sindical. Havia um grupo... Ah, exatamente! Havia um grupo trabalhista, eles chamavam de "grupo trabalhista do PSP". Eu me lembro até que eu dizia sempre: "Isso é para tentar absorver a nossa posição trabalhista!" [risos]

A.G. - Como é que funcionava esse Departamento Sindical dentro do partido?

E.R. - Bem, esse Departamento Sindical funcionava com base em um organograma, pelo qual ele se ligava diretamente à Comissão Executiva. Foi constituído - nós reunimos um número razoável, eu não me lembro bem agora - de elementos todos sindicalizados. Era condição precípua para fazer parte do Departamento Sindical estar inscrito em algum sindicato, sem o que não podia fazer parte do Departamento Sindical.

A.G. - E ser membro do partido também?

E.R. - E ser membro do partido, é lógico, as duas coisas. Isso é óbvio. Então, feito isso, eles elegiam uma comissão executiva do Departamento Sindical - aliás não é comissão, é conselho diretor do Departamento Sindical.

A.G. - Quer dizer que o Departamento Sindical podia ser amplamente composto? Os elementos podiam se filiar?

E.R. - E mais ainda: com total autonomia. As únicas exigências eram que eles tinham que se inscrever no partido, ser membro do partido, filiados ao partido, e serem sindicalizados.

A.G. - E esses elementos que compunham o Departamento elegiam essa comissão que o senhor está falando.

E.R. - A comissão diretora.

A.G. - E essa comissão diretora tinha posições, assim, em termos de voto, de decisão política dentro do partido, alguma coisa no gênero? Estava previsto?

E.R. - Não. Não estava previsto. Ela era um órgão, vamos dizer assim, de assessoramento da executiva para o setor sindical.

A.G. - O senhor se recorda de algum tipo de liderança ou, pelo menos, de algum tipo de sindicato que se fez mais presente nesse departamento?

E.R. - Eu me lembro que os bancários tinham uma participação grande. Tinha uma participação grande o sindicato de alfaiates; o setor de alfaiates teve uma participação muito grande. O setor metalúrgico tinha também uma participação significativa.

A.G. - Algum nome surgiu como liderança expressiva?

E.R. - Tínhamos o Vladimir Cardia, que tinha uma posição bem caracterizada, bem firme.

A.G. - Ele já vinha de dentro do partido?

E.R. - Ele já vinha, já era do partido. E surgiram outros nomes, que eu confesso que depois de tantos anos eu não tenho condições de me lembrar.

A.G. - Dr. Eusébio, essa experiência do Departamento Sindical era do PTB de São Paulo ou o senhor tem alguma informação de que isso estava se fazendo em outros estados e tinha a cobertura do PTB nacional?

E.R. - Não me recordo, não. Não tenho idéia. Na ocasião eu não era membro da executiva nacional, de modo que não tinha uma visualização se isso estava sendo feito em nível nacional. Agora, sei que o Danton se entusiasmou muito, e era pensamento dele generalizar. Mas depois ele saiu do ministério com aquela situação e...

A.G. - ... O Segadas naturalmente teve o pensamento de não fazer isso, não é?

E.R. - É. E depois se viu ao contrário, foram criadas muitas dificuldades. As cooperativas acabaram sendo fechadas depois que eu saí porque o Marcondes achou que isso era inconveniente, que isso criava uma situação difícil, então realmente elas foram imobilizadas. Porque inclusive me tinha sido proposto continuar na presidência do partido, mas alterando essa política. E eu disse: "Não. Eu, sendo comandante, a orientação é essa. Agora, eu não sendo comandante, não dirigindo, vocês podem fazer o que quiserem. Eu não vou criar dificuldades."

A.G. - Quando o Jango vai para o Ministério do Trabalho, como ficam as relações do PTB de São Paulo com o ministério?

E.R. - Bom, essa fase do Jango no Trabalho evidentemente...

A.G. - ... É uma fase tumultuada.

E.R. - Pelo menos, que eu me lembre, as lideranças sindicais de São Paulo só tinham contato direto com o Jango. O partido lá passou a não se preocupar com esse problema.

A.G. - Vinham diretamente ao Rio, iam ao ministério, falavam com o ministro...

E.R. - ... Essa questão toda. Como também depois, na presidência, o Jango não teve uma preocupação de estruturar o partido. Havia um contato direto das lideranças sindicais com ele, o que lhe dava muito prestígio mesmo.

A.G. - Como é que o partido via isso, esse tipo de estilo político?

E.R. - Faz tanto tempo que eu não me lembro de nenhuma reação do partido, mas de modo geral eu tenho a impressão que o partido não reagia. Porque a estrutura do poder é muito forte, e um partido que não tem recursos próprios dificilmente tem condições de sustentar uma contestação com a estrutura do poder organizado.

A.G. - Porque o PTB passa por uma situação difícil durante o segundo governo Vargas.

E.R. - Passa.

A.G. - Tem uma participação pequena em termos de política nacional, praticamente apenas o Ministério do Trabalho. De forma que o ocupante dessa pasta é um elemento-chave em termos da projeção que o partido pode ter em nível nacional, do tipo de desenho que ele pode assumir. E isso me preocupa. Quer dizer, o Jango entra no ministério e reverte realmente o tipo de política que vinha sendo feita; ele estabelece, como o senhor coloca, um estilo muito pessoal, mas também muito próximo ao trabalhador. Eu acho que Jango talvez seja o primeiro ministro que realmente permite um tipo de aproximação do trabalhador. Isso era uma coisa impensável antes, o trabalhador ir para o ministério, entrar na sala do ministro, falar com ele, encontrar com ele. Isso fica muito facilitado com o Jango; o Jango abre esse tipo de comportamento político e de certa forma dessacraliza um pouco a figura do ministro do Trabalho. Eu fico pensando que isso, de certa forma, tem uma importância, passa a ser visto pela sociedade, pelos políticos dos outros partidos e do PTB de uma determinada maneira. O senhor sentiu alguma coisa?

E.R. - Só para contribuir para a verdade histórica, eu devo dizer que na fase do Danton Coelho ministro do Trabalho ele também abriu muito o ministério para os sindicatos e para os trabalhadores.

A.G. - E tinha também esse tipo de contato?

E.R. - Eu não sei se ele estabeleceu essa intimidade que o Jango estabelecia porque o Jango era, realmente, por formação um sujeito muito aberto. Já o Danton era um indivíduo mais discreto, mas muito autêntico e muito firme. De modo que ele abriu muito a política do ministério para os sindicatos. Eu sei disso porque, na presidência do partido em São Paulo, eu encontrava toda a facilidade para uma política sindicalista. Agora, com relação ao João Goulart, ele estabeleceu indiscutivelmente essa intimidade dos trabalhadores com o poder. Eu não tenho idéia, e me parece que não aconteceu, que ele tivesse procurado canalizar tudo isso com a preocupação de fortalecimento do partido. Ele não teve, realmente, a meu ver, uma visão de organização partidária. Ele teve muito mais uma visão de atendimento quase que carismático e pessoal dos trabalhadores. Essa é a visualização que ficou em mim depois de tantos anos.

A.G. - Nesse sentido o ministério Jango não reverte como benefício político ao PTB como partido?

E.R. - Não. Absolutamente não. Não sei se pelo desequilíbrio da estrutura do poder, com o Legislativo completamente hostil ao dr. Getúlio... havia a necessidade de não levar o PTB a um fortalecimento muito grande - pode ser, é uma hipótese, não estou afirmando, estou levantando a hipótese. O fato é que o Jango, embora estabelecesse toda essa política, ele não a projetava para o partido, indiscutivelmente; mas sendo do partido sua política acabava refletindo indiretamente no partido via Jango. Jango tornou-se extremamente popular, principalmente no momento em que o dr. Getúlio foi obrigado a afastá-lo, na crise do salário, quando o dr. Getúlio Vargas pretendeu estabelecer, e ele o fez com a anuência do dr. Getúlio, um aumento salarial de 300%. E houve então aquele célebre pronunciamento dos militares, preocupados com a situação das empresas,

mostrando a burrice dessa gente em matéria de economia; porque eles não percebiam que bons salários, como eu repito, compatibilizam bons lucros, e se deixavam levar pelas teorias econômicas dos países ricos que jogavam para criar uma consciência de: "Não, a solução é conter os salários, senão com os custos elevados o Brasil não pode competir nos mercados mundiais." São teorias econômicas lançadas pelos economistas dos países ricos, e que muitas vezes as pessoas despreparadas no campo econômico, embora altamente preparadas em outros campos - e nisso eu faria justiça a esse grupo de militares - não se apercebem de que realmente se transformaram em instrumentos de uma política antinacional e antipopular. E a pressão foi tão grande que o Jango acabou sendo afastado, essa é que é a verdade. E foi por isso, não tenha dúvida.

A.G. - Nesse momento de afastamento do Jango, essa crise tem efeitos negativos em termos do partido?

E.R. - Lógico que tem, lógico que tem. Evidente que tem efeitos negativos sobre o partido.

A.G. - O partido foi visto também como uma ameaça, como o Jango era visto?

E.R. - Ah, é lógico! É exatamente isso. É lógico que essa política de intimidade com os trabalhadores criou nas classes conservadoras aquela velha idéia da república sindicalista, que nunca existiu, que nunca houve. O que nós sustentamos hoje é o seguinte: é preciso que os trabalhadores estejam no poder.

A.G. - E a questão da identificação, nesses momentos, identificação ou pelo menos aproximação, a tentativa de colocar as coisas todas no mesmo saco, entre trabalhismo e comunismo?

E.R. - Eu tenho a impressão que nunca houve uma aproximação trabalhismo - comunismo. É possível que em determinados momentos...

A.G. - Eu não estou falando que tenha havido uma aproximação real. Eu estou dizendo em termos de visão pública, e a colocação, em momentos como esse, de que o trabalhismo tem vinculações reais com o comunismo, e portanto é uma ameaça séria.

E.R. - Essa pergunta exige uma resposta muito clara, minuciosa, precisa. Não há dúvida que a estratégia dos grupos opressores externos - representados pelos trustes que, de tanto praticarem falcaturas e crimes, mudaram de nome e passaram a ser multinacionais - é adotar sempre como um ponto básico dessa estratégia, e até na parte prática, na tática, a idéia de estabelecer uma premissa lógica: o movimento é comunista, se é comunista não presta, se não presta está errado. Então, mesmo tendo absoluta consciência de que o movimento não era comunista, eles tentavam criar uma confusão a serviço da opressão externa. Foi o que aconteceu com a campanha do petróleo. Foi feito de tudo para marcar a campanha "O petróleo é nosso" de campanha comunista, quando é evidente que ela jamais foi comunista, até porque a bancada do Partido Comunista, inicialmente na Câmara, apresentou um projeto através do Marighela de participação de capitais estrangeiros na exploração de petróleo. De modo que é realmente uma estultice. Além do mais, participaram da campanha do petróleo homens como o Bernardes, homens como Osvaldo Aranha, que ninguém vai dizer que tinham ficha no Partido Comunista. Entretanto fizeram tudo isso, é lógico que, na ocasião, tentando atingir o dr. Getúlio, tentando atingir aquilo que o velho Getúlio fez. Porque você veja o seguinte: o

Jango foi destituído, ele não resistiu à pressão, ele sabia que havia certos momentos em que ele tinha que recuar. Mas ele manteve o aumento salarial em 300%.

A.G. - Exato. Com o Hugo de Faria ele mantém o aumento de salário.

E.R. - Quer dizer, ele recua num ponto, mas não recua no fundamental.

A.G. - Ele tira o ministro, mas mantém a política.

E.R. - Tira o ministro; mas mantém a política salarial. Então você veja o que aconteceu: eles realmente tentaram fazer uma confusão entre trabalhismo e comunismo, como atualmente se tenta fazer entre socialismo democrático...

[FINAL DA FITA 6-A]

[O LADO B NÃO FOI GRAVADO]

E.R. - ... e comunismo, da mesma maneira. Toda e qualquer luta popular esse tipo de jornal como *O Estado de São Paulo*, o *Jornal do Brasil* etc. procura marcar de comunista. Porque fica a lógica: se é comunista, não presta. Não precisa nem provar que não presta.

A.G. - Já é decorrência natural, não é?

E.R. - Já. É uma ilação lógica. [risos]

A.G. - Exatamente. Isso apareceu na ocasião?

E.R. - Lógico. Apareceu, mas claramente, na imprensa, no rádio, nos discursos. É só percorrer os discursos da Câmara e verificar o pessoal da UDN falando nessa situação toda, tentando realmente confundir. Por isso é que eu quis deixar bem claro que houve a campanha, mas não havia nenhum fundamento. A posição trabalhista é bem diferente da posição comunista. Até porque o cinismo dos conservadores é tão grande que em vários estados houve aliança de comunistas com a UDN! [risos]

A.G. - É. Na outra entrevista o senhor mencionou levemente quando nos contou o caso da candidatura do Borghi em São Paulo, que o senhor chamou a atenção dele para que aceitasse a aliança com os comunistas, porque não só o PSD estava fazendo isso, como até a UDN.

E.R. - Bela memória você tem! [risos]

A.G. - Inclusive o Partido Comunista era um partido legal na ocasião; enfim, se até UDN fazia isso, por que ele, o PTB, não podia fazer?

E.R. - Fazia. Entretanto procuravam criar, indubitavelmente, ou continuaram a criar o "espantalho vermelho", que Procópio Ferreira representou tão bem na peça de Juraci Camargo *Deus lhe pague*, em que a criança tinha horror do espantalho e de repente sentou em cima e viu que era um questão de examinar, olhar e brincar com ele; que era só um espantalho. [risos]

A.G. - Antes de passar para o Plínio, eu queria fazer uma pergunta sobre o PTB, uma pergunta assim, mais ampla. Eu queria pedir ao senhor uma reflexão sobre o PTB nesse período final do segundo governo em termos de força do partido e do comportamento que ele vai ter nesse momento, tendo em vista inclusive a grave crise em que o segundo governo vai entrar.

E.R. - Você se refere ao governo Getúlio Vargas?

A.G. - Ao governo Getúlio Vargas, a esse período final de agravamento de tensões políticas, e a situação do PTB como partido, como força política, o posicionamento dele, como é que o senhor sentiu isso? Eu estou pedindo uma coisa grande, eu sei, mas de qualquer forma eu acho que...

E.R. - Eu acho que nós poderíamos começar a falar de antes da posse do dr. Getúlio. Nós tivemos um encontro em São Borja com toda a bancada do partido e foi discutida a posição a tomar. Naquela ocasião os candidatos a ministro estavam sôfregos, e eu me lembro do Jaffet, eu descendo do avião e ele roendo as unhas, dizendo: "Deputado, defenda a minha candidatura porque eu quero ser candidato a ministro da Fazenda." [risos] E quando nós, somente nós do PTB, e o dr. Getúlio nos reunimos para examinar o nosso comportamento, eu disse ao dr. Getúlio: "Dr. Getúlio, eu tenho a impressão que o problema do PSD não é grave, porque o PSD está sempre onde está o Banco do Brasil, de modo que o senhor, tendo o Banco do Brasil, consegue a unidade do PSD muito facilmente." [risos] Esse era o meu ponto de vista.

Entretanto, o presidente Getúlio Vargas, ao assumir o governo, com a sua imensa experiência, ele considerou que era preciso atrair para sua esfera os partidos conservadores. E a imensa maioria dos ministérios foi entregue a elementos conservadores, até da UDN - o Cleofas foi para a Agricultura. Então a composição do ministério foi uma composição conservadora, mas no início ainda com muita participação trabalhista, porque o Estillac era um homem identificado com as nossas idéias e era o ministro da Guerra. E o ministro da Guerra no Brasil sempre teve muita influência política; não tem eleitoral, mas tem política. E o Danton, por sua vez, era considerado realmente uma espécie de primeiro-ministro, porque tinha sido o homem da articulação da candidatura de Getúlio Vargas. E todos tinham mais ou menos um certo respeito por ele. Entretanto, a manipulação hábil dos conservadores foi fazendo com que o Estillac caísse, que o Danton caísse... Então, ao fim do governo de Getúlio Vargas, tinha acontecido isso: O PTB não tinha mais poder, não tinha mais poder. Mesmo que ele quisesse lutar muito em defesa do presidente Getúlio Vargas, era só discurso na Câmara, porque a estrutura do poder tinha evoluído para o campo conservador e reacionário.

Por outro lado, é evidente que esse grupo não poderia perdoar o dr. Getúlio Vargas ele ter assinado a Petrobrás. A Petrobrás era uma questão de honra para as pressões americanas, uma questão de honra tão grande que, já em 46, quando nós redigimos o artigo 153 parágrafo 1 da Constituição, o senhor Shopell se hospedou no hotel Glória e passou a manter contatos com deputados da UDN e do PSD no sentido de modificar esse dispositivo. Porque a Carta de 37 afirmava que só podiam explorar minérios no país brasileiros ou empresas constituídas exclusivamente por brasileiros. Ele conseguiu incluir uma emenda que, por coincidência, o Ernâni Sátiro apresentou, na qual estabelecia o seguinte: "... e as empresas organizadas no Brasil." Na parte "empresas organizadas no Brasil" cabe a Shell, cabe a Esso, cabe qualquer empresa estrangeira.

Então essa pressão mostra a preocupação havida do *lobby* externo no sentido de alterar. Esse fato foi denunciado na ocasião pelo presidente Getúlio Vargas, por mim e por outros que estávamos tentando impedir que isso acontecesse. Mas foi a partir daí que veio a grande esperança. Eu tenho a impressão que essa pressão foi tão imoral que ajudou de certa forma a campanha "O petróleo é nosso" e a resistência que impediu que o petróleo caísse em mãos de grupos estrangeiros. Então só se pode entender esse segundo governo de Vargas dessa maneira: ele passou a contrariar grandes interesses internacionais, de um lado, e de outro lado aumentou o salário dos trabalhadores em 300%, manteve a sua política de defesa dos trabalhadores, mas sem uma estrutura de poder que o sustentasse.

A.G. - Que teria sido no caso basicamente, em termos de partido, o PTB?

E.R. - Seria o PTB. Por outro lado também o PSP... o vice-presidente traiu completamente, é preciso que a história registre que Café Filho foi um traidor. Eu digo isso porque quando o dr. Getúlio Vargas manifestou restrições à indicação do nome dele para vice-presidente da República, eu fui um dos que foram ao Sul conversar com o dr. Getúlio e dizer que ele tinha votado todas as emendas nacionalistas na Constituinte, tinha ficado contra a participação de grupos estrangeiros, tinha comprado emendas do Bernardes, tinha tido uma posição dessas, de modo que eu dava esse depoimento só para que ele examinasse. O fato é que o dr. Getúlio, depois, conversando com o Danton, resolveu aceitar o Café Filho. Entretanto, que faz o sr. Café Filho? Depois de toda essa política nacionalista, pagaram para ele, eu não sei como, mas ele fez uma viagem ao exterior e voltou de lá dizendo o seguinte: "Temos uma legislação trabalhista excessivamente avançada e é preciso fazer uma política de portas abertas ao capital estrangeiro." Quer dizer, ele já tinha entrado na conspiração para a derrubada do dr. Getúlio. Então, não se entenderá o segundo governo Vargas se não se compreender o choque dos interesses econômicos internacionais. Essas pressões se fizeram, e o grande intérprete dessas pressões foi indiscutivelmente Carlos Lacerda dentro do governo, utilizando tudo para desgastar o governo, para chegar à entrega do petróleo. Basta ver que, no dia seguinte da morte do dr. Getúlio, os jornais norte-americanos diziam: "Com a ascensão do sr. Café Filho, já podemos pensar em mudar a política petrolífera do Brasil." Em 48 horas, ainda estava quente o cadáver do dr. Getúlio, e os jornais americanos já diziam: "Com a morte do presidente Getúlio Vargas, com a morte de Vargas" - como eles sempre usavam - "e a ascensão de Café Filho, podemos ter como certa a mudança da política petrolífera do país." Então ninguém entenderá o segundo governo de Vargas se não entender a luta pelo petróleo. Ela é que fundamenta e explica realmente o desgaste do dr. Getúlio. O resto todo é conversa, o resto todo é pano de fundo.

A.G. - Quer dizer, a questão nacionalista era a questão política por excelência?

E.R. - Era realmente a questão política fundamental.

A.G. - Mais do que a questão trabalhista?

E.R. - Mas é lógico. Agora, a questão trabalhista tinha o seu contato porque realmente o empresário brasileiro estava dentro daquela idéia de que para ele vender mais barato era preciso diminuir os salários. Hoje já há uma reação diferente; o empresariado brasileiro está se lembrando da história do Ford - que vale a pena a gente conhecer. Há muitos

anos atrás, quando o Ford ainda era vivo, houve uma greve, greve, greve, greve, e a comissão de greve foi se entender com o Ford. E o Ford virou-se para eles e disse: "Eu hei de me livrar de vocês. Eu vou conseguir uma automatização tão grande, uma automatização tão grande da minha empresa que eu não terei mais empregado." Então, o que estava dirigindo a comissão disse: "E quem vai comprar seus carros? Quem vai comprar seus automóveis?" De modo que isso é muito importante. Havia uma visão errada do empresariado brasileiro que se somava exatamente às pressões externas que procuravam doutrinar dentro desse ponto de vista econômico, como se ele fosse real, como se ele fosse verdadeiro. E tudo isso fazia com que a questão trabalhista e a questão nacionalista fossem os dois pivôs da luta contra Vargas. Então os grupos reacionários do país aliavam-se aos grupos externos na conspiração contra as soluções nacionalistas e trabalhistas do país. Não sei se eu fui claro.

A.G. - Foi, foi bastante claro. E eu vou continuar exatamente por isso. Nesse momento de dificuldades, de grandes dificuldades para o governo, o PTB está numa situação difícil em termos de poder político; ele não tem pastas, ele está sendo combatido violentamente. Agora, em termos de capacidade de mobilização para apoio político, como é que o senhor via isso? Eu pergunto em função da questão trabalhista. Porque uma das coisas que eu acho difíceis e até trágicas é que, nesse período final do segundo governo Vargas, me parece que Vargas está tendo sua popularidade abalada no seio dos trabalhadores, coisa que talvez até então nunca tivesse acontecido, não é? Vargas sempre foi aquele nome de penetração fácil, bandeira de mobilização clara, todo o mundo que falava em Vargas tinha o seu auditório, os candidatos queriam ser candidatos de Vargas - os candidatos trabalhistas especialmente -, e nesse momento a situação não está assim, ela está modificada. Eu queria então que o senhor falasse um pouco sobre esse contexto, e se o PTB faz tentativas de mobilizar, enfim, de tentar romper um pouco essa situação. Se ele não está conseguindo pelo alto, se ele tenta fazer isso nas suas bases sindicais, por baixo.

E.R. - É fácil você compreender, do ponto de vista trabalhista, que as massas, na medida em que o ministério foi entregue ao Hugo de Faria... Porque o Hugo de Faria era um homem honrado, um homem bom, um homem decente, mas jamais um homem mobilizador de massas, jamais um ativista político!

A.G. - Ele era um administrador.

E.R. - Ele era um administrador, e por isso ele foi posto lá, porque foram esmagando o dr. Getúlio, esmagando sobretudo o trabalhismo. Ora, na medida em que o Hugo de Faria evidentemente quebra, gela aquele relacionamento com os trabalhadores, mobilizar os trabalhadores seria impossível. Era preciso que os trabalhadores tivessem atingido um grau de politização que não havia na época. Ao contrário, o que aconteceu foi exatamente isso, quer dizer, esse desgaste do trabalhismo foi impossibilitando e imobilizando. Aliás, eu devo dizer...

A.G. - E isso ocorre a despeito do aumento salarial.

E.R. - Mas o aumento já tinha sido há algum tempo. A questão do salário... O trabalhador fica entusiasmado evidentemente no primeiro ano, logo nos primeiros meses; depois isso passa. Nesse sentido, eu ouvi um discurso do dr. Getúlio em Volta Redonda que foi muito significativo. Logo que ele veio, eu estive com ele, participei do

comício, falei no comício, e achei muito interessante que, quando ele falava na legislação trabalhista dizendo que "o trabalhador passou a ter oito horas, o trabalhador passou a ter aposentadoria, passou a ter isso", você notava que as pessoas de 40, 50 anos, batiam palmas entusiasmados, mas os moços nem batiam palmas, porque para eles a realidade era que aquilo era uma coisa que existia desde sempre. Não havia porque considerar aquilo um defeito especial. Foi realmente o que aconteceu. Porque passada essa fase houve um afastamento, achou-se que o dr. Getúlio estava entregando realmente o governo aos conservadores. E de fato ele estava fazendo isso tentando ganhar tempo - ele sempre adotou essa estratégia de ceder, recuar e depois avançar mais. Essa é a verdade histórica. Então o que aconteceu foi isso: não havia mesmo condições de mobilizar.

Houve uma passagem íntima, que talvez tenha seu mérito eu contar aqui: eu estava muito preocupado com o quadro do país, extremamente preocupado, e sempre em função do Estillac, em função de outros amigos meus, porque em função de eu ter sido do Colégio Militar eu tinha muito contato com a oficialidade. Eu então procurei o dr. Getúlio e disse: "Dr. Getúlio, eu acho que se o senhor não reagir agora, não reagirá mais. Não haverá condições de reagir. A situação é muito grave."

A.G. - Isso foi mais ou menos quando?

E.R. - Isso deve ter sido uns dez meses antes do desenlace, mais ou menos. E ele deu um sorriso e disse: "Tu te recordas como os árabes antigos puniam os seus criminosos de morte?" Aí entrou alguém e a conversa parou. Quando ele se suicidou, para ser rigoroso, foi que eu compreendi. Realmente, os árabes antigos, o que é que faziam? Uniam o cadáver ao criminoso e punham no deserto. Era assim que puniam. Quando ele se viu totalmente perdido, ele provou a sua genialidade política. Deu um tiro no coração e sacudiu a nação. Todo mundo que estava contra correu para as ruas. Você sabe que foram colocados piquetes armados na rua, que depois foram retirados! Você sabe que o povo rompeu com os jornais e depredou os jornais, virou carros da polícia, e a UDN foi derrotada; o Juscelino se elegeu. Quer dizer, no último instante ele realmente mostrou a sua genialidade política. Mas é lógico que, no fim do governo, Vargas estava desgastado. Desgastado, de um lado, pelas acusações que se faziam. Faziam-se até acusações de corrupção - não a ele, porque nunca envolveram o nome de Getúlio Vargas nisso - a alguns elementos chegados ao governo e que não passavam de trombadinhas diante da corrupção atual... [risos]

A.G. - O "mar de lama", hem?

E.R. - Hoje já nem é mais marzinho, é oceano de lama. É o que a gente está vendo: só um caso, 400 milhões, outro caso, 400 bilhões, mais 300 bilhões, lá vai um trilhão de cruzeiros. A dívida total de São Paulo, do município de São Paulo, é de 600 bilhões, para a gente ver até que ponto chega essa corrupção. [risos]

Mas a verdade é que ele sofria desses desgastes. Acusava-se realmente de haver o "mar de lama", de um lado; por outro lado, os trabalhadores estavam marginalizados, porque o Hugo de Faria, no Ministério do Trabalho, [risos] era um bom administrador, mas não um político capaz de mobilizar as massas num certo sentido. Esse desgaste do Getúlio foi tremendo. Além disso, ele contrariou internamente os grupos conservadores com a elevação do salário sem uma preparação psicológica, porque era preciso mostrar ao empresário que aquilo era necessário, como eu venho dizendo nas minhas aulas de economia e em entrevistas: "Bons salários compatibilizam bons lucros." É preciso

compreender que conter salário é conter consumo, é conter produção; logo, é realmente tornar ociosa a capacidade produtiva do país. Quer dizer, em vez de se ter feito uma grande campanha, não se fez. A medida foi tomada e o desgaste foi inevitável. Quando o Getúlio Vargas se pronunciou ele estava só, e realmente não havia como mobilizar o partido.

A.G. - O partido também fica muito desgastado.

E.R. - O partido fica completamente desgastado. E poder é poder. Você mobiliza muito mais facilmente quando tem o poder na mão. Não tenhamos ilusões a respeito: política não é obra de Deus nem do diabo, é obra do homem. O homem que tem poder, tem poder, o que não tem o poder, perde-se em política.

A.G. - O senhor chegou a sentir a existência de elementos dentro do partido que tivessem pensado em abandonar Getúlio?

E.R. - Bom... Você me faz uma pergunta difícil, porque se baixarmos à citação de nomes, vamos quebrar a grandeza do nosso estudo. É evidente que alguns indivíduos, na Câmara pelo menos, passaram a ficar quietos, deixaram de tomar... Logo que o dr. Getúlio subiu, todo mundo vivia nos procurando, porque estavam convencidos de que o Partido Trabalhista iria governar. Então nós tínhamos um prestígio muito grande na Câmara, era fácil conseguir. Mas depois, à medida que eles é que ficaram com o poder, isso se refletiu no Parlamento. Você não tenha dúvida que, se amanhã, eu assumisse, por exemplo, o governo de São Paulo, imediatamente o número de admiradores meus iria crescer da noite para o dia de uma maneira fantástica! É isso que acontece. Poder é poder. Há um coeficiente ideológico pelo qual a gente luta, mas o êxito da luta fica facilitado quando você tem uma estrutura de poder organizado. É lógico que, se quem estiver no poder disser: "Amanhã eu vou pôr na rua um milhão de pessoas, vou fazer uma greve de trabalhadores e vou parar o Brasil", esse homem tem um poder tremendo! Política é poder. Na essência do ato político está a manifestação do poder. Se o sujeito não tem poder, eu não tomo conhecimento dele.

Então, à medida que nós fomos perdendo o poder, fomos perdendo a capacidade de atuar nos acontecimentos. Quer dizer, foram liquidando todas as torres, foram liquidando todos os bispos, foram liquidando todos os peões do dr. Getúlio. Foi fácil depois chegar ao dr. Getúlio. É verdade que, segundo umas informações que eu tenho, ele poderia ter reagido. Havia um setor militar disposto à reação, e talvez com muito êxito. Mas isso ele não quis. O desgaste dele no segundo governo é indiscutível, mas ele conseguiu quebrá-lo com o impacto que provocou suicidando-se.

P.R. - Você acentuou o caso do conservadorismo do Congresso Nacional na época do segundo governo Vargas, mas o que se observa é o seguinte:

Vargas nunca sentiu o Congresso como obstáculo à votação e à aprovação de suas leis reformadoras. Por exemplo: a Petrobrás é um dos casos; o BNDE é um outro caso; a Lei de Remessa de Lucros é outro caso. Como é que você explica isso, Eusébio? Um organismo conservador aceita posições reformadoras vindas de cima para baixo, é assim que você explica? Ou eram interesses, ou eram combinações políticas dentro do Congresso que possibilitavam, da parte do político, a renúncia às suas convicções e aos seus interesses para o atendimento a uma necessidade imposta pelo presidente da República?

E.R. - O[^], Plínio! Você participou das lutas, Plínio! Então você não pode ter ilusões a respeito. A sua pergunta é assim muito mais de formulação do que de realidade, porque você sabe que a questão do petróleo era uma questão que vinha com muita anterioridade, muita anterioridade! Você sabe que desde o momento que o Oscar Cordeiro disse que havia petróleo no Brasil e que o Juarez Távora tinha colocado o Vitor Oppenheimer, um vice-presidente da Esso, que amava tanto o Brasil que abandonou a sua posição de vice-presidente da Esso para atingir o Departamento de Geologia do Ministério da Agricultura ao qual estava ligado a isso, que deu aquele lindo parecer dizendo que o Petróleo de Lobato - e Lobato não foi em homenagem ao Monteiro Lobato, porque o lugar já se chamava Lobato - tinha sido colocado lá para fazer agitação no país. Quer dizer, desde aquela época a nação se sacudiu com esse fato. Depois, quando chegou em 46, o caso Paulo Shopell sacudiu o país, quer dizer, a nação se sentiu nação enganada, uma nação cuja Constituição é redigida por um agente de empresas petrolíferas, um americano. Chega aqui e joga na Constituição isso. Quer dizer, os debates existentes no Parlamento, a ação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, a mobilização... Havia uma pressão popular tão violenta que a UDN, que tinha inserido nos seus estatutos um princípio pelo qual era preciso fazer uma política de proteção ao capital estrangeiro e de facilidades de devolução de juros, isto é, consta do programa da UDN, é programático, ela rompe com isso e aprova o monopólio estatal do petróleo. Por que? Teria sido porque a UDN se empolgou por Getúlio Vargas? Será que de repente a UDN se apaixonou pelo presidente Getúlio Vargas? É evidente que não! Naquela ocasião havia uma pressão nacional incrível, uma pressão militar total que levou realmente o Parlamento a essa posição. De modo que é aquilo que eu digo: só há uma força que consegue evitar e vencer as pressões externas - é a mobilização popular. Ora, exatamente essas leis que você cita são todas elas aprovadas no período de ascensão de Getúlio Vargas, no período de chegada de Getúlio Vargas. Quer dizer, em 3 de outubro de 53 a posição de Getúlio Vargas é absolutamente consolidada nesse sentido. O povo estava todo ele empolgado com a idéia do monopólio estatal do petróleo. E tanto é assim que eu fui o autor do substitutivo, que foi aprovado unanimemente na Comissão de Segurança Nacional, corrigindo uma emenda do sr. Rômulo de Almeida - eu já contei isso aqui, não vou tornar a contar -, em que havia um equívoco, porque também permitia a participação das empresas organizadas no Brasil. Então a grande contribuição do Parlamento foi exatamente essa, porque o Parlamento avançou na questão do petróleo em relação à própria mensagem inicial, embora eu tivesse explicado ao Parlamento que o dr. Getúlio Vargas não havia concordado com aquela posição e tinha anuído à minha manifestação de apresentar um substitutivo que não permitia essa participação. De modo que o que houve foi isso: havia uma pressão popular muito grande nessa situação e ele conseguiu vencer. Agora, à medida, entretanto, que ele faz isso, em que é vitorioso no ponto de vista do monopólio estatal do petróleo, Vargas agiu com genialidade mandando um projeto que não assustaria aos conservadores, para ser alterado na Câmara e provocar exatamente a reação que provocou. Mas o fato é que no momento em que ele sanciona a lei da Petrobrás ele joga contra ele poderosas e incríveis forças internacionais. A partir dessa situação é que o equilíbrio de forças começa a mudar completamente.

P.R. - Então, nesse caso, cabe uma outra pergunta: quando Vargas enviou o seu projeto e a sua mensagem com certas vulnerabilidades, ele queria dividir as responsabilidades com o Congresso? A expectativa dele era de que o Congresso emendasse, que o Congresso corrigisse essas vulnerabilidades? Elas foram, então, intencionais?

E.R. - Realmente não posso dizer a você se elas foram intencionais, porque eu teria que entrar numa perspectiva de análise das intenções do dr. Getúlio, e eu não teria elementos sinceros para responder. O que eu posso dizer é que no mesmo dia em que a mensagem chegou ao palácio eu fui a Petrópolis e conversei com o dr. Getúlio. Telefonei para lá, o Lourival atendeu, marcou, eu cheguei lá por volta de seis tanto, e nesse mesmo dia eu mostrei a ele o que estava acontecendo. Eu disse: "Presidente, esse artigo 13 destrói o seu passado em defesa do monopólio estatal do petróleo." E ele - eu já disse isto aqui - ele me perguntou: "Mas como é? Tu não foste ouvido?" Eu disse ao Rômulo que não mandasse sem ouvi-lo! Então ele chamou o Rômulo e o Rômulo disse que não tinha me encontrado. Em seguida ele determinou que o Rômulo, o Jesus e um outro, que eu me esqueci o nome, fossem...

P.R. - O Neiva Figueiredo?

E.R. - Exatamente, o Figueiredo. Ele determinou que eles fossem ao meu escritório prestar todos os esclarecimentos. E houve uma reunião, não só nossa, mas dessa reunião participaram o general Horta Barbosa e o general Leitão de Carvalho. Não chegamos a um acordo. Voltei ao dr. Getúlio, manifestei o meu ponto de vista de apresentar um substitutivo e o presidente disse: "Quanto mais nacionalista for, mais corresponde aos meus desejos." Isso é o que eu posso dizer a você: "Quanto mais nacionalista for, mais corresponde ao meu desejo." Agora, ele chamou o Rômulo, que tinha sido auxiliar do San Tiago Dantas, que trabalhou muito tempo com o San Tiago Dantas, o que o recomenda muito, de modo que eu não posso evidentemente entrar nas intenções. Eu posso entrar nos fatos históricos.

P.R. - Bem, mas a mensagem chegou à Câmara em dezembro de 51 e, segundo um depoimento que o Cleanto nos prestou, a elaboração dela ocupou todo o ano de 1951.

E.R. - E de 52 também.

P.R. - Em 52 ela já estava no Congresso.

E.R. - Então? É lógico!

P.R. - Mas durante o período de elaboração pela assessoria econômica Vargas não ouviu nenhum dos parlamentares, quer dizer, ninguém sabia que essa mensagem estava sendo elaborada pela assessoria econômica?

E.R. - Eu tinha a idéia de que havia qualquer coisa a respeito, mas achei, evidentemente com uma posição prudente, que eu não podia falar de intenções...

[FINAL DA FITA 7-A]

E.R. - ... e nem entrar ali e perguntar: "Está acontecendo isso?" Evidente que eu nunca faria isso. Se eu não fui convocado, eu não apareceria. Porque é a tal questão: eu não posso argumentar sobre intenções ou me precipitar nas decisões. Eu fiquei aguardando. Agora, quando chegou ao fato consumado, histórico, errado, eu fui a Petrópolis e o dr. Getúlio tomou essa providência. Em seguida eu apresentei o substitutivo que foi

aprovado pelo Partido Trabalhista; toda a bancada trabalhista assinou o meu substitutivo, bem como elementos da UDN, elementos do PSD e outros elementos assinaram o meu substitutivo, que foi aprovado unanimemente na Comissão de Segurança Nacional. Quer dizer, o primeiro substitutivo aprovado, provando a inclinação nacionalista do Congresso, foi exatamente o substitutivo apresentado por mim, porque o Bilac Pinto só apresentou o projeto dele três meses depois de aprovado esse projeto na Comissão de Segurança.

P.R. - Pois é, exato. Há um espaço de tempo muito curto entre a chegada do projeto à Câmara e a apresentação de seu substitutivo.

E.R. - Ah, exatamente.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.R. - Como eu dizia, há um espaço de tempo muito curto entre a remessa da mensagem do projeto elaborado pela assessoria econômica e a apresentação do seu substitutivo, do seu projeto, que é de nº 1.595, de 25 de janeiro. Agora, o que me preocupa é o seguinte: a mensagem e o projeto da assessoria econômica não foram negociados na área política? Vargas não convocou pelo menos as lideranças partidárias dos partidos que o apoiavam para informar e enviar ao Congresso um projeto daquele tipo, daquela importância, daquela relevância? Quer dizer, não houve uma preparação prévia?

E.R. - Não, não houve. O dr. Getúlio Vargas, nesse primeiro diálogo que eu tive com ele depois que a mensagem chegou ao Congresso, ele me disse que tinha determinado ao sr. Rômulo de Almeida para conversar com várias pessoas, vários deputados e vários senadores sobre o projeto para verificar sugestões. Tanto que o dr. Getúlio Vargas pensou que eu tivesse sido ouvido, como eu acabei de dizer. Mas eu não fui ouvido. Se o senhor Rômulo de Almeida só ouviu quem entendeu, eu não posso garantir. Se ele ouviu quem quis, eu não posso responder. Agora, posso dizer que não houve nenhuma reunião com Vargas e lideranças para mandar o projeto ao Congresso.

P.R. - E você supõe, Eusébio, que alguém da assessoria econômica pudesse transgredir uma ordem do presidente da República? Por exemplo: ele determinava que um parlamentar amigo seu fosse ouvido e essa ordem deixasse de ser cumprida?

E.R. - Eu já verifiquei que o meu amigo Plínio adora hipóteses. [risos] E eu adoro realidade histórica. [risos] Não. Observe você o seguinte: leia você a mensagem e você verá que a mensagem é extremamente nacionalista. Tanto é assim que o Figueiredo, o general Figueiredo, não é o... é o general Figueiredo, o bom.

P.R. - O Lima Figueiredo.

E.R. - O general Figueiredo, quando deu parecer favorável ao nosso projeto, ele disse o seguinte: "O projeto do deputado Eusébio Rocha encaixa-se muito melhor na mensagem do dr. Getúlio Vargas do que o próprio projeto que o acompanhou." Se vocês vão verificar a mensagem do dr. Getúlio, ela é uma mensagem extremamente monopolista e nacionalista, só que naquele rabiscozinho pequeno vieram as empresas organizadas no Brasil também. Só que com outra redação. Então, dizer que houve desobediência, eu

não sei se houve desobediência. O que eu posso dizer é que a mensagem eu assinaria, o projeto, não.

P.R. - Qual é a sua opinião a respeito da assessoria econômica, Eusébio?

E.R. - Sinceramente, na ocasião eu tive divergências muito grandes com a assessoria, principalmente com o sr. Rômulo de Almeida eu tive divergências violentas, inclusive em rádio. Evidente, discordei, achei que ele errou e insistiu no erro, o que é mais grave! Então num programa de rádio, eu tive a ocasião de dizer e disse: "Se você conseguiu ludibriar o dr. Getúlio, não vai ludibriar a nação, porque isso eu não deixo." Entretanto, hoje eu reformo o meu ponto de vista; acho que o Rômulo, pelo que tem dito ultimamente, é um homem de boas intenções. Ele pode ter sido envolvido nas malhas de uma sugestão. Quando se redige um projeto, muitas vezes só depois que o projeto está pronto é que se verifica um detalhe que não parecia importante e que tem uma importância muito grande. De modo que eu não faço nenhuma restrição; acho inclusive que o Jesus era um homem honrado, acho que o Neiva era um homem honrado, acho que o Rômulo é um homem honrado. Agora, o que eu posso dizer é que o projeto estava errado! O projeto conspirava contra o interesse nacional, como eu disse várias vezes; disse isso ao Rômulo quando ele foi depor na Comissão, porque o Rômulo sustentava que essa discriminação de nacional era inconstitucional. Eu disse: "Olha, de economia você pode entender, mas de leis, você não se esqueça que eu sou constituinte, sou advogado, tenho doutoramento, de modo que devo entender de direito." Mas essa era a posição. De modo que eu, sinceramente, é muito fácil, acho que foi redigido, o fato é que aí está, e foi corrigido a tempo, se não fosse isso imagine o que seria desse país! Porque a Petrobrás, queiram ou não queiram, é a viga mestra da economia nacional.

P.R. - Exato. O seu substitutivo é aquele que corrige o dispositivo do projeto presidencial que permite à empresas estrangeiras adquirirem ações da Petrobrás na Bolsa de Valores?

E.R. - Não. Você está por fora, mais do que umbigo de vedete. Não, o meu substitutivo é um substitutivo longo, inclusive com um plano financeiro. É muito mais simplificado do que o plano do governo, porque o plano do governo criava uma série de alíquotas, e eu estabeleci aquele princípio de uma participação no consumo da gasolina, em que as pessoas recebiam um bônus e depois transformavam em ações da Petrobrás, sendo brasileiro nato ou casado com brasileira. De modo que era um projeto que não permitia absolutamente nenhuma vulnerabilidade. E vê-se, portanto, que essa foi a razão por que o presidente Getúlio Vargas e o presidente Artur Bernardes, como presidente da Comissão de Segurança Nacional, declararam, após lerem o projeto, que estava certo, que esse projeto restringia completamente qualquer participação estrangeira. E o Figueiredo deu parecer dizendo que o meu projeto se enquadrava muito melhor na mensagem do dr. Getúlio do que o próprio projeto feito pela assessoria.

P.R. - Não tinha nada a ver com a aquisição de ações na Bolsa?

E.R. - Não, de jeito nenhum, de jeito nenhum. Ao contrário, eu mantive a participação das unidades administrativas e de brasileiro nato que não fosse casado com estrangeira em comunhão de bens, porque ele comunica a participação.

P.R. - É, isso existe hoje aí na...

E.R. - Mas isso hoje, depois dessa ditadura de 64, que abriu as portas do país ao capital estrangeiro, fez tudo o que podia fazer e o que não podia. Você acha que um presidente Geisel tinha competência, tinha autoridade para revogar a Constituição?

P.R. - Não.

E.R. - Entretanto, numa simples declaração ele revogou a Constituição, ao permitir os contratos de risco. E não há dúvida, porque você tinha uma participação muito grande lá, você acompanhava muito o Congresso, você se lembra que foi debatida a emenda 32 do Senado, a emenda 32 do Senado que permitia a participação de empresas estrangeiras na exploração e na produção. Essa emenda foi rejeitada pela comissão da qual eu fazia parte, essa emenda foi rejeitada. Então está claro que a legislação do 2.004 não aceita isso. Mais ainda; a Constituição de 67, emendada em 69, ela também erigiu o monopólio em princípio constitucional. Ora, não há monopólio onde você entrega 86,4% da área sedimentar às multinacionais, como fez atualmente o presidente Figueiredo. Complementando a entrega do Geisel, ele entregou 86,4% da área sedimentar brasileira às multinacionais. A Petrobrás hoje tem só 13,6%.

P.R. - O seu projeto foi posteriormente fundido com o projeto Bilac Pinto ou eles foram votados separadamente?

E.R. - O projeto Bilac Pinto não chegou a ser aprovado em nenhuma comissão. O meu projeto foi aprovado imediatamente na Comissão de Segurança Nacional, como eu disse a você, e passou evidentemente a ser um projeto concorrente com a mensagem. Agora, depois foi criada a Comissão Geral e nós fizemos um substitutivo no qual foi aproveitado o meu projeto e o monopólio tal qual está na Lei 2004. É realmente uma repetição do meu projeto, o monopólio...

P.R. - Isso foi Bilac Pinto.

E.R. - Não, Bilac Pinto não. Foi um substitutivo feito pela comissão, que examinou tudo o que havia em matéria de conceituação. E o conceito de monopólio é exatamente aquele que está no meu substitutivo.

P.R. - Quer dizer que esse então foi à votação final?

E.R. - Foi à votação final, com todas as emendas apresentadas, porque foram apresentadas emendas. No fim, um substitutivo que correspondia realmente ao pensamento do Parlamento, que era um pensamento rigorosamente nacionalista.

P.R. - Exatamente, apesar de ser um Parlamento conservador.

E.R. - Apesar de ser um Parlamento conservador. Isso prova que as pressões populares podem, em dado momento, determinar mutações muito grandes num Parlamento conservador. Porque o que aconteceu foi o que está acontecendo agora, por exemplo, com as eleições diretas. Será que todos esses deputados do PSD... - eu sempre confundo o PDS com o PSD - do PDS que estão votando pelas diretas não estão fazendo também, além de sua convicção - que eu não tenho dúvida nenhuma sobre a convicção deles pelas diretas -, porque eles estão sentindo que o povo não está aceitando mais essa

situação de não escolher o seu presidente? Você veja as eleições de Santos, em que o PDS foi para o último lugar; a primeira manifestação do eleitorado depois disso foi essa. Você está vendo agora mesmo uma cisão no PDS, por quê? Porque a pressão popular é a única que pode realmente vencer a tendência conservadora de um Parlamento ou as pressões externas.

P.R. - Há um outro detalhe muito interessante no processo da tramitação da Petrobrás pelo Congresso. Por exemplo, a Câmara votava favoravelmente a todos os projetos de conteúdo nacionalista; o Senado invariavelmente derrubava e apresentava emendas de conteúdo oposto, como é o caso da emenda do Ismar de Góis, o caso da emenda Oton Mader, e parece que outros senadores... Eu tenho a impressão que o Chateaubriand apresentou...

E.R. - É, o Chateaubriand também.

P.R. - Eu não me lembro bem agora. Mas a bancada nacionalista do Senado era constituída praticamente do Landulfo Alves, Kerginaldo Cavalcanti, Atílio Vivacqua...

E.R. - ... Alberto Pasqualini.

P.R. - ... Alberto Pasqualini, era bastante reduzida. Então essas emendas voltavam à Câmara e invariavelmente a Câmara derrubava as emendas propostas pelo Senado. Como é que você explica, Eusébio, esse antagonismo que existia entre o poder gerado pela representação proporcional e a outra casa do Parlamento instituída pela eleição majoritária?

E.R. - Eu tenho a impressão... Eu não diria que vou dar a última palavra, é evidente, mas dentro do campo das hipóteses eu vou formular uma hipótese explicativa. Trata-se do seguinte: o Senado, de fato, representava o Estado; a composição do Senado é a representação do Estado. E a representação da Câmara era, evidentemente, a representação majoritária também, mas representando muito mais a expressão popular. De modo que você encontrava nessa representação popular muito maior número de pessoas sintonizadas com o povo do que na do Senado. É possível que seja essa a razão por que o Senado era muito mais conservador e reacionário do que a Câmara. A Câmara era muito mais sensível aos problemas da manifestação popular. Eu tenho a impressão de que o que aconteceu realmente foi isso. Pelo menos é uma explicação.

P.R. - Você disse que eu tenho mania das hipóteses mas...

E.R. - Perdão, eu não diria mania; eu diria que você tem o brio das hipóteses. [risos]

P.R. - É, mas na apreciação do fato político a gente não pode desprezar as hipóteses.

E.R. - Lógico.

P.R. - Então eu vou fazer uma outra pergunta.

E.R. - Hipotética? [risos]

P.R. - Não. Você acredita que a atitude tomada pela UDN através do projeto Bilac Pinto - excluindo a possibilidade de que ela tenha sido uma atitude sincera - tenha sido uma fórmula para agravar as crises que já sobrecarregavam o segundo governo Vargas?

E.R. - Bom. Eu não diria maquiavelismo, porque seria presumir que tivesse cultura de Maquiavel, e eu não cometeria essa injustiça a Maquiavel, que eu considero realmente o grande fundador da teoria política e com uma grande sensibilidade para os problemas humanos. De modo que esse Maquiavel que a Igreja tentou desenhar não é o Maquiavel real, senão eu usaria a expressão: houve maquiavelismo? Não, não houve, não creio. Até porque eu jamais formularia uma hipótese negativa, sinceramente. Se eu não tenho elementos para acusar alguém ou para formular uma opinião que seria negativa, admitir que eles, ao invés de compreenderem a importância da manifestação do povo, a grandeza da luta do petróleo, o fizeram somente por maldade de perseguir Getúlio Vargas, seria uma hipótese que eu não posso defendê-la, de modo que eu sei que você fez a pergunta somente para ouvir o meu depoimento histórico sobre esse posicionamento político, que é da maior importância. De modo que eu diria a você o seguinte: dentro da hipótese formulada por você, eu não tenho elementos para formular ou aderir a essa hipótese como explicativa. Eu prefiro ficar com a outra, de que a pressão popular sensibilizou realmente os elementos da UDN, que na sua imensa maioria votaram nesse sentido. Prefiro ficar com essa hipótese. Pode até não ser certa. Podemos nós dois estarmos equivocados.

P.R. - E você acha também que a exclusão do xisto betuminoso do monopólio estatal do petróleo, conforme estabelece o artigo 6º da Lei 2.004, é realmente inconstitucional? É um ato que transgredir realmente a Lei 2.004?

E.R. - Eu acho que sim, eu acho que todos os hidrocarbonetos estão incluídos no monopólio. O xisto não está excluído do monopólio de forma nenhuma. Porque você não pode interpretar uma lei por uma afirmação isolada. Você tem que interpretar a lei dentro do seu contexto geral. O que a lei fala é que todos os hidrocarbonetos são objetos do monopólio estatal do petróleo. Que eu saiba, dos meus poucos conhecimentos de geologia, o xisto pirobetuminoso é também uma rocha hidrocarboneta, de modo que estaria dentro do monopólio.

A.G. - Vou aproveitar e fazer uma pergunta sobre a assessoria econômica: o senhor falou das suas apreciações a respeito da assessoria em relação a essa questão do monopólio do petróleo. Agora, em relação ao próprio fato da criação de uma assessoria econômica, o que é que o senhor achou na época dessa novidade política, de um presidente criar uma assessoria que funcionaria elaborando projetos, discutindo questões de alto interesse nacional?

E.R. - Eu achei válido. O homem político precisa sempre de um grande assessoramento, de modo que os assessores exercem uma função, a meu ver, muito importante, porque eles reúnem o material, eles reúnem uma compilação importante... Agora, evidentemente cabe ao homem político examinar e estabelecer na seleção das opções aquela que mais convém à comunidade ou à nação. Daí a diferença entre o político e o assessor. O assessor, de um modo geral, ele reúne os dados - é um economista, é isso, é aquilo - e tenta dar aquelas soluções mais ou menos objetivas, nem sempre vendo o que é mais abrangente para a comunidade. Ao passo que o político, não; o político tem obrigação de selecionar entre as várias soluções aquelas que mais convém à nação, que

mais convêm à comunidade. De modo que a criação da assessoria eu acho absolutamente válida. Eu acho que é extraordinário...

Eu não sei se você sabe, mas quando se criou a Universidade de Brasília foi com esse objetivo, porque não havia condições no Brasil, naquela ocasião, para uma universidade. Mas o objetivo era levar para lá grandes cientistas, grandes pensadores, para que os deputados pudessem discutir os problemas com eles e serem bem informados. Porque não há deputado que seja capaz de legislar bem se não tiver bom assessoramento. Agora, o que é preciso é que o deputado, além do assessoramento, ele vá aos fatos. Por exemplo: toda vez que eu tinha que legislar sobre... Uma legislação típica que eu fiz, que foi aprovada, sobre periculosidade, é evidente que eu procurei ouvir as pessoas que entendiam bem do assunto. Depois eu fui conversar com os trabalhadores do setor, porque esse contato com a realidade é que dá ao parlamentar as condições de legislar dentro da realidade nacional, da realidade da comunidade. Fora daí ele se perde na abstração que muitas vezes os assessores se deixam levar.

A.G. - Não houve problemas de competição política em termos dessa assessoria no sentido de ela estar invadindo um pouco questões?...

E.R. - Não. Sinceramente eu não tenho idéia nesse sentido. Não creio que tenha havido essa preocupação.

A.G. - O fato específico de, nesse projeto, a assessoria ter preparado, ter feito estudos, sem o senhor pelo menos ter conhecimento de que tenham ouvido parlamentares, isso foi alguma coisa recorrente? A assessoria funcionava assim ou em outros momentos ela ouviu mais parlamentares, ela se reuniu com eles?

E.R. - O dr. Getúlio, na conversa que eu tive com ele no dia a que eu me referi, ele disse que tinha determinado ao sr. Rômulo de Almeida que ouvisse vários deputados e vários parlamentares, e citou textualmente o meu nome. De modo que era propósito ouvir, trocar idéias com parlamentares ao nível da assessoria. Agora, não sei se ele ouviu outros, se não ouviu... Esses elementos eu não tenho para responder a pergunta.

A.G. - Em outras ocasiões o senhor teve a oportunidade de discutir com os assessores?

E.R. - Não, não tive oportunidade de discutir. Até porque naquela fase, depois dos entreveros, nossas relações ficaram muito geladas. Só agora é que o gelo diminuiu; inclusive eu fui a Bahia, o Rômulo foi me receber no aeroporto e eu fiquei bem sensibilizado, ele tem tido posições muito boas, de modo que... Mas naquela ocasião realmente nossas relações ficaram muito geladas. [risos]

P.R. - Eusébio, ainda com base naquelas formulações anteriores da Angela, você destacou, por exemplo, o caso das áreas trabalhistas de São Paulo, das áreas sindicais de São Paulo que se aproximavam do PTB.

Elas se aproximavam mais induzidas por objetivos reivindicatórios ou elas eram também sensibilizadas pela política nacionalista de Vargas?

E.R. - Eu tenho a impressão que as duas coisas funcionavam, não é? Eu tenho a impressão. Não há dúvida que você sensibiliza muito mais a comunidade trabalhadora quando você apresenta soluções concretas para os seus problemas. Porque de um modo geral o homem, no dia a dia, ele tem a angústia de seus problemas, ele quer ver os seus problemas resolvidos. Não há, infelizmente, uma formação histórica de se pensar só nos

interesses da comunidade, nos interesses nacionais. Agora, acontece que o trabalhador como povo tem muita intuição do que convém ao país. Isto me parece ser indiscutível. Então eu acho que os dois elementos se somavam para aquela maior afluência de elementos ao partido.

P.R. - Porque você destacou, por exemplo, o sindicato dos bancários. E a gente observa no movimento sindical brasileiro que as categorias de melhor remuneração salarial são aquelas que têm maior participação política e maior participação partidária. Por exemplo: além dos bancários, a gente pode identificar os metalúrgicos, pode identificar o empregado das empresas estatais, os ferroviários, os marítimos... Então como é que você explica isso: que as classes de remuneração inferior se colocam num distanciamento mais indiferente em relação a esses temas políticos bastante predominantes e bastante relevantes?

E.R. - Eu acho que você faz uma observação brilhante como analista político, e realmente é isso. Porque o homem, coitado, que ganha salário mínimo, ou metade do salário mínimo, ele tem que trabalhar tanto que não tem direito nem de pensar em política. Ele fica tão absorvido com a parte material que ele nem tem condições de pensar nas grandes reivindicações políticas; ele se perde realmente nas camadas mais modestas, sem uma consciência política. Eu não tenho dúvida nenhuma. Ele é um homem que, se você disser a ele, que ganha meio salário, que ele vai ganhar um salário, ele acha ótimo, entende isso rapidamente. Mas ter conjectura, ele não tem. Ele é um indivíduo absorvido, ele não ganha... Geralmente ele tem dois, três empregos até, não tem condições realmente de ... De modo que não há dúvida que o saber é, em grande parte, resultado do ócio... Enquanto a humanidade não teve condições de ócio, sua possibilidade de adquirir saber foi muito pequena. [risos] E o saber político não se exclui do saber. [risos]

P.R. - Transportando essa realidade para uma questão bastante atual, nós observamos, por exemplo, que no caso das eleições diretas o quadro mudou integralmente, houve participação popular mesmo. Houve inclusive uma surpresa da parte dos analistas políticos, principalmente dos analistas estrangeiros que se preocupam com os brasileiros, porque eles não entendem que, em uma nação atravessando dificuldades incríveis como está ocorrendo agora, a massa se interesse pela necessidade de eleger o seu próprio presidente da República. Você acha então que essa posição adotada decorre de uma convicção que a massa adquiriu de que a participação dela, direta, na escolha do presidente legitima o exercício do poder?

E.R. - Tenho a impressão que a participação da massa não pensa nem em legitimação do poder. Absolutamente. Não creio. Porque é a massa modesta, já que você está se referindo exatamente àquelas camadas mais modestas para as quais a sua análise se volta. Eu não creio que eles pensem na conjectura de legitimação do poder, de teoria do poder, de dizer que as leis emanam da vontade do povo, quando a gente sabe que o papel e a função do Legislativo dependem da composição do Legislativo. E eu acho que o Legislativo tem uma essencialidade política; quer dizer, quando você pensa em termos da velha Inglaterra, com seus barões, com seus senhores feudais participando, é evidente que desse Parlamento você não pode esperar uma legislação de defesa dos trabalhadores rurais, de jeito nenhum. A legislação que emerge daí é a legislação da composição do Parlamento. Agora, o que acontece com o trabalhador é o seguinte: ele sabe que o país tem vivido numa ditadura, que o presidente tem sido escolhido entre

militares, na manifestação de um poder elitista; e que esse poder elitista o reduziu à extrema miséria. Ele raciocina em termos disso: "O que está aí não presta. Então vamos mudar." Vocês não queiram que ele faça conjectura filosófica e política de legitimidade de poder. Eu não creio. Mas ele diz: "O que está aí é horroroso. Eu trabalho cada vez mais e como cada vez menos. Não posso mais mandar meus filhos à escola, o ensino encareceu. Isso que está aí está ruim. Querem mudar, então eu estou ao lado!" E o povo então participa. Participa, mas num raciocínio assim imediato, intuído, não há nenhum raciocínio lógico, histórico, de presunção de legitimidade de poder.

A.G. - Aliás, política para o povo é assim, não é?

E.R. - É exatamente isso.

A.G. - Isso é que é triste.

E.R. - O povo tem intuição, e intuição válida, por isso eu creio realmente na participação do povo. Porque o povo age dessa forma: ele intui as grandes verdades, ele não precisa de conhecimentos universitários para chegar às grandes conclusões; a universidade da vida mostra onde ele deve ir. Por isso o povo apoiou e correu: "Vamos mudar? Então vamos mudar, porque pior do que está não pode mais ficar." Então ele compreendeu o seguinte: a mudança do modelo econômico passa pela mudança do modelo político, e a mudança do modelo político passa pela eleição direta. Isso que nós falamos numa linguagem lógica e histórica, eles fazem por intuição, e é por isso, talvez, que no estrangeiro encontrem dificuldades de perceber que o povo esteja participando de uma tese teórica. Realmente ele não está pensando na tese teórica, ele está pensando objetivamente. Quer dizer: "O que está é muito ruim, então vamos mudar."

P.R. - Você não pensa que haja, assim, uma delegação de confiança nas lideranças da oposição? Eu tomo como base o resultado das eleições de Santos; o partido que elegeu o governador de São Paulo triunfou espetacularmente em Santos. Quando se considera que todos os governos estaduais estão em fase de desgaste, o governo de São Paulo consegue uma vitória espetacular nas eleições para prefeito de Santos. Eu gostaria que você interpretasse um pouco esse fenômeno.

E.R. - Não há dúvida, e seria até ilógico acreditar que o governo de São Paulo tenha se desgastado a ponto de não merecer a confiabilidade popular. Isso não é verdade. Evidentemente ele não correspondeu ao que o povo estava pensando, isso é indiscutível. Mas que houve uma melhora... Porque depois do Maluf qualquer coisa é boa, qualquer coisa é boa. De modo que eu acho que não houve desgaste a ponto de o povo pensar: "Não. Não voto no partido do Montoro. Não voto no MDB."⁹ Não houve esse desgaste. O que houve, isso sim, significativamente, foi o que eu disse: um desgaste do partido do governo. Esse passou para último lugar. Aliás ele passou para...

[FINAL DA FITA 7-B]

E.R. - ... último lugar porque perdeu também dos votos em branco. [risos]

⁹ Engano do entrevistado; a sigla correta é PMDB.

A.G. - É, sim. Ele foi realmente...

P.R. - ... Derrotado.

E.R. - Derrotado até pelos votos em branco. O PDT, por exemplo, ficou em terceiro lugar e teve um aumento de votação de dez vezes mais a sua votação anterior. Quer dizer, embora não tivéssemos tido o que gostaríamos de ter, a eleição do candidato, nós tivemos um crescimento de dez. O PDT foi o partido que mais cresceu em Santos. De modo que você sente que há alguma estrutura eleitoral de grande sensibilidade.

A.G. - Já que nós estamos falando sobre questões de crescimento de eleitorado, de partidos e de povo nesse sentido, eu vou aproveitar para conversar um pouco sobre o PTB depois da morte de Getúlio - que é o período em que o PTB vai crescer muito eleitoralmente - e fazer algumas perguntas ao senhor sobre isso. A primeira seria no sentido de pedir uma avaliação sobre o PTB com Getúlio vivo e o PTB sem Getúlio vivo. O PTB vai incorporar a figura de Getúlio de uma forma diferente, mas de alguma forma essa ausência política eu acho até que pode ser pensada como alguma coisa que fez bem ao partido politicamente no sentido de que o partido, como organização, ia ter que partir para a luta junto com os outros partidos, sem aquela figura presente, mas com a herança de Getúlio e com a herança do suicídio. Eu queria então perguntar para o senhor como é que fica o PTB sem Getúlio?

E.R. - Eu não creio que o PTB tenha crescido em função da morte do dr. Getúlio em si, mas creio o seguinte: os fatos proclamados pelo presidente Getúlio Vargas dentro do partido começaram a crescer em face da evidência histórica. E o trabalhismo passou a ser uma grande opção nacional porque, sem pensar em eliminar a propriedade privada, conseqüentemente não se identificando com o Partido Comunista até por uma questão de coerência, já que nós sabemos que as pequenas, as médias e as mini empresas representam no país 80% da geração de emprego... Faz-se muita propaganda das multinacionais, mas quem gera emprego no Brasil é a pequena, a média e a mini empresa. Oitenta por cento dos empregados são gerados...

A.G. - Não é à toa que tem tanto desempregado hoje.

E.R. - É lógico. Proclamar a eliminação da propriedade privada é uma estultice diante dessa realidade histórica. Então o PTB passou a se apresentar como o partido das propostas nacionais, das propostas nacionalistas. Por outro lado, o Getúlio Vargas entrega a sua Carta exatamente a João Goulart. Ora, João Goulart era um homem que tinha sensibilizado as classes trabalhadoras. Ninguém tem dúvida. Vejam a votação que o João Goulart teve como vice-presidente da República! É uma votação que revela um estado de espírito histórico indiscutível. O povo votou exatamente em quem? Em quem Getúlio Vargas transmitiu a sua *Carta-Testamento*. Quer dizer, a *Carta-Testamento* de Getúlio Vargas passou a ser uma realidade: o país cada vez mais sangrado pelas pressões externas. A Lei de Remessa de Lucros deixada por João Goulart e regulamentada por Carvalho Pinto no Ministério da Fazenda estava mostrando que era o que o Brasil precisava: reter aqui dentro as poupanças para poder aumentar investimentos, gerar empregos, criar condições de bem-estar.

Assim, à medida que Vargas, pela morte, se afastava, a compreensão da proposta dele se dimensionava e sensibilizava o país. Então o PTB não podia deixar de crescer como

creceu em função dessa realidade. Tanto que a Revolução de 64 estourou, os mais perseguidos, os mais cassados foram realmente os trabalhistas. Vejam só! Peguem o Parlamento e vejam! Os trabalhistas é que eram cassados. O Rubens Paiva, até hoje não se sabe aonde está; sabe-se que não está entre os vivos, para tristeza nossa. Mas essa é a verdade; o poder caiu esmagando os trabalhistas. Por que? Porque eles apresentavam uma proposta nacionalista. Qual foi a primeira medida de Castelo Branco, que fez tudo o que a embaixada americana determinou a ele, com uma subserviência vergonhosa? Revogar a Lei de Remessa de Lucros para dar à Amforp tudo o que ela pedia, assegurar à Hanna tudo que ela queria. Mas para isso era preciso esmagar os trabalhistas e eliminar do Exército o grupo nacionalista. Corra os olhos sobre os elementos que foram mais perseguidos nas forças armadas! Foram os nacionalistas! Então 64 foi contra os trabalhistas e contra os nacionalistas.

Mas essa idéia-força é tão grande que 20 anos depois nós ressurgimos. Nós vemos hoje o movimento da informática empolgando o empresariado, não é mais só a classe trabalhadora, com o projeto de reserva de mercado para garantir uma tecnologia do país. Quer dizer, as grandes idéias têm tal força que se difundem no horizonte do país como a própria luz. E se afirmarão - hoje ou amanhã - mas se afirmarão. O futuro, de algum modo, por algum meio, chegará. Eu não tenho dúvida.

A.G. - O senhor acha, dr. Eusébio, que depois de 64 há mudanças no trabalhismo como uma proposta política significativa?

E.R. - Evidente que há. Primeiro, porque no início da sua formação, a proposta trabalhista era muito carismática e muito jungida às lideranças pessoais. E hoje, embora Leonel Brizola seja realmente um líder pessoal, com grande expressão pessoal e até carismática, nós tentamos cada vez mais e da maneira possível organizar um partido. E a função do Instituto Alberto Pasqualini dentro do PDT é exatamente essa, de tentar criar uma ideologia política, uma teoria política e um partido programático. Porque nós estamos convencidos que não é mais o homem bom que salva a comunidade, mas a comunidade organizada é que conduz a história.

A.G. - Eu vou aproveitar a deixa para tocar num assunto que o senhor mencionou no início dessa entrevista, que é sobre o que o senhor, como chefe da seção paulista do PTB, e o Danton, no ministério, procuravam dar ao PTB e ao trabalhismo, uma orientação de mudança em termos de alguma coisa que o senhor colocou como populista; que dizer, o PTB queria deixar de ser um partido populista para ser um partido que desse mais força e reconhecesse mais as organizações dos trabalhadores como organizações com voz. Eu queria pedir para o senhor falar um pouco sobre isso, sobre essa mudança, sobre essa transformação. Porque eu acho que é uma coisa politicamente muito significativa.

E.R. - Não há dúvida de que o populismo se inspirava muito na capacidade das lideranças de se sensibilizarem pela sorte dos humildes, dos trabalhadores. Então eram as lideranças sensíveis usando o seu poder em benefício das classes menos favorecidas, para usar a expressão que então estava muito em voga. Era exatamente isso, compreende? "Nós vamos defender os trabalhadores! Nós vamos fazer isso..." O partido mudou. Hoje nós pensamos o seguinte: é preciso que os trabalhadores tenham voz e leis; que os trabalhadores se organizem; sejam uma estrutura de poder; que se crie realmente um poder sindical; que se organize bem a classe média. Porque só com essa estrutura de organização de poder é que nós acreditamos na dinâmica da transformação

social. Isso se reflete então num partido que, ao invés de ser como a mariposa e girar em torno da luz que emana um Getúlio Vargas, no Brasil, ou de outra qualquer liderança que pudesse se afirmar por aí, é um partido que gira em torno da sua proposta, criando realmente uma mentalidade de estruturação de poder comunitário, organizando os vários segmentos da sociedade, de forma a isso conduzir os acontecimentos, em vez de acreditar que os acontecimentos são conduzidos por homens geniais e sábios.

A.G. - O senhor acha que pelo menos as sementes de uma transformação como essa já estavam lançadas e foram tentadas no período anterior, de fins de 40 e de 50?

E.R. - Inegavelmente o presidente Getúlio Vargas mostrou a sua sensibilidade política nesse sentido. Recordo-me de um discurso feito em Minas, no qual o dr. Getúlio Vargas dizia mais ou menos o seguinte: "Hoje eu estou no poder pelas mãos dos trabalhadores, mas amanhã os trabalhadores estarão no poder."

A.G. - Eu me lembro desse discurso. [risos]

E.R. - Isso revela bem que ele já estava sentindo a necessidade de os trabalhadores se organizarem, de realmente não ser mais um homem a conduzir os acontecimentos, porque senão em determinado momento ele poderia se sentir sem forças para conduzir os acontecimentos, como ele se sentiu no segundo governo.

A.G. - Que tipo de paralelo o senhor faria entre o primeiro e o segundo governo de Vargas em termos do político que está arbitrando, que está conduzindo os acontecimentos e que está, vamos dizer, enfatizando mais ou já não está mais enfatizando tanto um discurso populista?

E.R. - Eu diria que entre os dois governos o que ressalta é a coerência de Getúlio Vargas. Porque no seu primeiro governo, o que é que a gente vê? Que ele propõe a criação de Volta Redonda. Mas para construir Volta Redonda ele ameaça ir à Krupp no momento em que os Estados Unidos fazem pressão e ameaçam não construir Volta Redonda. Na própria Carta de 37, que a gente não gostava por ser uma carta de ditadura, você vai encontrar sobre a exploração de minério a declaração de que só poderá ser feita por brasileiros ou empresas constituídas por brasileiros. Então é essa a posição nacionalista dele. Por outro lado nesta fase toda ele cria o salário mínimo; então a posição trabalhista-nacionalista de Vargas é de uma coerência tremenda no primeiro e no segundo governo. Agora, no segundo governo ele acredita extremamente no poder da democracia. É o que a gente sente. Eu me recordo que, numa das primeiras viagens que fiz com o dr. Getúlio para São Borja, eu, muito constrangido, porque eu era muito jovem e ele já tinha sido presidente tantas vezes, eu ousei uma pergunta: "Dr. Getúlio, o senhor sabe que nós jovens somos até irreverentes, às vezes, mas é nessa base que nós não repetimos erros passados. Eu gostaria de saber como foi possível o senhor ser deposto se o senhor tinha todo o poder. A imprensa realmente só falava a seu respeito." E ele, com sua habilidade, sem descer a muita profundidade me disse: "É que eu era o homem mais mal-informado do Brasil." Quer dizer, ele tinha compreendido que os governos absorventes são cercados de tal maneira de áulicos que acabam sendo os mais mal-informados do país. Então ele passou a acreditar na democracia, na liberdade de imprensa, na liberdade de debate como um fundamento. Tanto que, vocês não tenham dúvida, por volta de 52, ele tinha condições de dar um outro golpe, se quisesse, porque

não faltaram oficiais querendo que ele o fizesse, tendo em vista o que podia acontecer com o país em seguida. E ele resistiu tremendamente a qualquer idéia nesse sentido.

A.G. - O senhor acha que o Getúlio, no segundo governo, perde a capacidade de arbitrar, de conduzir politicamente? Ele perde as rédeas políticas porque ele estava acreditando muito na democracia ou porque ele havia perdido o controle das forças políticas?

E.R. - Não se pode deixar de reconhecer que ele perdeu o controle das forças políticas. Recuperou, matando-se. Salvou a obra com a sua vida. Mas que ele tinha perdido o controle, tinha. É só ver - você é muito jovem, talvez não se lembre -, é só ver o que acontecia. Quer dizer, ele já não era, diante do povo, a figura que tinha sido. Ele não era, diante das elites dirigentes do país, a figura temida que tinha sido. Ao contrário, já se ousava dizer o que se entendia dele.

A.G. - O senhor acha que ele se escusa um pouco de retomar essas rédeas por vias democráticas em termos das dificuldades desse processo? Eu não estou querendo falar em um novo golpe, não. Mas talvez em termos de medidas de forças, sim, dentro de uma?...

E.R. - Eu tenho a impressão que os acontecimentos se agigantaram de tal maneira que ele perdeu o controle dos acontecimentos. E, quando ele se sentiu perdido, deu a única solução que podia dar; ele realmente reinverteu a posição, ele realmente conseguiu o que quis. Porque vocês vejam que em seguida Jango se elege maravilhosamente bem vice-presidente da República, e Juscelino se elege defendendo quem? O nome de Getúlio Vargas. Então ele recuperou para a comunidade nacional a sua posição de liderança, coisa que ele tinha perdido nos últimos meses de seu governo. Ele recuperou a posição de liderança. Ficaram as idéias, embora...

A.G. - Dr. Eusébio, o senhor fica... Pode completar, desculpe.

E.R. - Não. Certo. Só isso.

A.G. - Eu ia perguntar se o senhor fica no PTB depois de 54?

E.R. - Ah, fico. Continuei no PTB. Eu só deixei o PTB quando os partidos foram extintos e ficaram apenas dois partidos: o PMDB e o PDS.¹⁰ Aí eu fiquei no PMDB¹¹, por coerência.

A.G. - O período do governo Juscelino-Jango é um período muito importante para o PTB. Ele está participando bastante do governo, e com ligações fortes com o Ministério do Trabalho e com os institutos de previdência. Eu queria conversar um pouquinho com o senhor sobre isso, sobre a importância desse período para o fortalecimento do partido. Como é que o senhor analisa e como é que o senhor participou desse momento político dentro do PTB?

E.R. - É indiscutível que o PTB continuou a crescer.

A.G. - Foi o momento áureo do PTB.

¹⁰ Engano do entrevistado; com a adoção do bipartidarismo, foram constituídos o MDB e a Arena!

¹¹ MDB, e não PMDB.

E.R. - Áureo, o PTB continuou a crescer. E era exatamente o crescimento do partido que preocupava cada vez mais os grandes grupos externos, interessados em manter o Brasil jungido a um sistema econômico internacional injusto, inaceitável. Por outro lado, internamente, as elites mais conservadoras também se assustavam com o crescimento do trabalhismo. Isso foi criando uma situação de grandes pressões. Voltou-se a acusar o Jango de ligação com os comunistas; preparou-se a velha estratégia surrada de dizer que o Brasil estava ameaçado de um golpe comunista.

A.G. - O Jango, nesse momento, era indiscutivelmente a grande liderança do partido.

E.R. - A grande liderança do partido, indiscutivelmente, a ponto de a confederação das Indústrias em São Paulo, ter convidado Luís Carlos Prestes para um debate. E o Luís Carlos Prestes foi. Nesse debate, perguntam a ele: "Se o presidente João Goulart convidasse o seu partido para participar do governo, o seu partido participaria?" E ele disse: "Não, não participaria, nós já estamos participando." Era exatamente isso que os reacionários de São Paulo e do país queriam para provar que Jango estava envolvido em uma conspiração comunista, dentro daquela tese da república sindicalista que foi desenvolvida.

A.G. - Isso ocorre no momento em que Jango é vice ou já no momento posterior, em que Jango é presidente? Só para situar.

E.R. - É evidente que é no momento em que Jango é presidente, já posteriormente. Mas é um encaminhamento da questão. Por que se evita a posse de Jango? Por que se cria um problema? Porque Jango foi a China? Mas esse regime não restabeleceu relações com a China? Fica ilógico. Entretanto, na ocasião, o argumento de que ele estava ligado aos comunistas chineses, tá, tá, tá, foi um grande argumento. Quer dizer, foi-se criando realmente um clima nacional no sentido de desgastar tremendamente o Jango, que era a peça ainda móvel do partido, uma peça fundamental do partido. Procurava-se desgastar o Jango para atingir o partido. E foi realmente o que aconteceu.

A.G. - O Jango foi um bom vice para Juscelino em termos das questões trabalhistas.

E.R. - Ah, indiscutivelmente.

A.G. - Como é que o senhor vê essa atuação do Jango como vice, sobretudo em relação à área sindical, à área trabalhista?

E.R. - Eu acho o seguinte: o Jango superestimou o poder sindical no país. E ele acreditava que, no momento em que houvesse uma situação, uma greve geral poderia manter-lhe o poder. Esse foi o grave equívoco cometido pelo Jango, a meu ver, é uma análise minha, posso até estar errado.

A.G. - Já posteriormente, não é?

E.R. - Mas a verdade é essa: o Jango tinha se identificado de tal maneira com os setores sindicais que ele achava que, no momento em que tentassem um golpe, os trabalhadores teriam força, pela greve geral, para impedir a quebra do seu poder. Ele realmente fez

uma avaliação equivocada, porque o que aconteceu foi isso, todos nós sabemos: um tal de Walters, hoje é general - mas era coronel...

P.R. - Vernon Walters.

E.R. - Isso. Era o homem que, na FEB, atendia a todos os oficiais brasileiros, era muito simpático aos oficiais brasileiros, e por mera coincidência, pouco antes do golpe de 64, ele visitou os regimentos do país conversando com a oficialidade e dizendo - evidente com muita prudência, com toda a habilidade que ele tem - sempre isso: que estava preocupado com a penetração comunista, que os comunistas estavam tomando posições, que o país estava ameaçado de caminhar para o comunismo... E mais uma vez o espantinho comunista serviu de golpe para apunhalar a democracia. O que nós vimos, no golpe de 64, foi que a democracia foi apunhalada e os comunistas não tinha nenhuma força. E o próprio poder sindical não existia, porque no momento preciso o poder sindical não fez nada. Então não havia poder sindical. Tudo foi montado como numa ficção, como num filme americano, "americanalhand" o país.

A.G. - Dr. Eusébio, como é que ficaram as estreitas relações do PTB com os institutos de previdência nesse período? O PTB tem presença marcante nesse momento, e naturalmente aproveita a oportunidade de poder utilizar esse recurso importante.

E.R. - É indiscutível que o PTB utiliza essa sua ligação para criar uma situação de prestígio e de poder junto às massas trabalhadoras. Não só isso, mas também junto a certos setores empresariais, facilitando de uma maneira muito grande os débitos para com a previdência, que às vezes eram parcelados em 48, 72 vezes, isentando impostos, juros, isentando uma porção de coisas. Tudo isso cria uma estrutura de poder válida, e às vezes até imoral.

A.G. - Nesse momento a Ivete Vargas é a grande figura em São Paulo, não é dr. Eusébio?

E.R. - É uma associação que você fez muito feliz e muito brilhante. [risos]

A.G. - O senhor podia conversar um pouquinho com a gente sobre o PTB de São Paulo e a Ivete nesse contexto?

E.R. - Você vai me desculpar, mas eu sou um homem extremamente religioso, de uma formação religiosa muito acendrada, e não costumo falar sobre pessoas mortas.

A.G. - Está bom, está bom. Claro que está, está mesmo! Mas em todo o caso eu vou continuar a perguntar nesse sentido. Esse período é de crescente força também das organizações sindicais, pelo menos de algumas organizações sindicais, de alguns sindicatos, que naturalmente crescem usando o seu poder dentro dos institutos de previdência, porque nesse momento as organizações sindicais, diferentemente de hoje, em que elas foram afastadas da participação nesses institutos, elas estão presentes, elas são co-dirigentes desses institutos, e isso evidentemente implica em grande poder para essas lideranças sindicais.

E.R. - É lógico.

A.G. - Então eu queria perguntar ao senhor sobre essa situação, inclusive sobre a presença e sobre o papel dessas lideranças dentro do partido. Quer dizer, ver isso: os institutos de previdência, o PTB e os sindicatos, num momento em que em termos políticos o partido está bem situado nacionalmente, em termos eleitorais ele está crescendo e evidentemente em termos financeiros ele também está bem.

E.R. - Não há dúvida de que esse foi um dos fatores que caracterizou o crescimento do PTB. Eu me lembro, em São Paulo, para se dar um exemplo, o caso do Instituto dos Bancários. O Instituto dos Bancários tinha-se tornado o instituto-modelo. Se você fosse a qualquer país rico, você não encontraria melhor assistência do que no Instituto dos Bancários. Era uma organização espetacular. Eu me lembro porque eu era muito ligado ao pessoal dos bancários e eles me davam satisfetíssimos o número de médicos, a maneira de atender... Isso tudo criou um vínculo de prestígio muito grande do partido junto dos elementos trabalhadores, principalmente nesses setores que eram setores básicos, porque eram setores conscientes - aquilo que há pouco o Plínio ressaltou bem, quase que se poderia falar, talvez impropriamente, mas de uma elite trabalhadora representada pelos bancários, pelos metalúrgicos e por outras categorias. E essas categorias estavam se sentindo muito bem cobertas, o que dava realmente uma posição de prestígio ao partido. Acredito que essa posição do partido, controlando os institutos de previdência, representou um fator decisivo para o seu crescimento. Sem dúvida nenhuma.

A.G. - O senhor vê, nesse sentido, compatibilidade, ou pelo menos uma convergência, entre um determinado tipo de política que marca seu aspecto assistencialista, vamos dizer assim, e ao mesmo tempo é uma política agressiva em termos de fortalecimento do trabalhador como um ator politicamente significativo? Eu estou colocando essa questão e quero ser clara; o assistencialismo é colocado muito como alguma coisa antitética - e eu estou usando a palavra de certa forma propositalmente -, sempre como alguma coisa paternalista, e nesse sentido populista, ou seja, voltada para os menos favorecidos - aquilo a que o senhor vinha se referindo. Eu estou querendo situar isso porque eu acho que justamente nesse momento o PTB está vivendo o seu momento de maior crescimento político...

E.R. - ... De morte.

A.G. - Exatamente. Então eu queria que o senhor situasse isso: como é que essas coisas estão convivendo nesse momento?

E.R. - Eu tenho a impressão que algumas camadas elitistas que, evidentemente, pelo seu alto padrão de vida não têm que pensar que precisam de comer, consideram uma coisa imprópria que o homem modesto e simples se preocupe muito em ter que comer, em ter que ter médico, em ter que ter remédio. Ora, não há dúvida que um governo que realiza um sistema assistencial satisfatório exerce uma influência muito positiva dentro do contexto do crescimento do seu prestígio. E o prestígio é um elemento fundamental do poder político. Não há dúvida de que isso cresce. Agora, quando nós olhamos o trabalhador como agente da história - e aí eu identifico agente como o ator, o que você colocou muito bem - é preciso que se crie, através da informação, a formação de uma consciência da comunidade. Quer dizer, não há incompatibilidade em dar boa assistência e em seguida mostrar que uma posição de defesa do mercado nacional contra a invasão de grupos externos é um problema de interesse do trabalhador. Ao contrário: é

preciso dar a ele essa visão geral, e é verdade. Eu me lembro que em 75, prestando depoimento na CPI das multinacionais, um ex-ministro, não me lembro bem o nome dele, mas ele revelava que em 75 o Brasil, embora tivesse a estrutura para produzir uma série de elementos e tecnologia interna, elétrico-eletrônicos, não utilizou a indústria do país. Preferiu importar. E nessa importação gastou um bilhão...

[FINAL DA FITA 8-A]

E.R. - ... e duzentos milhões de dólares. Esse um bilhão e duzentos milhões de dólares importados geraram no exterior cerca de 50 mil empregos. Então é muito importante que nós ao mesmo tempo que tendo possibilidade de ter poder, dê uma assistência perfeita ao trabalhador e através disso mostre o que é o trabalhismo, uma coisa material, uma coisa imediata, mas ao par disso mostre a necessidade de uma consciência nacional dos seus problemas. De modo que eu acho que o trabalhador precisa não ser mais o passivo elemento da exploração política, mas é fundamental que seja, isso sim, agente da história. É aí que há a grande transformação do pensamento trabalhista. Tanto isso é verdade que eu fui um dos oradores do último comício em São Paulo pelas diretas, que reuniu novamente umas 400 mil pessoas, e tive a ocasião de assistir esse fato inenarrável: o representante do PTB não conseguiu falar. Enquanto que alguns oradores tinham vaias isoladas - o grupo do PT que não gostava, então era aquela vaiazinha, mas era uma vaia isolada... Pode ficar tranqüila porque eu não fui vaiado de jeito nenhum. [risos] Ao contrário, eu fiz a grande denúncia que estavam entregando a Petrobrás, e isso deu ao povo muita satisfação pela coragem da denúncia que eu fazia. E o presidente do PTB não conseguiu falar, em que pesasse o Osmar Santos que dizia: "Nós estamos num momento de frente única! Os elementos do PTB que estão aqui são pelas diretas! Não podemos fazer discriminação!" E o pessoal continuava com a vaia. Quer dizer, o representante do PTB não conseguiu falar. E no Rio foi a mesma coisa, vocês sabem a dificuldade que houve aqui para o presidente do PTB falar. Não era a vaia de um grupo, era uma vaia enorme! Todo mundo que estava ali, praticamente, dando vaia. Isso mostra como um partido, quando muda a sua posição e trai o seu compromisso, ele se liquida em prestígio junto ao povo. E como o prestígio ainda é fundamental para o poder político, evidentemente o poder político desse partido se desgasta, se anula e se desfaz. É o que está acontecendo.

A.G. - Pelo adiantado da hora, eu vou fazer uma última questão para a gente fechar.

E.R. - O'timo, muito bom.

A.G. - O senhor tem compromissos e nós temos que respeitá-los. Mas a questão é sobre o período anterior ao golpe de 64, não sobre o Jango propriamente dito, mas sobre a presença do trabalhismo nesse momento. Eu queria especificar uma coisa. Me parece, e eu acho interessante, que nesse momento há pelo menos três grandes figuras nacionais aparecendo como elementos importantes: o próprio Jango... Então eu acho melhor terminar. [risos] Então terminamos.

[FINAL DO DEPOIMENTO]